Relatório e Contas |



2012

BCA
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

NÔS BANCO, NA NÔS TERA

www.bca.cv

ÍNDICE

1 - ORGÃOS SOCIAIS 03

2 – CAPITAL SOCIAL 04

3 – PRINCIPAIS INDICADORES 05

4 – MENSAGEM DO PRESIDENTE 06

5 – ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL 10

5.1. – INTERNACIONAL 10
5.2. – NACIONAL 11

6 – VISÃO ESTRATÉGICA 2012 17

7 - ACTIVIDADE COMERCIAL 19

7.1 – RECURSOS 19
7.2 – CRÉDITO 20

8 - OUTRAS ACTIVIDADES 24

8.1 – RECURSOS HUMANOS 24
8.2 – ÁREA FINANCEIRA E INTERNACIONAL 27
8.3 – GESTÃO DE RISCOS 32
8.4 – COMPLIANCE 34
8.5 – AUDITORIA E INSPECÇÃO 35
8.6 – ORGANIZAÇÃO E INOVAÇÃO 35
8.7 – SUPORTE INFORMÁTICO 36
8.8 – MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS 37
8.9 – MEIOS E CANAIS 39
8.10 – ÁREA JURIDICA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO 42
8.11 – SUPORTE OPERACIONAL 42

9 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO – FINANCEIRA 47

9.1 – Evolução do Balanço 47
9.2 – Contas de Resultados 53
9.3 – Análise de Rácios 55
9.4 – Rácios Prudenciais 56

10 – APLICAÇÃO DE RESULTADOS 58

11 – LISTA DE BANCOS CORRESPONDENTES A 31/12/2012 59

12 – DIRECÇÕES E REDE COMERCIAL A 31/12/2012 61

ANEXOS 65

1 - ÓRGÃOS SOCIAIS

A Assembleia-Geral do Banco Comercial do Atlântico (BCA), realizada a 31 de Março de 2009, elegeu, nos termos do Artigo 13º dos seus Estatutos, os membros dos Órgãos Sociais, sendo que a Assembleia Geral Extraordinária de 4 de Setembro de 2012 alterou a nomeação de alguns dos Administradores, como a seguir se indica:

Assembleia-Geral

Presidente**:** Dr. Amaro Alexandre da Luz (em representação do Estado de Cabo Verde)
Vice-Presidente: Dr. David Hopffer Almada
Secretário: Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é nomeado pela Assembleia-Geral e é constituído por um Presidente e quatro Administradores, dois dos quais sem funções executivas:

Presidente	Dr. António Joaquim de Sousa (em representação da Caixa Geral de Depósitos)
Administrador	Dr. Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda
Administrador	Dr. Paulo António Arsénio Lopes (em funções até 4 de Setembro de 2012)
Administrador	Dra. Maria Eduarda Simões Lopes Branco Vicente (em funções a partir de 4 de Setembro de 2012)
Administrador	Dr. João Manuel Tubal Gonçalves (em funções até 4 de Setembro de 2012)
Administrador	Dra. Ana Isabel Pais Vinagre Tomazio (em funções a partir de 4 de Setembro de 2012)
Administrador	Dr. Avelino Bonifácio Fernandes Lopes

Fiscal Único

Efectivo:	Deloitte & Associados, SROC S.A., representado por João Carlos Henriques Gomes Ferreira
Suplente:	Carlos Luis Oliveira de Melo Loureiro

A Comissão Executiva é nomeada pelo Conselho de Administração e composta por três elementos:

Dr. António Joaquim de Sousa – Presidente
Dr. Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda
Dr. Paulo António Arsénio Lopes (em funções até 4 Setembro 2012)
Dra. Maria Eduarda Simões Lopes Branco Vicente (em funções a partir de 4 de Setembro de 2012)

2 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social do BCA ascende a 1.324.765.000 (mil trezentos e vinte e quatro milhões setecentos e sessenta e cinco mil escudos) e **em 31/12/2012** era detido pelos accionistas constantes do quadro seguinte, em que se pode constatar que as participações do Agrupamento Caixa Geral de Depósitos/Banco Interatlântico, da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo-Verde, SA e do Estado de Cabo-Verde eram qualificadas:

Capital Social a 31/12/2012

Accionista	Valor	Percentagem
CGD/INTERATLÂNTICO	697.446.000	52,65%
GARANTIA	165.826.000	12,52%
ESTADO	132.476.000	10,00%
ASA - AEROPORTO E SEGURANÇA AÉREA, SA	28.780.000	2,17%
TRABALHADORES	31.875.000	2,41%
OUTROS ACCIONISTAS	268.362.000	20,26%
TOTAL	**1.324.765.000**	**100,00%**

3 - PRINCIPAIS INDICADORES

Principais Valores e Indicadores de Actividade e Resultados

Variáveis	Unid.	2011	2012	Variação
BALANÇO				
Activo Total	contos	67.302.837	69.941.737	3,9%
Crédito Total Liquido	contos	41.671.974	40.437.663	-3,0%
Passivo	contos	64.281.524	66.201.043	3,0%
Recursos De Clientes	contos	56.459.611	58.175.745	3,0%
Situação Liquida	contos	3.021.313	3.740.694	23,8%
CONTA DE EXPLORAÇÃO				
Margem Financeira	contos	2.412.402	2.139.392	-11,3%
+Margem Complementar	contos	816.758	744.638	-8,8%
=Produto Bancário	contos	3.229.161	2.884.030	-10,7%
-Custos Administrativos	contos	2.028.860	2.146.103	5,8%
=Cash-Flow de Exploração	contos	1.200.301	737.926	-38,5%
+ Resultados de Filiais Excluidas Cons. Assoc.	contos	34.334	30.446	-11,3%
-Amortizações do Exercício	contos	187.531	202.997	8,2%
-Imparidade Líquidas do Exercício	contos	416.759	118.160	-71,6%
-Impostos s/Lucros	contos	93.596	108.127	15,5%
=Resultados Líquidos do Exercício	contos	536.749	339.088	-36,8%
RÁCIOS				
Crédito Vencido/Crédito Clientes	%	10,3%	12,0%	
Crédito Vencido a + 90 dias/Crédito a Clientes	%	8,6%	10,5%	
Imparidade Crédito/Crédito Vencido	%	68,6%	62,9%	
Crédito Clientes/Depósitos	%	75,6%	71,0%	
Resultado Líquido/Capitais Próprios (ROE)	%	18,3%	10,0%	
Resultado Líquido/Activo (ROA)	%	0,8%	0,5%	
Rácio Solvabilidade	%	11,69%	11,78%	
FUNCIONAMENTO				
(Cost-to-Income) com Fundo Pensões	%	68,6%	81,5%	
(Cost-to-Income) sem Fundo Pensões	%	55,6%	67,4%	
Activo Total /Total Empregado no Activo	contos	152.269	162.278	6,6%
Crédito e Depósito Total/Nº Empregados Activo	contos	212.397	221.371	4,2%
Crédito e Depósito Total/ Nº de Agências	contos	2.933.728	2.981.594	1,6%
Número Empregados Activos Totais	un.	442	431	-2,5%
Número Empregados Activos do Quadro	un.	411	397	-3,4%
Número de Agências	un.	32	32	0,0%
Número de Balcões	un.	33	33	0,0%

4 - MENSAGEM DO PRESIDENTE
(Dr. A. Joaquim de Sousa)

De acordo com o Banco Mundial, assistiu-se em 2012 a um ligeiro abrandamento do ritmo de crescimento da economia global, tendência que se deve manter no decurso de 2013.

Com a Zona Euro ainda longe de encontrar soluções para um crescimento económico sustentado, que permita debelar os problemas de consolidação orçamental e excesso de endividamento com que se confrontam muitos dos seus países e os EUA e, apesar da boa ponte sobre o designado "precipício orçamental" e comportamento favorável de algumas variáveis macroeconómicas, caso do consumo e do emprego, ainda a hesitarem sobre os limites do tecto da dívida do Estado, as ditas economias emergentes acabaram por não ver concretizadas as suas expectativas de crescimento e, consequentemente, o clima económico mundial ressentiu-se deste contexto, mantendo muito vivas incertezas para o futuro.

Cabo Verde tem os seus principais parceiros comerciais envolvidos neste cenário de gestão de grandes dificuldades internas, pelo que inevitavelmente teria que ser afectado, tal como foi e está a ser. Reduções importantes nos donativos, contracção das remessas de emigrantes, variações negativas do investimento directo estrangeiro, necessidade de contemporizar a gestão do défice do orçamento com um nível de endividamento do Estado que terá de ser controlado, remetem o País para uma equação de difícil solução, mas também para um momento de grandes desafios e oportunidades, que convocam todos os agentes económicos, sem excepção, a darem o seu melhor em prol da execução dos desígnios estratégicos de crescimento da economia e desenvolvimento dos níveis de bem-estar das gentes cabo-verdianas.

Neste cenário, a iniciativa privada será convocada para colmatar eventuais fragilidades do investimento público, de forma autónoma ou conjunta (via parcerias público privadas), residindo grande expectativa no desempenho do sector do Turismo e no aproveitamento de todas as sinergias envolventes. Do Estado espera-se, naturalmente, que se mantenha como instrumento facilitador de toda a actividade económica, aumente os seus patamares de eficiência e competitividade e invista a sua competência em prol da concretização dos desideratos comuns.

Para o sistema financeiro cabo-verdiano, e para a banca em particular, 2012 foi um ano difícil, com contornos inesperados, encontrando-se o ambiente económico, social e de negócios vivido bem plasmado nos resultados obtidos.

No BCA, com um final de 2011 sob pressão de liquidez e perante a alteração então ocorrida no aumento das Disponibilidades Mínimas de Caixa de 16% para 18% (relembramos que sem qualquer remuneração por parte do Banco Central), bem como a esperada volatilidade dos Depósitos à Ordem dos Organismos e Entidades Públicas, foi entendido como prioridade estratégica a consolidação dos depósitos dos Clientes, com especial preocupação nos Depósitos a Prazo e no Segmento, como não podia deixar de ser, dos Emigrantes. Produtos especiais com taxas de juros atractivas permitiram um crescimento de 8% nos depósitos dessa natureza, num ano em que o crescimento das remessas dos emigrantes terá rondado 1%.

Relativamente ao Crédito, face à conjuntura e não obstante as medidas de acompanhamento e prevenção das situações mais problemáticas, sabíamos que dificilmente seria possível controlar o aumento do crédito vencido. Contudo não era expectável que o crescimento global do Crédito no Sistema Financeiro fosse apenas de 1%, depois de um aumento de 9% em 2011, sendo que no caso específico do BCA registou-se mesmo uma ligeira redução, excepção feita ao Crédito à Habitação que cresceu 1,6%. Assim, com o aumento do crédito vencido, o Banco deixou de contabilizar parte dos respectivos juros, não promovendo capitalizações nos casos de cobrança muito duvidosa, facto que não foi compensado com os proveitos gerados pelos novos financiamentos, por manifesta escassez de uma procura de qualidade, compatível com os nossos níveis de tolerância ao risco incorporado.

O efeito conjugado das duas situações, consolidação de Recursos com custo acrescidos e redução dos Proveitos pelo comportamento dos Créditos, teve consequências muito gravosas na Margem Financeira, registando-se uma diminuição de 11,3% face ao ano de 2011, traduzida num valor absoluto de 273.010 contos.

As linhas de orientação para o controlo e tentativa de redução das Despesas com o Pessoal não surtiram o efeito desejado, assistindo-se a um acréscimo ligeiramente superior a 5%, incorporando um aumento dos salários de 1,5% e ajustamentos decorrentes das carreiras profissionais, bem como das preocupações sociais, designadamente o incremento do subsídio de alimentação. Recordamos que para garantia da sustentabilidade do Fundo de Pensões privativo, o BCA manteve a contabilização de um custo superior a 400.000 contos/ano.

Os agravamentos registados nos Gastos Administrativos reflectem, no essencial, as alterações ocorridas na incidência fiscal de alguns Produtos e o reforço da aposta do Banco na formação dos seus colaboradores.

A quebra no Produto Bancário e o acréscimo para além do desejável dos Custos Operacionais contribuíram para uma importante redução dos Resultados Líquidos do BCA, que atingiram 339.088 contos, menos 36,8% que em 2011.

Preocupação muito especial deve continuar a merecer o controlo do Crédito Vencido, provavelmente o problema de gestão mais difícil com que o Banco se debate.

Contudo e pela positiva é de se salientar o bom comportamento da solidez financeira do BCA, traduzida num Rácio de Solvabilidade de 11,78%, bem acima dos 10% que a Lei obriga.

O BCA continua com uma dinâmica de avaliação crítica das suas metodologias de abordagem aos processos e procedimentos internos, com o claro objectivo de elevar os níveis de eficácia, eficiência, inovação e modernidade que permitam, numa relação de proximidade, satisfazer as expectativas dos Clientes na sua relação com o Banco, numa base de confiança mútua, parceria e laços de fidelização duradouros.

É neste contexto que o BCA tem, em fase de implementação, alguns projectos estruturantes que permitirão construir uma nova realidade, mais consentânea com a ambição de consolidar o estatuto de Banco de referência no Sistema Financeiro cabo-verdiano, nas suas mais diversas vertentes.

A título de exemplo salientamos o Projecto Valorh, de valorização dos trabalhadores do Banco, definição de novo enquadramento profissional, avaliação de desempenho, privilegiando o mérito e talento no reconhecimento da competência; o Projecto de Continuidade de Negócio, protegendo a base de dados e informação de suporte da relação com os Clientes, em situação de catástrofe; o Projecto de Digitalização do Arquivo, procurando melhor segurança e acessibilidade aos documentos arquivados; o Projecto APC – Atitude e Pro-actividade para com o Cliente, enfocando o primado da relação com o Cliente; o Projecto da Gestão de Reclamações e Contact Center; o Projecto da Central de Balanços e Modelo de Rating …

Com o investimento em todos estes projectos procura-se atingir vantagens competitivas acrescidas, de forma a sustentar a rentabilidade gerada pelo negócio, permanentemente pressionada por uma conjuntura económica desfavorável e/ou uma concorrência sempre e cada vez mais aguerrida, designadamente no que se refere à disputa das boas oportunidades comerciais.

Encontrar o justo equilíbrio entre os rácios de segurança do BCA, para não se beliscar minimamente a Confiança na Marca e os indicadores de rentabilidade, sendo capazes de satisfazer as expectativas dos accionistas e suficientemente atractivos para convocarem e atraírem Capitais, se necessário, terá que ser uma preocupação quotidiana de todos quantos trabalham no Banco.

Ainda uma referência ao facto do BCA estar a comemorar neste ano de 2013 o seu 20º aniversário. Apesar da sua jovem idade, o Banco sente-se fiel depositário de um passado de muitos e muitos na banca cabo-verdiana, considerando as suas origens emanadas do Banco de Cabo Verde e mesmo da utilização de imóveis que foram património do BNU.

Dos princípios, valores e sentido de responsabilidade da história que se orgulha e da atracção pela modernidade, inovação e irreverência da sua juventude, o BCA irá moldar a sua identidade para o futuro.

Na oportunidade, o Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento e apreço a todos os Accionistas, ao Banco de Cabo Verde, à Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários, à Bolsa de Valores, ao Fiscal Único e ao Auditor Externo, por toda a colaboração e competência prestada no acompanhamento da gestão corrente do Banco.

Àqueles sem os quais não fazia sentido a existência do Banco, os nossos Clientes, agradecemos o privilégio da sua amizade e reiteramos todo o nosso engajamento na satisfação das suas expectativas na relação com o BCA, através do reforço de um convívio de proximidade e da disponibilização de produtos e serviços compatíveis com os seus interesses e necessidades, reforçando laços de fidelização, na base da confiança e respeitos recíprocos.

A todos os trabalhadores do BCA fica uma palavra de reconhecimento e estima pela disponibilidade, empenhamento e dedicação em prol do reforço da notoriedade e engrandecimento do nosso Banco, bem como uma nota de incentivo, motivação e encorajamento para enfrentarmos as vicissitudes dos nossos dias, certos que, com o trabalho de hoje estamos a construir um BCA ainda maior e melhor para o futuro.

5 – ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL

5.1 – INTERNACIONAL

Em 2012 o crescimento económico mundial manteve-se restringido pelo peso elevado da dívida pública e privada dos EUA e da Zona Euro. Apesar de alguns sinais positivos no último trimestre do ano. nos EUA e na China, a recuperação global em 2013 deverá ser moderada e sujeita a riscos, devido a incertezas face ao evoluir da crise na Zona Euro, à persistência de problemas orçamentais e riscos excessivos de consolidação fiscal a curto prazo nos EUA, entre outros.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos principais indicadores.

Evolução dos Indicadores

	PIB		Inflação		Desemprego	
	2011	2012p	2011	2012p	2011	2012p
EUA	1,8%	2,2%	3,1%	2,1%	8,9%	8,1%
Zona Euro	1,5%	-0,6%	2,7%	2,5%	10,1%	11,3%
Portugal	-1,6%	-3,2%	3,7%	2,8%	12,7%	15,7%
Alemanha	3,0%	0,9%	2,5%	2,2%	5,9%	5,5%
Japão	-0,6%	1,9%	-0,3%	-0,1%	4,9%	4,4%
Economia Emergente	6,3%	5,1%	7,5%	6,1%	N/D	
Brasil	2,7%	0,9%	6,6%	5,4%	6,0%	5,5%
Russia	4,3%	3,7%	8,4%	5,1%	6,5%	6,0%
Ásia Emergente	7,6%	6,3%	5,6%	4,3%	3,4%	3,4%
India	6,8%	4,9%	8,9%	10,3%	n.d.	n.d.
China	9,2%	7,8%	5,4%	3,3%	4,0%	4,0%
África do Sul	3,2%	2,6%	5,9%	5,6%	23,9%	24,4%
Economia Global	**2,8%**	**2,3%**	**3,3%**	**2,5%**	**6,2%**	**6,1%**

Fontes: Comissão Europeia e Banco de Portugal

A **economia americana** tem revelado alguma melhoria no final de 2012, com destaque para o comportamento do mercado de trabalho, em que a taxa de desemprego situou-se em 7,8%, o que compara com uma taxa de desemprego média de 8,1%. No último mês de Dezembro foram criados 155 mil novos postos de trabalho. Por outro lado, realce-se que, além da produção industrial, as despesas das famílias e os investimentos residenciais continuaram a crescer no quarto trimestre de 2012.

A **Zona Euro** manteve-se em recessão, embora a tendência de declínio da sua actividade tenha marginalmente suavizado, devido ao desempenho menos desfavorável da economia Alemã (suportada pelo crescimento das suas exportações líquidas). O PIB real da área Euro desceu 0,1%,

no terceiro trimestre de 2012. Porém diversos indicadores de sentimento e inquéritos empresariais revelam, desde os últimos meses, uma trajectória de melhoria. De destacar os indicadores de confiança apurados pela Comissão Europeia, que traduzem uma melhoria do sentimento económico desde Novembro, em particular no sector dos serviços.

Em 2012 a **economia portuguesa** manteve-se condicionada pelas metas do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) e, em particular, pelo processo de consolidação orçamental, com a necessidade de redução do défice e de estabilização da dívida pública. A taxa de inflação média situou-se em 2,8%, inferior à taxa média registada em 2011 (3,7%). De acordo com informações do Banco de Portugal (BdP) a economia portuguesa deverá sofrer uma recessão entre -3,2% e -3% em 2012 e -2,3% e -1,9% em 2013.

A **economia japonesa**, por sua vez, teve um crescimento anual de cerca de 2%. A taxa de inflação no consumo voltou a ser negativa (-0,1%), após o registo de -0,3% no ano anterior. Neste contexto, cresce a pressão para que o Banco do Japão (BoJ) adopte medidas extraordinárias com vista ao aumento da taxa de inflação. Riscos externos negativos (China, Zona Euro) penalizam o *outlook* para 2013. O novo Governo, com apoio parlamentar estável e saído das eleições legislativas de Dezembro, pretende adoptar uma política agressiva contra a deflação no país.

A **economia chinesa** segue uma trajectória ascendente no ritmo de expansão da actividade, com um crescimento da economia de 7,8% em 2012 (8,5% prevista para 2013), de acordo com o Gabinete Nacional de Estatísticas. A contribuir para esta evolução estará o novo ciclo de expansão industrial, o investimento público em infra-estruturas e o consumo privado.

As perspectivas apontam para um crescimento do produto interno bruto na **África Subsariana,** embora o crescimento mundial moderado deva inibir a expansão das exportações. O PIB deverá crescer 5,4% em 2012, sustentado em alguns factores pontuais, como o arranque de novos projectos extractivos em diversos países. A taxa de inflação deverá manter-se moderada e mais notória nos países com políticas monetárias restritivas.

5.2 – NACIONAL

5.2.1– Dados Gerais

O crescimento de Cabo Verde abrandou em 2012, dada a conjuntura externa globalmente adversa, a estagnação na zona euro e a fraca procura doméstica. Entre as repercussões mais significativas contam-se a redução dos donativos e do investimento directo estrangeiro. Os indicadores de

tendência da actividade económica nacional apontam para uma contracção da procura interna e expansão da procura externa líquida. Os preços no consumidor mantiveram um perfil descendente desde Fevereiro de 2012, com a inflação média anual, medida pelo índice de preços no consumidor, a fixar-se em 2,5%.

Segundo dados publicados pelo Banco de Cabo Verde (BCV) a taxa de crescimento do PIB em 2012 deverá fixar-se no intervalo de 4% a 5%, contra 5,1% registado em 2011.

O indicador do clima económico evoluiu negativamente em comparação com o mesmo período de 2011, resultado do comportamento desfavorável dos sectores dos transportes, indústria e comércio, revela o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Relativamente ao Comércio Externo, e ainda de acordo com os dados provisórios do INE, as exportações e as importações diminuíram 15,4% e 12,6%, respectivamente, em relação a 2011, enquanto as reexportações aumentaram 28,6%. O défice da Balança Comercial diminuiu 12,4% e a taxa de cobertura das Reservas Cambiais passou de 3,2 para 3,9 meses de importação.

Segue-se a evolução dos indicadores da economia nacional:

INDICADORES ECONÓMICOS NACIONAIS

RÚBRICAS	UNIDADES	PREV	
		2011	2012
PIB Real	%	5,1	[4 a 5]
Rácio Dívida Pública	% do PIB	80,3	82,0
Câmbio Médio Anual	USD/CVE	85,4	83,3
Inflação	Média Anual	4,5%	2,5%
Desemprego	%	12,5	16,8
Invest. Directo Estrangeiro	Mil Cts	7.275	4.209
Massa Monetária	V.Anual %	8,0%	4,7%
Reservas Cambiais	Meses de Imp.	3,2	3,5
Remessas de Emigrantes	Mil Cts	13.438	13.417
Crédito à Economia	Variação	9,0%	2,0%

Fonte: OE 2012, BCV, MJEDRH e INE

Do ponto de vista orçamental continuou a assistir-se à deterioração das contas públicas, com o défice orçamental a atingir 11,2% do PIB em Novembro de 2012, agravando 1,1 pontos percentuais face a Dezembro de 2011. A redução das receitas fiscais e dos donativos, em 5,2% e 81%, respectivamente, aliados ao crescimento das despesas de investimento em 5,5%, explicam o comportamento das contas públicas até Novembro de 2012.

As Remessas de Emigrantes diminuíram 0,3%, que compara ao crescimento de cerca de 29% registado em 2011. A conjuntura económica e financeira nos principais países de acolhimento, em particular de Portugal, Espanha e Reino Unido, explica em parte o comportamento menos favorável das remessas dos emigrantes.

O agregado M2 cresceu 6,3%, contra 2,1% em 2011, devido ao aumento das reservas internacionais líquidas do país em 13%, que passaram a garantir 3,9 meses das importações totais de bens e serviços previstas para 2012, à redução em 33% dos depósitos do Governo e ao aumento do crédito do Governo, tanto junto do sistema bancário como junto do Instituto Nacional de Previdência Social, em 3,2% e 7,5%, respectivamente.

De acordo com as informações do Banco Central, o crédito à economia registou um decréscimo de 1% que compara ao crescimento vigoroso de 9,8% observado em 2011, sustentado principalmente pela redução do crédito concedido a particulares para outros fins (-14,4%). O uso de critérios mais restritivos na análise das propostas de créditos, bem como o aumento da aversão ao risco, dadas as condições económicas e financeiras do país, poderão explicar a política creditícia dos bancos comerciais em 2012.

Relativamente ao risco país, a agência de Fitch Ratings atribuiu a notação de risco B+ à dívida de longo prazo de Cabo Verde. Segundo esta agência, Cabo Verde tem uma dívida pública elevada, apresentando problemas diversos que impedem, com precisão, a correcta estimativa da dívida e dos rácios do défice orçamental. A agência de rating Standard & Poor's também atribuiu a notação de risco B+ à divida de longo prazo em moeda estrangeira de Cabo Verde, de acordo com os dados publicados em Fevereiro de 2013.

O relatório do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do PNUD para 2013, coloca Cabo Verde na posição 132 (133 em 2011), dos 186 países e territórios constantes no documento, no referente à categoria de desenvolvimento humano médio. O Relatório refere que o IDH de Cabo Verde aumentou de 0,568 (2011) para 0,586, representando um crescimento percentual de 3%.

5.2.2 – Sistema Financeiro

Durante o ano 2012 foram emitidos e publicados vários avisos e legislações dos quais, em síntese, se destacam:

- O Banco de Cabo Verde (BCV) lançou um caderno com as normas que regem a entrada e a saída de moeda nacional e estrangeira e de ouro no arquipélago;
- O Decreto-Regulamentar nº 3/2012 aprova o Regulamento do Fundo do Ambiente, que estabelece a organização e o funcionamento do citado Fundo;
- A Portaria nº 7/2012 estabelece o montante e condições mínimas do seguro de responsabilidade civil na actividade de promoção imobiliária;
- O Decreto-Lei nº 9/2012, de 20 de Março, regula a organização, competência e funcionamento da Unidade de Informação Financeira (UIF), que funciona junto do Ministério de Justiça, com orçamento privativo e autonomia financeira e técnica.
- O Aviso nº 1/2012, de 1 de Março, determina o aditamento das Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas ao Aviso nº 4/2010, de 28 de Junho, tendo em conta que se trata de um documento que contém um conjunto de informações de natureza qualitativa e quantitativa, complementares às fornecidas pelas demonstrações financeiras;
- O Decreto-Lei nº 10/2012, de 2 de Abril, estabelece o regime jurídico da Tesouraria do Estado, que se aplica a todos os serviços simples da Administração Pública bem como aos Serviços e Fundos Autónomos e Institutos Públicos que intervêm no processo de arrecadação de receitas e realização de despesas públicas;
- É republicado o Decreto-Legislativo nº 1/2012, de 27 de Janeiro, o qual aprova o Código do Mercado de Valores Mobiliários. O Código será complementado, com vista à sua execução, por diplomas legais do Governo, regulamentos da Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliário (AGMVM) e circulares da Bolsa de Valores de Cabo-Verde (BVC);
- A Bolsa de Valores de Cabo-Verde aprovou a Circular nº 01/BVC/2012 – Processo de Admissão à cotação de Valores Mobiliários e a Circular nº 02/BVC/2012 – Regras de Negociação e Operações;
- A Resolução nº 26/2012, de 21 de Maio, autoriza a Direcção Geral do Tesouro a conceder um aval aos Transportes Aéreos de Cabo Verde (TACV), para garantia do contrato de leasing firmado com a International Lease Finance Corporation (ILFC), com o objectivo de renovação da frota de aviões da empresa;
- A Resolução nº 28/2012, de 6 de Maio, renova pelo prazo de 5 (cindo) anos, o aval prestado pelo Estado de Cabo Verde para garantia das obrigações emitidas pela Electra SARL, empresa de electricidade e água, de 14 de Junho de 2007, no valor de CVE 1.352.000.000$00 (um bilião, trezentos e cinquenta e dois milhões de escudos), sendo de

CVE 270.400.000$00 (duzentos e setenta milhões e quatrocentos mil escudos) o valor relativo ao ano de 2012;

- A Lei nº 13/VIII/2012, de 11 de Julho, estabelece as bases gerais que permitem acelerar e facilitar a realização de investimentos em Cabo Verde, bem como os direitos, as garantias e os incentivos a conceder aos investimentos susceptíveis de contribuir para o desenvolvimento socio-económico do país;
- A Lei nº 20/VIII/2012, de 14 de Dezembro, aprova a alteração da Pauta Aduaneira, aprovada em 24 de Julho de 2012, que entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2013;
- A Lei nº 22/VIII/2012, de 19 de Dezembro, altera as taxas de direitos aduaneiros estabelecidos de acordo com os compromissos assumidos por Cabo Verde através da Lista CLXI, anexa ao Protocolo de Adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio, aprovado pela Resolução nº 73/VII/2008, de 19 de Junho, e rectificado pela Resolução nº 99/VII/2009, de 11 de Maio;
- A Deliberação nº 10/CA/2012, de 30 de Novembro, aprova o Relatório de Consulta Pública sobre a metodologia de cálculo do custo de capital da CV Telecom, S.A., (10,9%) aplicável ao triénio 2011-2013.

5.2.3 – BCA no Sistema

O sector financeiro cabo-verdiano está cada vez mais competitivo e concorrencial, com sete bancos comerciais e oito bancos *offshores* a operarem no mercado.

Em Janeiro de 2012 o Banco de Cabo Verde, com o intuito de salvaguardar a balança de pagamentos, acautelar a estabilidade das reservas internacionais e garantir o equilíbrio do sistema financeiro, aumentou o coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa de 16% para 18%, directrizes que viriam a influenciar fortemente a actividade creditícia ao longo do ano.

O BCA mantém a sua posição de liderança no sector bancário cabo-verdiano, mantendo-se como banco de referência e preservando as suas quotas de mercado, tanto em termos de Créditos como de Recursos de Clientes, de 40,8% e 45,1%, respectivamente, até Novembro de 2012.

De acordo com os dados disponibilizados pela Sociedade Interbancária de Sistemas de Pagamento (SISP), foram instalados durante o ano de 2012 um total de 11 máquinas ATM's e 377 POS's, perfazendo um total existente e activo no sistema de 162 e 2.990, respectivamente. O BCA fechou

o ano de 2012 com 48 máquinas ATM's activas na rede Vinti4, um incremento de 9% face ao ano anterior, e uma quota de mercado de 30%, ligeiramente superior ao registado em Dezembro de 2011 (29,1%).

O BCA em 2012 emitiu 33.814 novos cartões de Débito Vinti4, o que corresponde a uma diminuição de 1,3% relativamente ao verificado em Dezembro de 2011, contra a emissão de 77.615 cartões de débitos do Sistema Financeiro. Assim, dos cartões produzidos em 2012, 43% foram do BCA, mantendo assim a sua liderança neste produto, com uma quota de mercado a atingir os 43%, mas menos 2pp que no mesmo período do ano passado.

De seguida, a evolução dos cartões emitidos nos últimos três anos pelo BCA.

CARTÕES EMITIDOS

Unidades

RUBRICAS	2010	2011	2012
Cartões Débito "Vinti4"	31.733	33.882	33.814
Cartões Crédito "VISA"	1.986	1.895	3.535
TOTAL	**33.719**	**35.777**	**37.349**

Os cartões VISA registaram um aumento de 86,5%, sustentado no incremento dos cartões Visa Flex em 26% e 2.565 cartões produzidos no ano.

As transacções feitas nos cartões de crédito Visa mantiveram a tendência de aumento verificada no ano passado, mas com um ligeiro abrandamento de 34% para 29%. De notar a relativa estagnação das transacções VISA domésticas, facto explicável pela fraca adesão dos comerciantes ao Sistema VISA.

6 - VISÃO ESTRATÉGICA 2013

1. Tendo como referência o enquadramento das Grandes Linhas Orientadoras para o ano de 2013 traçado pelo Conselho de Administração, e corporizando o sentido da Missão do BCA que ambiciona ser o melhor Banco do Sistema Financeiro Cabo-verdiano, mantendo as quotas de mercado, sem degradação da qualidade da carteira de crédito, e melhorando os níveis de rendibilidade e de eficiência, foi dado especial ênfase ao reforço e desenvolvimento dos seguintes objectivos estratégicos:

⇒ **Protecção da Rentabilidade do BCA através do:**

1. Controlo de custos e da melhoria dos rácios de eficiência

De facto, a manutenção de forma sustentável dos Resultados só será possível com uma gestão muito criteriosa da estrutura de Custos, sendo a racionalização, produtividade e eficiência assumidos como preocupação diária, com prática corrente de combate ao despesismo e desperdício. O rigor na elaboração do Orçamento e o controlo sistemático da sua execução são determinantes para a consecução do objectivo pretendido.

2. Melhoria da receita/margem financeira do BCA

Dada a sua dimensão, o BCA será sempre um Banco com uma vertente universal muito acentuada, uma instituição de crédito onde confluem clientes de todos os estratos e segmentos, pelo que será enfatizada a preocupação pela melhoria da qualidade de serviço e de atendimento aos Clientes, reforçando os princípios de segmentação adoptados, mantendo-se um enfoque especial no segmento emigrante e pesquisando novas áreas, clientes particulares preferenciais e pequenas e micro empresas, e novos espaços e modelos de relacionamento, sempre com a preocupação de que num Banco iminentemente comercial o enfoque das atenções será sempre o Cliente, sem no entanto nunca perder de vista a rendibilidade que ele possa proporcionar.

⇒ **Promoção do Capital Humano**

No âmbito da recente alteração da Estrutura Orgânica do Banco, foi autonomizada a área da gestão de Recursos Humanos, através da criação de um Gabinete específico. Tal facto é revelador da importância que se dá à gestão dos Recursos Humanos, como factor diferenciador do mercado. Um Banco Líder do Sistema Financeiro, tem que ter a ambição de ter nos seus Quadros os melhores trabalhadores do sector e de saber criar

condições para que se mantenham motivados, através de políticas de avaliação de desempenho transparentes e fomentadoras de carreiras profissionais, onde prevalece o reconhecimento sustentado no mérito e talento.

⇒ Risco Operacional e Controlo Interno (ROCI)

Trata-se de um projecto transversal a todas as Direcções do Banco que tem como objectivo promover condições para um significativo aumento da eficiência dos métodos de trabalho e circuitos administrativos, com ganhos efectivos para a estrutura e, consequentemente, para os Resultados do Banco.

⇒ Melhoria da Qualidade da Carteira de Crédito

Numa conjuntura económica, com contornos ainda pouco claros quanto à respectiva evolução, importa manter comportamentos prudentes no que respeita aos riscos, comerciais, cambiais, de mercado e outros eventuais, com impacto directo no Balanço. O reforço dos níveis de exigência e rigor, com introdução de novos mecanismos, instrumentos de controlo e acompanhamento, seguramente que permitirão, pelo menos, o não agravamento do nível de incumprimento registado até ao momento. Cumulativamente serão aperfeiçoados todos os recursos e estruturas disponíveis, para gerir e tentar regularizar, de forma consistente, créditos tidos como problemáticos. Este é um dos grandes objectivos prioritários para os próximos anos.

7 - ACTIVIDADE COMERCIAL

7.1. – RECURSOS

Eleito pelo terceiro ano consecutivo como a **Marca de Confiança** dos cabo-verdianos no sector bancário nacional, o BCA continuou sendo líder em Notoriedade de Marca. Enquanto líder e instituição de referência nacional, o BCA tem responsabilidades acrescidas no foro social, mantendo durante o corrente ano o projecto de Sustentabilidade Social e Ambiental, apoiando acções culturais e sociais e promovendo o desenvolvimento sustentável do país.

O BCA manteve a sua política de uniformização e modernização dos seus espaços físicos com a inauguração das novas instalações da Agência Avenida, na cidade da Praia, e da Agência do Maio na cidade do Porto Inglês, ilha do Maio. O BCA mantem a sua rede de 33 balcões cobrindo todas as Ilhas e quase todos os Concelhos do Arquipélago.

O saldo dos Recursos de Clientes, que inclui os Depósitos de Clientes, os títulos colocados no mercado secundário - Repos e os Juros a pagar dos depósitos, totaliza 58,1 milhões de contos, evidenciando um incremento de 3%, sustentado pelos Depósitos de Clientes, que aumentaram 3,9%. Os Depósitos a Prazo tiveram uma evolução positiva de 9,7% em relação a Dezembro de 2011, o que mostra o reconhecimento e a confiança na marca BCA, sobretudo dos Emigrantes, cuja taxa de crescimento atingiu 11,1%, representando 70,7% da carteira a prazo do banco, em Dezembro de 2012. Os Depósitos à Ordem e de Poupança diminuíram em Dezembro de 2012 quando comparados com o mesmo período do ano passado, em 2,5% e 4,5%, respectivamente.

Os Depósitos de Clientes pertencem, na sua maioria, a clientes Particulares com um peso de 82,6% e um acréscimo de 4,1%. Os Depósitos Totais de Emigrantes representam 51,5% do total da Carteira de Depósitos e cresceram 8% em relação a Dezembro de 2011. Por outro lado, os títulos colocados no mercado secundário com acordo de recompra e cujo peso nos recursos de clientes rondou 3,3%, fechou o ano com um saldo de 1.902 mil cts, inferior ao valor registado no ano passado.

O quadro que se segue ilustra a evolução dos Recursos de Clientes nos dois últimos anos:

RECURSOS DE CLIENTES

(mil cts)

Rúbricas	2011	2012	Variação	
			Absol.	Relat.
Depósitos	**53.469**	**55.558**	**2.089**	**3,9%**
A Ordem	21.175	20.639	-536	-2,5%
A Prazo	28.786	31.567	2.781	9,7%
De Poupança	3.508	3.351	-157	-4,5%
Juros a pagar de Depósitos	**618**	**659**	**41**	**6,7%**
Títulos Mercado Secundário	**2.299**	**1.928**	**-371**	**-16,1%**
Outros Recursos de Clientes	**74**	**31**	**-42**	**-57,6%**
RECURSOS DE CLIENTES	**56.460**	**58.176**	**1.717**	**3,0%**

7.2. – CRÉDITO

7.2.1 – Condicionantes da Actividade do Crédito

A conjuntura económica desfavorável marcou o ano de 2012 com a estagnação na Zona Euro e a fraca procura doméstica. Com a dependência de Cabo Verde do exterior, continuou a sentir-se, e de forma cada vez mais acentuada, os efeitos da crise económico-financeira internacional, caracterizados pela desaceleração dos investimentos externos, pela diminuição nas remessas dos emigrantes, sustentada na deterioração das condições dos mercados de trabalho dos países da emigração, principalmente na Europa. O mercado de trabalho a nível nacional também deteoriou-se com o aumento do desemprego, principalmente nas grandes cidades.

As adversidades continuaram em 2012 e têm-se repercutido na actividade bancária, com ênfase na qualidade da carteira de crédito dos bancos, cujo rácio de incumprimento atinge valores acima do exigido internacionalmente, rácio este calculado considerando a totalidade do crédito vencido e vincendo sobre a carteira global de crédito.

As medidas restritivas imposta pelo Banco de Cabo Verde, no início de 2012, com o aumento das Disponibilidades Mínimas de Caixa de 16% para 18%, bem como as condições desfavoráveis de evolução do mercado, levaram o Banco a ter alguma contenção na concessão de novos empréstimos.

De acordo com o Banco de Cabo Verde, o sector financeiro, face à deterioração do balanço dos bancos e ao aumento dos riscos do mercado, tem contribuido para o abrandamento do crédito à

economia (-1,1%), em resultado do reforço das medidas prudenciais impostas aos bancos comerciais.

7.2.2 – Análise do Crédito Concedido

O volume total do Crédito concedido em 2012, ou seja, as novas operações realizadas, atingiu aproximadamente 10,8 milhões de contos, inferior a 2011 em 21,3% (-2.934 mil contos), sendo que 66,3% do total concedido no ano destinou-se às empresas. Estes valores mostram a deterioração da actividade económica nacional, e as condições desfavoráveis de evolução do mercado, e o seu reflexo na actividade bancária, conforme quadro que se segue:

Evolução do Crédito Concedido por Segmento

(mil cts)

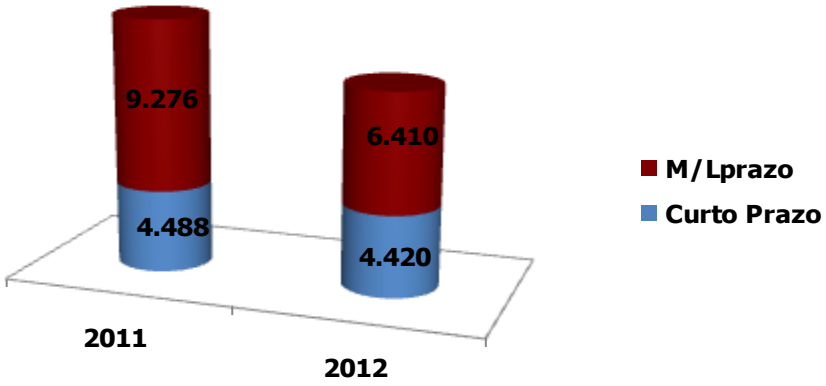
CRÉDITOS	2011	2012	Variação		Estrutura	
			Absoluta	Relativa	2011	2012
Empresas	**7.573**	**7.178**	**-395**	**-5,2%**	**55,0%**	**66,3%**
Curto Prazo	3.663	3.882	219	6,0%	26,6%	35,8%
M/LPrazo	3.910	3.296	-615	-15,7%	28,4%	30,4%
Particulares	**6.191**	**3.652**	**-2.539**	**-41,0%**	**45,0%**	**33,7%**
Crédito à Habitação	2.849	1.966	-884	-31,0%	20,7%	18,2%
Crédito ao Consumo	3.342	1.686	-1.655	-49,5%	24,3%	15,6%
TOTAL	**13.764**	**10.830**	**-2.934**	**-21,3%**	**100,0%**	**100,0%**

O crédito concedido evidenciou um decréscimo em relação a Dezembro de 2011, suportado sobretudo nos créditos de médio e longo prazo, que diminuiram 30,9%, constituídos por crédito para habitação própria e de rendimento e créditos para investimentos das empresas, resultante da desaceleração do sector da construção imobiliária, o que demonstra o ambiente desfavorável de negócios vivida durante o ano, e alguma prudência por parte do banco na concessão de novos empréstimos. O crédito de curto prazo também retraiu ligeiramente devido à diminuição do poder de compra das famílias.

Evolução do Crédito Concedido por Prazos

(mil cts)

CRÉDITOS	2011	2012	Variação	
			Absoluta	Relativa
Curto Prazo	4.488	4.420	-68	-1,5%
M/L Prazo	9.276	6.410	-2.866	-30,9%
TOTAL	**13.764**	**10.830**	**-2.934**	**-21,3%**



7.2.3 – Análise da Carteira de Crédito

O saldo da carteira de Crédito Vivo sem os créditos titulados atingiu 34,8 milhões de contos, uma diminuição de 3,8% (1,3 milhões de contos) comparativamente ao ano anterior. Esta evolução desfavorável é por um lado o reflexo do aumento do crédito em incumprimento e por outro da diminuição de operações novas. De destacar que a diminuição foi suportada quer pelos créditos a empresas, que diminuíram 4,3%, quer dos Particulares com um decréscimo de 3,4%. De realçar que cerca de 38,3% do crédito vivo a clientes representa crédito à habitação, conforme indicado no quadro seguinte:

Carteira de Crédito Vivo por Entidade

(mil cts)

Entidades	2011	2012	Variação		Estrutura	
			Absoluta	Relativa	2011	2012
Empresas	**16.279**	**15.587**	**-692**	**-4,3%**	**40,3%**	**39,7%**
Curto Prazo	3.009	3.073	63	2,1%	7,4%	7,8%
M/LPrazo	13.270	12.514	-755	-5,7%	32,8%	31,9%
Particulares	**19.971**	**19.282**	**-689**	**-3,4%**	**49,4%**	**49,1%**
Crédito à Habitação	14.731	14.828	97	0,7%	36,5%	37,8%
Crédito Consumo	5.240	4.454	-786	-15,0%	13,0%	11,3%
Sub - Total	**36.250**	**34.869**	**-1.381**	**-3,8%**	**89,7%**	**88,8%**
Obrigações Publicas e Privadas	**4.208**	**3.978**	**-230**	**-5,5%**	**10,4%**	**10,1%**
Proveitos de Credito	**195**	**158**	**-38**	**-19,2%**	**0,5%**	**0,4%**
Receitas c/Rendimento Dif.	**-253**	**266**	**520**	**-205,2%**	**-0,6%**	**0,7%**
CRÉDITO A CLIENTES	**40.400**	**39.272**	**-1.128**	**-2,8%**	**100,0%**	**100,0%**

A Carteira de Crédito Global a Clientes, incluindo o Crédito e Juros vencidos, os Proveitos a Receber e as Obrigações Públicas e Privadas, diminuiu 4% face ao período homólogo.

Apesar do esforço acrescido na prevenção e recuperação de crédito em situação irregular, agindo pró-activamente sobre o crédito vincendo e no acompanhamento permanente dos clientes com maiores exposições na utilização da central de balanço enquanto instrumento de avaliação de risco das empresas e do Rating, com vista à optimização da qualidade da carteira de crédito, o crédito em incumprimento atingiu 4,7 milhões de contos, o que representa um aumento de 14,3%, devido à conjuntura altamente desfavorável vivida durante o ano.

De seguida a evolução da Carteira de Crédito Global a Clientes nos dois últimos anos:

CARTEIRA DE CRÉDITO A CLIENTES

(mil cts)

Rubricas	2011	2012	Variação	
			Absoluta	Relativa
Crédito Vivo	**36.250**	**34.869**	**-1.381**	**-3,8%**
Curto Prazo	3.744	3.676	-68	-1,8%
Médio e Longo Prazo	32.506	31.193	-1.313	-4,0%
Crédito e Juros Vencidos	**4.160**	**4.755**	**595**	**14,3%**
Obrig. Públicas e Privadas	**4.208**	**3.978**	**-230**	**-5,5%**
Proveitos de Crédito	**195**	**158**	**-38**	**-19,2%**
Receitas c/Rendimento Diferido	**-253**	**266**	**520**	**-205,2%**
CRÉDITO TOTAL	**44.560**	**44.027**	**-533**	**-1,2%**
M/LPrazo/Crédito Normal	**89,7%**	**89,5%**		

O quadro seguinte reflecte a evolução da Carteira de Crédito Bruta a Clientes, por Entidade:

Carteira de Crédito Total por Entidade

(mil cts)

Entidades	2011	2012	Variação		Estrutura	
			Absoluta	Relativa	2011	2012
Empresas	**18.651**	**18.397**	**-254**	**-1,4%**	**46,2%**	**46,4%**
Curto Prazo	3.282	3.477	195	6,0%	8,1%	8,8%
M/LPrazo	15.369	14.920	-449	-2,9%	38,0%	37,7%
Particulares	**21.759**	**21.227**	**-532**	**-2,4%**	**53,8%**	**53,6%**
Crédito à Habitação	15.822	16.076	253	1,6%	39,2%	40,6%
Crédito Consumo	5.936	5.151	-785	-13,2%	14,7%	13,0%
CRÉDITO A CLIENTES	**40.410**	**39.624**	**-786**	**-1,9%**	**100,0%**	**100,0%**

8 - OUTRAS ACTIVIDADES

8.1- RECURSOS HUMANOS

Em 31 de Dezembro de 2012, o Quadro do Pessoal apresentava um total de 431 colaboradores no activo, sendo 397 do quadro efectivo e 34 contratados a termo certo.

Contava ainda com seis (6) colaboradores em situação de licença sem vencimento, seis (6) cuja relação laboral foi suspensa por motivo de doença e uma (1) suspensão preventiva.

Durante o ano de 2012 foram admitidos quatro (4) novos colaboradores e ocorreram duas (2) desvinculações por iniciativa do banco.

Dez (10) colaboradores passaram à situação de reformados, que atingiu um total de 121 aposentados, conforme se pode verificar no quadro abaixo.

	ACTIVOS			INACTIVOS	
	2011	2012		2011	2012
Quadro Permanente	411	397	Aposentados	112	121
Contratos a Prazo	31	34	Desvincul./Indemn.	3	2
			Comissão Serviço	0	0
			Licença	8	6
			Ausência por Doença	1	6
			Ausência Out. Motivos	1	1
TOTAL	**442**	**431**	**TOTAL**	**125**	**136**

Quanto ao Género, as Mulheres correspondiam a 63% e os Homens a 37% do total dos colaboradores no activo. Por Grupos Funcionais, 39% dos colaboradores desempenhavam funções técnicas, 22% exerciam cargos de chefia, 19% funções auxiliares e de apoio, 12% eram multifunções e 8% executavam funções administrativas.

Em termos de habilitações literárias, conforme se pode constatar no quadro abaixo, verifica-se um ligeiro aumento da percentagem dos colaboradores detentores de Licenciatura, 35,7% do total do efectivo. Constata-se ainda que 33,9% dos colaboradores detinham o Ensino Secundário, 19,7% o Ensino Básico, 3,2% o Ensino Superior Politécnico e 7,4% o Ensino Técnico–profissional.

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

	2011		2012	
	Quant.	%	Quant.	%
Ensino Básico	89	20,1%	85	19,7%
Ensino Secundário	153	34,6%	146	33,9%
Ensino Técnico-Profissional	35	7,9%	32	7,4%
Ensino Superior Politécnico	15	3,4%	14	3,2%
Ensino Superior Universitário	150	33,9%	154	35,7%
TOTAL	**442**	**100%**	**431**	**100%**

8.1.1 – Formação e Capacitação Profissional

No decurso de 2012 o BCA investiu em 70 acções de formação, atingindo um total de 846 formandos, o que corresponde a uma média de 1,96 acções de formação por trabalhador, com uma carga horária total de 1.424 horas, sendo o investimento global estimado em 20.478 contos.

De entre as acções realizadas merecem destaque, pela sua abrangência e pertinência, ainda no quadro da crise financeira que vem assolando o mundo e com particular realce a Zona Euro, no qual o sistema financeiro cabo-verdiano está ancorado, as seguintes: Coaching; Branchsim; Windows server; Prevenção e Lavagem de dinheiro; Gestão de risco em Basileia; Gestão de risco operacional; Central de balanços; Planeamento e gestão estratégica e Recuperação de crédito.

Das acções de formação realizadas, 50 foram no país (out empresa), abrangendo 500 formandos, com uma carga horária de 977 horas. Aqui realça-se um conjunto de acções de formação realizadas em parceria com o Instituto de Formação Bancária de Portugal (IFB).

No país (in empresa) foram realizadas 11 acções com uma participação de 331 formandos, totalizando 87 horas. De salientar o conjunto de formações promovidas pelo GFC/DFI e DGR. Convém frisar que nessas acções participaram colaboradores de praticamente todos os Órgãos de Estrutura.

Relativamente ao exterior, participaram 15 colaboradores em nove (9) acções de formação no IFB, na Caixa Geral de Depósitos e na LMsis, com uma carga horária de 360 horas.

O Banco contribuiu ainda para a formação académica de colaboradores, comparticipando nas propinas de cursos de Licenciaturas, Pós-Graduações e Mestrados.

Durante o ano foram proporcionados 14 estágios, sendo 8 curriculares e 6 profissionais. Os estagiários foram acolhidos pelas Direcções de Sistemas Informáticos, Financeira e Internacional, de Suporte e Logística e pelo Gabinete de Recursos Humanos. Destaca-se, ainda, os estágios concedidos no âmbito do projecto da Actualização da Base de Dados dos Clientes do Banco, em que foram recrutados 30 jovens, tendo ficado distribuídos por todas as Agências.

8.1.2 – Apoio Social aos Trabalhadores

Durante o ano de 2012 os colaboradores do Sistema Privativo de Segurança Social do Banco e reformados, bem como os seus agregados familiares, beneficiaram no País de exames clínicos de diagnóstico, consultas de clínica geral e de especialidade, fornecimento de próteses oculares, estomatológicas, tratamentos de enfermaria, cirurgias e internamentos hospitalares.

No âmbito do protocolo existente entre o BCA e os SAMS - Serviços de Apoio Médico e Social dos Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas, de Portugal – os colaboradores beneficiaram de 923 tratamentos (consultas, exames médicos, análises clínicas, intervenções cirúrgicas e internamentos hospitalares). Ocorreram 10 evacuações de beneficiários do Sistema Privativo, tendo o Banco suportado, durante o ano, os custos referentes a 11 evacuados e 1 acompanhante.

Os custos com a Assistência Médica-Medicamentosa ascenderam ao montante de 66.583 contos, subdivididos em Assistência Médica no Exterior de 18.698 contos e no país de 47.885 contos.

O Banco continuou a apoiar os seus colaboradores e reformados através da política de concessão de créditos, nomeadamente para aquisição ou construção de habitação própria permanente e abonos fiscais. Foram ainda concedidos adiantamentos de vencimento para educação, saúde, encargos extraordinários, reparações e benfeitorias de habitação e aquisição de viatura própria, tendo o montante global atingido 208.913 contos.

8.2 – ÁREA FINANCEIRA E INTERNACIONAL

8.2.1 - Planeamento e Controlo Gestão e Contabilidade

A Divisão de Planeamento e Controle de Gestão - DPG, continuou a trabalhar em 2012, no sentido de aprimorar cada vez mais a qualidade da informação de gestão fornecida à Comissão Executiva do Banco. Visando cumprir todas as solicitações do Supervisor do Sistema Financeiro, foram desenvolvidos esforços acrescidos para a elaboração e produção atempada de informações estatísticas e prudenciais enviadas mensalmente ao Banco de Cabo Verde e à Sede da Caixa Geral de Depósitos, principal accionista do Banco, para efeitos de consolidação.

8.2.2 – Internacional

O Banco continuou a privilegiar a aposta na internacionalização selectiva como estratégia da área internacional e como forma de cobrir os países de emigração dos cabo-verdianos.

Uma forte e activa presença nestes mercados, com especial destaque neste ano para o Luxemburgo, tem permitindo ao BCA um real e melhor conhecimento das necessidades e expectativas dos emigrantes, dando assim elementos para se posicionar como a melhor alternativa junto destes.

Com uma preocupação cada vez mais crescente em termos de melhoria da qualidade e eficiência dos serviços, o banco tem desenvolvido acordos preferenciais com outras instituições financeiras e privilegiado o uso crescente da vasta rede internacional da Caixa Geral de Depósitos para a realização das operações dos Clientes, nos mais variados mercados.

Igualmente para os restantes correspondentes procurou-se o estreitamento de relações com vista à melhoria da qualidade dos serviços a preços atractivos.

Relações com Bancos Correspondentes

O BCA possuiu uma vasta rede de 31 correspondentes, cobrindo 17 países, e variadas operações em moedas tais como EUR, USD, CHF, GBP, CAD, DKK, SEK, NOK, JPY e ZAR.

Esta rede tem permitido a melhoria constante das condições para a realização do negócio internacional, garantindo a cobertura dos principais mercados em tempo célere e a custos reduzidos. Registou-se em 2012 um aumento da rede de correspondentes SWIFT de 225 para 230.

O BCA recebeu representantes e delegações de alguns organismos internacionais e bancos, a saber:

1. Agence Française de Développment (AFD) - No âmbito da 2ª Linha de Crédito e do Projecto da Política de Responsabilidade Social em implementação, recebeu-se duas visitas desta entidade.
2. Proparco - Instituição Financeira para o Desenvolvimento, detida conjuntamente pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e por accionistas privados, reuniu-se com o BCA com vista à negociação de uma Linha de Crédito de apoio ao sector privado.
3. Finance for Développment – FMO, Banco holandês de desenvolvimento empresarial que tem como objectivo promover o desenvolvimento sustentável do sector privado através de parcerias, concessão de empréstimos e partilha de conhecimentos, no sentido de apresentar e negociar a possibilidade de uma Linha de Funding e serviços de apoio ao investidor.
4. Banque de Development de China - Com o propósito de se explorar as oportunidades de negócio existentes.
5. GARI - Entidade com a qual o BCA mantém relações de parceria, visitou o banco com o objectivo de se fazer um ponto de situação dos projectos em comum.
6. Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) - No âmbito de uma assistência técnica voltada para as Áreas de Liquidez e Títulos Públicos.
7. Commerzbank - Recebeu-se uma delegação desse Banco no âmbito da análise da sua relação de correspondência com o BCA.
8. Societé Generale – Para análise de uma eventual relação de correspondent banking.

8.2.3. Liquidez

Gestão da Liquidez

Para a implementação das medidas adequadas à redução dos diversos riscos, designadamente operacionais, financeiros e de *compliance*, elevando o controlo interno ao nível das melhores práticas internacionais, a gestão da liquidez (activos e passivos) pautou-se pelo cumprimento rigoroso das responsabilidades e rentabilização máxima das disponibilidades. Para tal recorreu-se aos mercados financeiros nacional e internacional, tentando sempre minimizar os riscos de liquidez, de mercado e cambial.

Manteve-se a aposta na correcta identificação das várias oportunidades de negócio, no rigoroso controlo dos activos líquidos e na aceleração do processo de transformação em divisas de notas estrangeiras captadas no país.

Durante o ano de 2012 a movimentação de divisas com o exterior teve uma evolução mista. Do lado das entradas registou-se uma variação negativa de 6,9% (2,48 milhões de contos) e as saídas variação positiva de 2,9% (1 milhão de contos). Do lado das entradas a variação deveu-se essencialmente à compra de divisas ao BCV, que registou uma variação negativa de 47,1% face ao ano anterior. Já as vendas ao BCV registaram uma variação positiva de 228,1% (cerca de 3,1 milhões de contos) levando a que as saídas registassem uma variação total positiva.

Quando se analisa a movimentação de divisas sem as operações com o BCV, constata-se um aumento das entradas em 50 mil contos, derivado essencialmente das remessas de notas para o exterior. Do lado das saídas, registou-se uma variação negativa de 6,2% (cerca de 2,1 milhões de contos) por via da diminuição das ordens de pagamentos emitidas.

Entradas e Saidas Moedas Estrangeira

(Mil cts)

			Variação	
	2011	**2012**	**Absoluta**	**Relativa**
Entradas Estrangeiro	30.886	30.936	50	0,2%
Compra Banco Central	5.381	2.845	-2.536	-47,1%
Total Entradas	**36.267**	**33.781**	**-2.486**	**-6,9%**
Saídas Estrangeiro	34.171	32.045	-2.126	-6,2%
Venda Banco Central	1.378	4.521	3.143	228,1%
Total Saídas	**35.549**	**36.566**	**1.017**	**2,9%**

As disponibilidades em CVE's e divisas permitiram a sua rentabilização, tanto no mercado nacional como internacional. A preferência por prazos curtos levou a apostar nas aplicações de muito curto prazo, com destaque para o Mercado Interbancário Nacional, mas continuando a efectuar aplicações no Mercado de Capitais e Mercado Primário de Títulos (Públicos e Privados). Registou-se

assim uma variação positiva de 47,9% (cerca de 50,1 milhões contos) com destaque para as aplicações no Mercado Monetário Interbancário (MMI).

(Mil ctos)

	Aplicações acumuladas no Ano			
	2011	2012	Variação	
			Absoluta	Relativa
Mercado Monetário Nacional	**59.485**	**127.403**	**67.918**	**114,2%**
Titulos Tesouro	100	400	300	300,0%
Aplicações BCV	42.100	73.330	31.230	74,2%
Outras Aplicações BCV (TIM)	180	898	718	398,9%
Outras Aplicações BCV (TRM)	12.875	9.875	-3.000	-23,3%
Aplicações Outros Bancos	4.230	42.900	38.670	914,2%
Mercado Capitais		**678**	**678**	
Aplicações nos Correspondentes	**45.037**	**26.551**	**-18.486**	**-41,0%**
TOTAL	**104.522**	**154.632**	**50.110**	**47,9%**

Os montantes das aplicações do excedente de liquidez no final dos períodos de constituição das Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC), junto do Banco Central de Cabo Verde (BCV), atingiram o global de 73,3 milhões de contos, representando uma variação positiva de 74,2% face ao ano anterior.

O excedente em ME aplicado junto dos correspondentes registou uma variação global negativa de 41%, que se justifica pela aposta em aplicações no mercado nacional. Isto porque as taxas médias ponderadas das aplicações em EUR acusaram uma variação negativa, tendo passando de 0,27% para 0,18%. As taxas em USD registaram uma variação positiva, tendo passado de 0,35% para 0,62%, mas as taxas das duas moedas continuaram muito abaixo das taxas do Mercado Monetário Nacional.

Em termos de juros recebidos no ano, constata-se uma diminuição de 10,6% (-59 mil contos) explicado pelo vencimento de títulos a uma taxa superior à da sua renovação, por via da redução das taxas de Obrigações do Tesouro (OT's) e por não se ter conseguido renovar todos os títulos, numa primeira fase do ano, devido a restrições de liquidez e, numa segunda fase, devido à grande concorrência nos leilões.

(Mil ctos)

	Juros de aplicações do Ano			
			Variação	
	2011	2012	Absoluta	Relativa
Mercado Monetário Nacional	**294**	**231**	-63	-21,4%
Titulos Tesouro	266	189	-77	-29,0%
Aplicações BCV	3	8	5	152,8%
Outras Aplicações BCV (TIM)	1	4	3	441,5%
Outras Aplicações BCV (TRM)	22	21	-1	-2,6%
Aplicações Outros Bancos	2	9	7	306,0%
Mercado Capitais	**256**	**258**	**2**	**0,7%**
Aplicações nos Correspondentes	**7**	**9**	**2**	**28,1%**
TOTAL	**557**	**498**	**-59**	**-10,6%**

A carteira de aplicações registou uma variação positiva de 116,2% (cerca de 10 milhões de contos) por via das operações do MMI, com destaque para as aplicações junto do BCV e operações em Títulos de Intervenção Monetária (TIM's).

(Mil ctos)

	Carteira Aplicações			
			Variação	
	2011	2012	Absoluta	Relativa
Mercado Monetário Nacional	**3.698**	**13.823**	**273,8%**	**0,1%**
Titulos Tesouro	3.398	3.298	-100	-2,9%
Aplicações BCV	-	9.500		
Outras Aplicações BCV (TIM)	-	798		
Outras Aplicações BCV (TRM)	300	227	-73	-24,3%
Aplicações Outros Bancos	-	-		
Mercado Capitais	**4.163**	**3.918**	**-244**	**-5,9%**
Aplicações nos Correspondentes	**801**	**980**	**179**	**22,4%**
TOTAL	**8.661**	**18.721**	**10.060**	**116,2%**

Em termos da posição cambial manteve-se o rigoroso controlo dos riscos. Assim, em 2012, os ganhos com a reavaliação atingiram 146,6 mil contos, representando um aumento de 6,52% face ao ano anterior, essencialmente devido às operações em USD.

8.2.4– Mercado de Capitais

BCA - Intermediário Financeiro

Num Mercado de Capitais com maior dinamismo do que o ano anterior, o BCA, como intermediário financeiro, participou nas operações do mercado, com destaque para os empréstimos obrigacionistas da Electra (1.202 mil contos), da Tecnicil (750 mil contos) e da ASA (450 mil contos).

Registou-se um total de 11,8 milhões de contos em transacções no mercado primário, dos quais 6,8 milhões feitos pelo INPS, tendo o BCA transaccionado 15,3% do total. Das transacções totais do mercado, e considerando apenas as negociações efectuadas pelos bancos, ou seja, retirando o INPS, a contribuição do BCA situa-se nos 35,9%, sendo 16,1% em Títulos de Dívida Pública.

Obrigações Subordinadas do BCA na Bolsa

Em Dezembro de 2010 o BCA lançou a sua primeira emissão obrigacionista, com a venda de 500 mil obrigações subordinadas, com o objectivo de reforçar os Fundos Próprios do Banco e assim contribuir para sustentar o crescimento da instituição e responder ao financiamento, de forma individual ou em sindicato bancário, de grandes projectos de investimento, quer públicos quer privados, previstos para a continuação do programa de infra-estruturação do país.

No segundo ano, o volume de transacções atingiu 2,2 mil contos, representando 1,3% do volume de transacções do mercado secundário da Bolsa.

8.3 – GESTÃO DE RISCOS

8.3.1 – Risco de Crédito

As medidas restritivas emanadas pelo Banco de Cabo Verde, no início de 2012, assim como as condições desfavoráveis de evolução do mercado, levaram o Banco a ter alguma contenção na concessão de novos empréstimos. A esse facto acresce ainda a situação do crédito vencido que registou valores assinaláveis ao longo de 2012, com impacto desfavorável no crédito concedido e mesmo nos resultados do Banco.

Perante essa situação o BCV passou a exigir relatórios de avaliação de **Risco de Crédito** das grandes exposições (algumas previamente identificadas pelo BCV, nomeadamente as ligadas ao sector Imobiliário, destacando os casos mais críticos e as perspectivas de resolução.

No que diz respeito ao "controlo" de risco de crédito, vale realçar a consolidação do processo de acompanhamento mensal dos clientes/entidades com maiores exposições creditícias, denominadas de Top 50, bem como as perdas por imparidade que lhes estão associadas.

Note-se que em 2012 o Banco procedeu ao *upgrade* do modelo de perdas por imparidade, incluindo novas funcionalidades, nomeadamente o agravamento dos créditos reestruturados (através da sua identificação e marcação) e estratificação dos contratos com garantias hipotecárias. Igualmente, e como tem sido hábito, procedeu-se à elaboração de relatórios mensais, trimestrais e semestrais sobre as perdas por imparidade, sendo notório o agravamento da qualidade da carteira de crédito.

Por outro lado, é de se destacar o pleno funcionamento da Central de Balanço em 2012, assim como a sua utilização enquanto instrumento de avaliação de risco das empresas.

Tendo em consideração a evolução do negócio, foi necessário elaborar alguns estudos específicos de acompanhamento, nomeadamente os relacionados com a exposição das Câmaras Municipais e o incumprimento no Crédito Habitação e nas operações de Leasing.

Note-se também que foram apresentadas propostas visando um tratamento mais consistente e sustentado das reestruturações de créditos e a melhoria da utilização do rácio LTV, enquanto instrumento de controlo de risco e de recuperação de crédito.

8.3.2 – Risco de Mercado e Liquidez

O início de 2012 foi marcado por algumas restrições na liquidez em virtude do aumento da taxa das Disponibilidades Mínimas de Caixa de 16% para 18%. Dessa forma, no primeiro trimestre do ano, a gestão da liquidez mereceu uma atenção prioritária, aumentando o alcance da intervenção do Gabinete de Risco de Mercado e Liquidez no BCA.

Em Janeiro de 2012 aprovou-se um conjunto de medidas para fazer face ao aumento das taxas das Disponibilidades Mínimas de Caixa, além de outras alterações de política monetária adoptadas pelo BCV. Essas medidas rapidamente tiveram o efeito esperado e, logo no segundo trimestre, conseguiu-se absorver praticamente todo o impacto relevante da restrição na liquidez provocada pelo aumento de 2 p.p. na taxa das disponibilidades que mantemos imobilizadas no Banco Central.

Isso evidenciou que um adequado acompanhamento do Risco de Liquidez permite aumentar consideravelmente o conhecimento da exposição do Banco e equacionar rapidamente boas respostas a flutuações menos favoráveis.

No que diz respeito ao Risco de Taxa de Juro, o ano de 2012 foi marcado pela conclusão do processo de implementação de mais um importante instrumento de caracterização desse risco: o Mapa de Gap de Repricing. Assim, com base nesse Mapa passou-se a fazer o acompanhamento trimestral da evolução dos Activos e Passivos sensíveis a variações na taxa de juro.

Note-se também que foi instituído pelo BCV a apresentação de um mapa para análise de Risco de Taxa de Juro, onde se calcula o impacto esperado de flutuações das taxas de juro na margem financeira e na situação líquida, com base em pressupostos previamente definidos pelo órgão de supervisão.

O Risco de Taxa de Câmbio continuou a ser acompanhado através do relatório mensal de análise da evolução da posição cambial na moeda mais relevante sujeita a risco cambial (USD), da análise mensal da evolução do Value at Risk da carteira do Banco, disponibilizado pela CGD, bem como pelo controlo do cumprimento dos limites de exposição aprovados pela Administração.

8.4 – COMPLIANCE

O BCA, no quadro da sua estratégia de redução dos riscos, vem implementando políticas e procedimentos de controlo visando mitigar a possibilidade de ocorrência de eventos que afectem o cumprimento dos seus objectivos, a sua situação financeira ou a sua imagem e reputação.

É neste âmbito que se encontra estabelecida uma Função Compliance, atribuída a todos os órgãos de estrutura, corporizando-se porém numa estrutura – o Gabinete de Suporte à Função Compliance (GFC), directamente dependente da Comissão Executiva – a qual tem por missão assegurar, conjuntamente com as demais áreas, a adequação, o fortalecimento e o funcionamento do sistema de controlo interno, assegurando que a instituição desenvolve as suas actividades em conformidade com a legislação e regulamentação aplicável e com respeito a elevados princípios de integridade e valores éticos.

Paralelamente o Banco está a desenvolver, desde 2010, um processo transversal de Gestão do Risco Operacional, estando implementado um processo de registo dos eventos de risco operacional,

suportado numa aplicação informática, permitindo a identificação e monitorização dos riscos, as suas causas e a implementação de medidas para a sua mitigação.

Em 2012, e no quadro da contínua monitorização e mitigação dos riscos, desenvolveram-se diversas iniciativas visando reforçar a segurança e a robustez dos processos, aumentando a eficiência operacional e garantindo a conformidade com a legislação e regulamentos aplicáveis. De entre estas iniciativas, destacam-se a implementação dos projectos "Gestão da Base de Dados" e "Gestão Documental", tendo-se desenvolvido um conjunto de acções tendentes à melhoria da Base de Dados de Clientes e dos procedimentos de tratamento da documentação e da sua conservação.

Constituindo a formação um importante meio de promover a cultura de compliance e de prevenção dos riscos, em 2012 deu-se continuidade à realização de acções de formação interna, sobre temas como gestão do risco compliance, código de conduta do BCA, prevenção da lavagem de capitais, abertura de contas e gestão do risco operacional.

8.5 – AUDITORIA E INSPECÇÃO

O Gabinete de Auditoria e Inspecção realizou, ao longo do ano, várias acções de que se destacam as de auditoria presenciais às Agências, bem como auditorias à distância de algumas operações efectuadas pelas mesmas. Foram efectuadas, ainda, entre outras, acções tais como análise de actas de crédito concedido, análise e acompanhamento de diferenças de caixa nos vários balcões e acções visando a sua regularização, assim como análise e acompanhamento de saldos de tesouraria das Agências.

8.6 – ORGANIZAÇÃO E INOVAÇÃO

Em 2012 registou-se uma evolução ao nível da produção de normativos com eficácia e adequação necessária dos procedimentos internos às necessidades do desenvolvimento da instituição perante a melhor operacionalização das estruturas orgânicas e as novas regras estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde, enquanto regulador externo.

Destacam-se, entre as várias normas elaboradas e publicadas, o Regulamento de empréstimo à habitação para trabalhadores do BCA, a Definição de Delegações de poderes, o Regulamento de aquisição de bens e de serviços, a Definição de acessos e autoridades no Sistema (aprovado em final de 2011, divulgado e implementado em 2012), o Regulamento do cartão de identificação dos

colaboradores do BCA, o Regulamento de controlo de assiduidade, a Gestão do risco compliance e Registo de incumprimentos.

Continuaram também como preocupações do Banco a melhoria da performance dos utilizadores do Sistema Informático, a gestão das solicitações de atendimento das dúvidas manifestadas pelos colaboradores do Banco, o acompanhamento da resolução e do tempo de execução das tarefas. Foram registados um total de 1.275 pedidos/incidentes (uma média de 106 solicitações/mês).

Neste domínio foram também realizadas acções de formação e de reciclagem em aplicações informáticas bancárias, dirigidas aos utilizadores das áreas comerciais e serviços centrais do Banco.

8.7 – SUPORTE INFORMÁTICO

Segurança/Plano de contingência

Em Setembro o BCA implementou um software de replicação on-line para suportar o sistema core Banka e, por inerência, outras aplicações satélites, nomeadamente contabilidade, recursos humanos, imobilizado e leasing (instaladas em ambiente AS/400).

Infra-estrutura e Comunicações

De forma resumida enumeram-se algumas medidas relacionadas com a área de infra-estrutura e comunicações que vieram potenciar grandemente a segurança na instituição:

- Incremento de segurança nas mediatecas com a instalação de firewalls;
- Upgrade do sistema segurança do BCA firewall Cisco PIX para Cisco ASA;
- Instalação de Novas Appliances redundantes para email Antispam Symantec Brightmail;
- Upgrade plataforma Kanalo com possibilidade de replicação e redundância das bases de dados entre servidores;
- Instalação de nova solução WSUS para Updates automáticos PC e servidores;
- Elaboração, concurso e adjudicação dum sistema de Fax server;
- Migração da plataforma centralizada para o CPD da aplicação Voyager e gestão de processos Western Union.

DUC – Documento Único de Cobrança

Implementou-se o DUC, liderado pela Direcção Geral do Tesouro (DGT) e com todas as vantagens advenientes dum sistema de funcionamento que tem como base o conceito de "documento único

de cobrança", permitindo, por parte do Estado, a reconciliação automática com os movimentos recepcionados nos bancos.

8.8 – MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS

Durante o ano foram realizadas várias iniciativas que contribuíram para a valorização da Imagem da Marca BCA e melhoria de outros índices de perfomance, nomeadamente a modernização, inovação, competitividade e manutenção do posicionamento do BCA como banco líder do mercado.

Com este propósito destacam-se a manutenção do reforço da imagem institucional; o desenvolvimento e lançamento de novos produtos e serviços; a melhoria e promoção dos produtos e serviços existentes; a valorização do conceito de proximidade e o estreitamento do relacionamento com o cliente; a melhoria na comunicação interna e externa, destacando-se a criação da *Newsletter* interna; a uniformização da imagem das agências, oferecendo maior conforto e comodidade aos clientes e colaboradores (Agência Avenida, na cidade da Praia e Agência do Maio, na ilha do Maio).

Em termos comerciais, a criação do Projecto APC – Actitude Proactividade para o Cliente, foram apoiadas acções de capacitação dos colaboradores na área da qualidade do atendimento, identificados processos chaves para a melhoria dos níveis de serviço e elaborado o Manual do Atendimento.

Acompanhamento dos Segmentos de Clientes e Melhoria no Atendimento

Ao nível da Dinamização e Ofertas Comerciais, apostou-se na eficácia e na inovação ao serviço dos particulares e das empresas, com produtos que permitiram intensificar a intervenção do BCA no mercado, fidelizando os actuais Clientes e angariando novos. Neste domínio destacam-se a promoção dos produtos já existentes e que continuam a marcar a diferença no mercado por serem ofertas exclusivas do BCA, como sendo o BCA Leasing e o BCA Factoring, e lançamento de novos produtos e serviços, a saber:

- BCA Conta Di Nos +;
- BCA Conta Super Rendimento;
- BCA Poupança Extra 2 e BCA Poupança Empresa;
- Assinaturas de vários protocolos de parcerias comerciais com diversas empresas e instituições no país;

- Assinaturas de Promoção de outros produtos de poupança, onde se destaca o BCA Poupança Jovem com iniciativas junto dos alunos das Escolas do EBI em todo o País, por ocasião do dia Mundial da Poupança;
- Apoio na divulgação das campanhas de transferências da Western Union.

Ao nível do **Segmento Empresas**, além das ofertas diversificadas e permanentes, desenvolveram-se um conjunto de novas iniciativas e estabeleceram-se novos protocolos comerciais, tendo como objectivo fidelizar os actuais clientes, atendendo às necessidades específicas de cada um, e angariar novos clientes.

Para o **Segmento Emigrante** deu-se continuidade ao Projecto Acolhimento Emigrante (um projecto que visa criar postos de atendimento personalizado nas agências, recepção nos aeroportos e ofertas de lembranças); Reforçaram-se e fortaleceram-se os canais de comunicação com a comunidade emigrada; Realizaram-se novas abordagens junto do mercado da diáspora, enquanto segmento privilegiado; Criaram-se postos de Atendimento exclusivo nas agências de maior afluência de emigrantes, criaram-se novos produtos para o segmento, com taxas bastante competitivas e, ainda, realizaram-se vários encontros, dentro e fora do País. Em Cabo Verde manteve-se a realização de encontros por iniciativa do BCA em diferentes ilhas e Concelhos e participou-se em encontros promovidos pelas Câmaras Municipais. Na Diáspora destaca-se a participação na Feira de Cabo Verde realizada em Paris, no encontro com as associações de cabo-verdianos em Lisboa, no evento Sons e Sabores e em dois eventos realizados nos EUA, por ocasião da comemoração do aniversário da independência de Cabo Verde.

Destaca-se ainda a campanha de envio das Provas de Qualidade Emigrantes e de actualização de dados realizados nos países onde há maior concentração de emigrantes cabo-verdianos, designadamente Portugal, França, Holanda, Luxemburgo e EUA. De referir o envio de um colaborador para acompanhar em alguns países da Europa, nomeadamente França, Holanda e Luxemburgo, o desenvolvimento das campanhas no terreno e manter contactos directos com as associações, líderes associativos e entidades ligadas à emigração (Consulados e Embaixadas). Essas acções contribuíram para aumentar o estreitamento de relações com a Comunidade residente no exterior, fortalecer a imagem do banco e estabelecer novas parcerias.

Comunicação

A referência do BCA no mercado aumenta a sua responsabilidade a todos os níveis e em especial ao nível da comunicação. É assim que o ano de 2012 ficou também marcado pelas preocupações com a identidade da Marca, linha gráfica, coerência na comunicação e o posicionamento da Marca. Mantiveram-se as campanhas a nível nacional e junto da Diáspora, com alguma presença na imprensa, a saber:

- Campanha para os emigrantes;
- Campanha Institucional;
- Campanha de Natal (**Boas Festas)** utilizando o **Coro BCA** de colaboradores do Banco.

8.8.1 - Responsabilidade Social

O BCA pautou sempre a sua actuação por critérios rigorosos e responsáveis no que diz respeito, em particular, às relações justas com os Clientes, ao negócio amigo do ambiente, à contribuição responsável para a comunidade, à conduta ética e relações responsáveis com os colaboradores. Ainda neste âmbito deu-se uma grande contribuição na elaboração do Modelo de Relatório de Sustentabilidade para os três bancos que aderiram ao projecto de Responsabilidade Social e Ambiental (RSA) em Cabo Verde**.** Neste contexto o BCA reforçou o seu comprometimento com a sociedade onde está inserida, mantendo os compromissos em diversas áreas do domínio da RSA, patrocinou iniciativas de grande interesse para as comunidades e para o País, bem como para o próprio Banco**.**

Sponsoring e Mecenato

A nível nacional os patrocínios foram divididos entre eventos de cariz social, cultural, desportivo, saúde e educação e, na Diáspora, mantiveram-se os apoios a eventos culturais.

8.9 – MEIOS E CANAIS

Em 2012 desenvolveram-se produtos e serviços através dos canais não presenciais, com vista à disseminação e aumento da utilização dos meios de pagamento electrónicos de modo a aliviar as redes comerciais das actividades que podem ser feitas através de canais remotos e aumentar o potencial de negócio das redes.

8.9.1 – Meios De Pagamentos

Serviço de Pagamentos Automático

Este serviço de cobrança por transferência bancária tem trazido aos clientes maior conforto na liquidação das suas facturas, permitindo-lhes o pagamento automático, por débito das suas contas de depósitos, de facturas dos serviços de telecomunicações (telefone fixo e móvel, internet e TV Cabo), electricidade, água, seguros e senhas de combustível. O Serviço de Pagamento Automático é um serviço prestado exclusivamente às empresas com as quais o BCA assinou Protocolos.

Em 2012, o BCA criou 843 novas ordens de pagamentos automáticos, representando um decréscimo de 39% em relação ao ano anterior.

Gestão dos Cartões de Pagamentos

Cartões de Débito "Vinti4"

Os cartões de débito são produzidos pela Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos (SISP). O BCA emitiu 33.814 cartões Vinti4, menos 443 (-1%) que em 2011. A ligeira diminuição na produção dos cartões foi compensada por uma maior eficiência na sua activação/utilização. tanto mais que em 2012 os cartões activos do BCA aumentaram em 1.223 unidades, mais 3% face a 2011.

Cartões de Crédito VISA

O BCA emitiu 3.535 cartões da rede Visa ao longo do ano, um aumento de 87% em relação ao ano de 2011. Os cartões Visa Flex foram o principal responsável pelo aumento, com 2.565 cartões, o que representa um crescimento de 56%. As renovações constituíram a maior fatia do total das emissões de cartões de crédito em 2012, com 73%.

Este serviço tem sofrido um crescimento significativo nos últimos anos, impulsionado tanto pela massificação do uso de novas tecnologias na sociedade cabo-verdiana, bem como pela política de dinamização dos canais não presenciais implementada pelo BCA.

Em 2012 grande parte de transacções correntes foram realizados através dos canais electrónicos, permitindo assim à rede de Agências aprimorar o seu modelo de negócio, apostando cada vez mais no atendimento especializado. Por este motivo os canais electrónicos têm-se afirmado como canais estratégicos do Banco, estabelecendo-se como uma alternativa à rede de Agências para muitas operações.

BCA Directo (Internet Banking)

Foi implementada uma nova funcionalidade, designadamente o Cancelamento de Ordens de Pagamentos (Cancelamento de Transferências Internacionais) e o serviço manteve a tendência de crescimento evidenciada nos últimos anos, tanto a nível da sua utilização, bem como do número de contratos criados, sendo que o volume total de transacções realizadas nesse canal atingiu os expressivos 4,8 milhões de contos, crescendo cerca de 14% em relação ao ano anterior. No que se refere ao número de operações realizadas verificou-se um incremento ainda maior, cerca de 70%, aproximando-se das 138 mil operações.

Registou-se um crescimento de 5% no número de contratos BCADirecto criados e no número de contratos activos.

Automatic Teler Machine (ATM`s)

Com o objectivo de potenciar ainda mais a utilização de cartões Vinti4, a rede de ATM's foi expandida, com instalação de mais duas máquinas, sendo uma na Gare Marítima de Porto Novo e outra no Hotel Decamaron. No âmbito do plano para substituição das máquinas antigas, em Dezembro 2012 procedeu-se à substituição da ATM na Agência BCA de Fonte Filipe, São Vicente.

Encontram-se em fase bastante avançada os preparativos para a instalação de mais três máquinas ATM's nas instalações do BCA na cidade da Praia.

Assim, em 2012, o número de máquinas ATM's activas do BCA atingiram 48 unidades, evidenciando um crescimento de 9% em relação ao ano anterior e uma quota de mercado de 30%.

As operações realizadas nessas máquinas atingiram cerca de 2,9 milhões em número, mais 7% do que no ano anterior e cerca de 8,8 milhões de contos em valor.

Refira-se que os levantamentos em numerário representam grande parte das transacções realizadas nas máquinas ATM's, atingindo os montantes de 8,5 milhões de contos em valor e 1,5 milhões de operações em número.

Terminais Pagamento Automático (TPA)

O número de POS's activos na rede em Dezembro de 2012, em que o BCA é o banco de apoio, cresceu cerca de 11%, atingindo 976 unidades e representando uma quota de mercado de 32%. As transacções realizadas atingiram cerca de 4,2 milhões de contos em valor e de 1,1 milhões em

número, representando um crescimento de 20% e 23%, respectivamente, em relação ao ano anterior.

8.10 – ÁREA JURÍDICA E DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

O Gabinete Jurídico e Recuperação de Crédito foi criado em 2011, sendo um órgão de staff de âmbito nacional, sediado na cidade da Praia, cujo objectivo principal é apoiar a Comissão Executiva e todos os órgãos de estrutura do Banco, assegurando a função de assessoria jurídica e de apoio à recuperação de crédito.

8.11 – SUPORTE OPERACIONAL

8.11.1 – Leasing

Relativamente à modalidade de crédito Leasing, iniciada em 2010, durante o ano 2012, foram aprovados 56 créditos (95 em Dezembro de 2011), no montante de 198.162 contos.

Carteira Leasing 2012

cts

Tipo	Aprovado		Contratado		Pendente		Desistente	
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Particulares	**27**	**66.009**	**23**	**57.403**	**3**	**7.172**	**1**	**1.435**
Automóvel	27	66.009	23	57.403	3	7.172	1	1.435
Equipamentos								
Empresas	**29**	**132.153**	**21**	**69.440**	**4**	**48.931**	**4**	**13.781**
Automóvel	27	107.604	21	69.440	3	28.634	3	9.530
Equipamentos	2	24.548			1	20.298	1	4.251
Total	**56**	**198.162**	**44**	**126.843**	**7**	**56.104**	**5**	**15.216**

8.11.2 – Factoring

Quanto ao Factoring ou Cessão Financeira, produto que teve o seu início em Novembro 2010, foram aprovados 6 novas operações de Factoring em 2012, conforme quadro que se segue.

Carteira Factoring 2012

Cts

Zona	2011		2012		Variação	
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Sul	8	253.650	4	33.118	-50,0%	-86,9%
Norte	13	309.886	2	88.932	-84,6%	-71,3%
Total	**21**	**563.537**	**6**	**122.050**	**-71,4%**	**-78,3%**

8.11.3 – Reestruturação de Créditos

Em 2012 foram reestruturados 598 créditos, sendo que 62 foi apenas por alargamento do prazo de utilização ou de amortização, num montante global de 2.786 mil contos, dos quais 335 são da Zona Sul e 263 da Zona Norte.

Em termos de montante para cada Zona, o Norte tem um valor de 700.439 contos, e o Sul 2.085.821 contos, que correspondem, em termos percentuais, a 25,1% e 74,9%, respectivamente.

O número de Clientes envolvidos é de 464, sendo 241 para a zona Sul e 223 para a Zona Norte.

Quanto aos segmento de Clientes Empresas e Particulares, cujas dívidas foram negociadas em 2012, tem-se a seguinte situação:

Créditos Reestruturados

Cts

Ano	2011		2012		Variação	
	Nº Clientes	Montante	Nº Clientes	Montante	Quant.	Montante
Empresas	78	2.023.958	123	1.628.716	57,69%	-19,53%
Particulares	299	891.313	475	1.157.545	58,86%	29,87%
Total	**377**	**2.915.271**	**598**	**2.786.261**	**58,62%**	**-4,43%**

8.11.4 – Operações com o Exterior

Desde 2010 constata-se uma evolução positiva das ordens de pagamento recebidas (OPR), embora em 2012 se tenha verificado um abrandamento de 39,8% para 17,3% nas quantidades, e de 14,5% para 0,8% nos montantes. Movimento contrário verifica-se quanto às ordens de pagamento emitidas (OPE), onde tem havido um decréscimo, que entretanto é menos acentuado em 2012, de 30,1% contra 5,4% nas quantidades, e de 30,9% contra 9,7% nos montantes.

Cts

	2011		2012		Variação	
	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante
Ordens de pagamentos (recebidas)	75.567	27.666.129	88.669	27.885.189	17,34%	0,79%
Ordens de pagamentos (Emitidas)	25.807	32.871.399	24.397	29.687.520	-5,46%	-9,69%
Crédito Documentário						
Importação	38	1.411.613	35	1.121.872	-7,89%	-20,53%
Exportação	0	0	0	0	0,00%	0,00%
Garantias Bancárias (emitidas)	22	1.150.775	22	686.454	0,00%	-40,35%
Westen Union -Enviados	14.624	538.750	15.027	505.827	2,76%	-6,11%
-Recebidos	35.332	977.993	40.469	1.178.291	14,54%	20,48%
Cheques s/ Estrangeiro (comprados)*	27.811	2.308.041	15.390	1.597.594	-44,66%	-30,78%

Fonte: BCA
* Inclui Cash Advance

A partir de Setembro de 2012 as Ordens de Pagamento Recebidas (OPR) da Caixa Geral de Depósitos - Lisboa, de valor igual ou inferior a EUR 600 passaram a ter aplicação automática na conta do cliente. A aplicação automática das OPR, nomeadamente das pensões de Portugal do Centro Nacional de Pensões, contribuiu para a libertação da carga administrativa no tratamento manual destas ordens e diminuiu grandemente os riscos operacionais associados a esse tratamento manual.

A quantidade comprada dos cheques sob o estrangeiro teve uma diminuição de 44,6% em número e de 30,8% em montante. É de sublinhar que em 2011 o "boom" de crescimento foi originado pelas pensões do Centro Nacional de Pensões, em Portugal, que passaram a ser pagas através do BCA e por via de cheques. Entretanto, a partir de Maio de 2012, foram convertidas maioritariamente em ordens de pagamento.

Durante 2012 foram efectuadas 55.496, transacções no montante total de 1.684.118 contos, sendo 15.027 OPE, num total de 505.827 contos, e 40.469 OPR, num total de 1.178.291 contos.
Ao nível das OPE houve um crescimento de 2,7% em quantidade, embora ao nível dos montantes tenha havido um decréscimo de 6,1%. Nas OPR houve um crescimento tanto em quantidade como nos montantes, de 14,5% e 20,4%, respectivamente

8.11.5 – SWIFT

Em relação ao Swift foi feita uma intervenção técnica da (AEG) - Allied Engineering Grupo, visando a actualização obrigatória do sistema Swift (softwares, servidores e workstations) e a mudança do

novo standard. A maioria dos trabalhos decorreu ao nível do servidor do Banco Central, tendo havido alguma intervenção ao nível dos bancos comerciais na finalização das referidas actualizações do SAW - Swift Alliance Workstations.

Em relação às mensagens swift recebidas, houve um crescimento de 13,4% comparativamente a 2011, o que é explicado em grande parte pelas pensões do Centro Nacional de Pensões, em Portugal, que passaram a ser remetidos em forma de Ordens de Pagamento em vez de cheques bancários. Para as mensagens enviadas houve um decréscimo de 7,1%.

Mensagens via Swift

Ano	2010	2011	2012
Mensagens recebidas	83.205	109.693	124.446
Mensagens enviadas	28.460	32.993	30.634

8.12 - Investimentos

Um dos eixos estratégicos do banco é atender os clientes de forma cada vez mais eficiente, o que passa obrigatoriamente pelo investimento e segurança nos espaços de atendimento, com a remodelação de todas as Agências, requerendo investimentos consideráveis. Nesse sentido foram concluídas obras de remodelação e modernização da Agência e Residência da Brava, BCA Empresas em S. Vicente, Residência Porto Novo e Ribeira Grande, em Santo Antão, beneficiação da Agência Achada de Sto António II, na cidade da Praia e Agência Sta Maria, no Sal. Foi ainda inaugurado o novo espaço da Agência Avenida, na cidade da Praia, e Agência do Maio, na ilha do Maio.

No que tange à segurança do Banco foram efectuados os seguintes trabalhos:

- instaladas máquinas de vídeo segurança no edifício do Plateau, nas instalações do BCA em Achada Grande;
- substituidos os sistemas de videovigilâncias obsoletos nas Agências da Achada de Sto António II, na cidade da Praia e Santa Maria, na ilha do Sal, no âmbito dos trabalhos de beneficiação das referidas Agências;
- instaladas câmaras de videovigilância nas máquinas ATM fora das Agências, designadamente na Cidade Velha e São Lourenço dos Órgãos, na ilha de Santiago, e Santa Filomena e Santa Catarina, na ilha do Fogo.

Nesse sentido, durante o ano de 2012, o BCA investiu 246,5mil contos, dos quais 225 mil contos em Activos Tangíveis e 22 mil contos em Activos Intangíveis. Destes investimentos 84,8 mil contos encontram-se ainda em curso.

9 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

9.1 - EVOLUÇÃO DO BALANÇO

Em Dezembro de 2012 o Activo Líquido do BCA atingiu 69,9 milhões de contos, o que corresponde a um aumento de 3,9% (+2,6 milhões de contos) em relação ao valor registado em Dezembro de 2011. Contribuíram para esta evolução os acréscimos nas Aplicações em Instituições de Crédito e Activos Financeiros Disponíveis para Venda em 851% e 11,9%, respectivamente.

BALANÇO

(mil cts)

	2011	2012	Variação Absoluta	Variação Relativa
Activo				
Caixa e Disponibilidades no Banco Central	9.727	2.343	-7.384	-75,9%
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	656	817	160	24,4%
Activos Financeiros Disponíveis p/Venda líquida	6.311	7.061	750	11,9%
Aplicações em Instituições de Crédito	1.211	11.513	10.303	851,0%
Crédito a Clientes Líquido	41.672	40.438	-1.234	-3,0%
Títulos de Divida Pública	3.457	3.357	-100	-2,9%
Propriedades de Investimento	3	1	-1	-50,4%
Outros Activos Tangíveis Líquidos	1.957	1.992	35	1,8%
Activos Intangíveis	43	46	3	6,9%
Investimentos Filiais/Associadas/Empreend.Conjunto	216	232	16	7,6%
Activos por Impostos Correntes	642	723	81	12,5%
Activos por Impostos Diferidos	192	97	-95	-49,4%
Outros Activos	1.216	1.321	105	8,7%
Total	**67.303**	**69.942**	**2.639**	**3,9%**
Passivo				
Recursos de Outras Instituições de Créditos	566	542	-24	-4,2%
Recursos de Clientes e Outros Emprésitimos	56.460	58.176	1.716	3,0%
Provisões para Benefícios aos Empregados	5.639	5.693	54	1,0%
Passivos por Impostos Diferidos	39	24	-15	-38,1%
Outros Passivos Subordinados	500	499	0	-0,1%
Outros Passivos	1.078	1.267	188	17,5%
Total Passivo	**64.282**	**66.201**	**1.920**	**3,0%**
CAPITAIS PRÓPRIOS	**3.021**	**3.741**	**719**	**23,8%**
Dos quais : Resultado Líquido	**537**	**339**	**-198**	**-36,8%**
TOTAL	**67.303**	**69.942**	**2.639**	**3,9%**

Caixa e Disponibilidades

A conjugação da não aplicação do excedente de liquidez no final de 2011, pelo impacto que teria no período seguinte, uma vez que se previa existirem operações de elevado montante na primeira quinzena de Janeiro de 2012, com a antecipação da entrada em vigor da nova Taxa de Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC), a rubrica Caixa e Disponibilidades no Banco Central

apresentava um saldo anormalmente elevado de 9,7 milhões de contos. Em Dezembro de 2012 o saldo desta rúbrica atingiu 2,3 milhões de contos, representando uma diminuição de 75,9%.

Aplicações em Instituições de Crédito

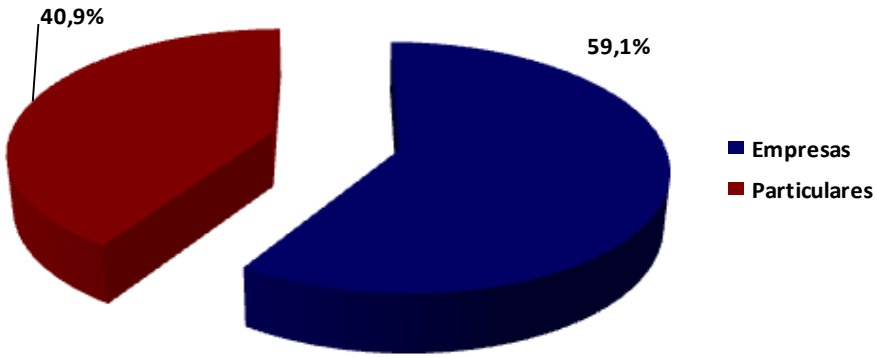
As Aplicações em Instituições de Crédito, englobando as aplicações no país e no estrangeiro, ascenderam a 11,5 milhões de contos, representando uma variação homóloga de 851% e de 10,3 milhões de contos. Esta variação justifica-se pelas aplicações de muito curto prazo no Banco de Cabo Verde, no montante de +9,5 milhões de contos. Por outro lado, os Títulos de Intervenção Monetária (TIM's) registaram um acréscimo de 698 mil de contos, enquanto os Títulos de Regulação Monetária (TRM's) diminuíram em 73 mil contos.

Crédito a Clientes

A Carteira Global de Crédito a Clientes atingiu 43,4 milhões de contos, inferior ao saldo apurado em Dezembro de 2011 em 2,4%, reflectindo o contexto em que se desenvolveu a actividade bancária. A carteira de créditos novos atingiu 10,8 milhões de contos e reflecte uma diminuição de 21,3% face a Dezembro de 2011. Esta diminuição deve-se sobretudo ao segmento dos Particulares em - 41%, sendo de -31% nos créditos para habitação própria permanente e -49,5% nos créditos para outros fins. O crédito concedido ao segmento empresas apresentou uma diminuição de 5,2% em relação a 2012, o que demonstra que a situação das empresas mantém-se condicionada pela falta de dinamismo económico.

O saldo da Carteira Vencida atingiu 4,7 milhões de contos, equivalendo a um aumento de 14,3%, ou seja, cerca de 595 mil contos comparativamente ao período homólogo, reflexo da continuação da deterioração do ambiente de negócios. Este montante proporcionou um rácio de crédito e juros vencidos relativamente ao crédito total de 12%, contra 10,3% do ano anterior, e um rácio de crédito vencido a mais de 90 dias de 10,5% em Dezembro de 2012 (8,6% em Dezembro de 2011).
O crédito vencido cresceu mais no segmento Empresas, a uma taxa de 18,5%, contra 8,8% nos particulares, o que fez aumentar o seu peso de 57% em Dezembro de 2011 para 59,1% em Dezembro de 2012.

Crédito e Juros Vencidos por Segmento –Dezembro de 2012



O saldo da Imparidade acumulada de crédito, que inclui ainda a imparidade para as Obrigações das empresas privadas, atingiu 3 milhões de contos, tendo o custo do risco de crédito do exercício ascendido a 114,9 mil cts (416,5 mil contos em 2011), traduzindo um rácio de cobertura de crédito vencido de 62,9%.

Carteira de Crédito sobre Clientes Liquida

(mil cts)

	2011	2012	Variação Absoluta	Variação Relativa
Crédito Total	**38.683**	**37.754**	**-928**	**-2,4%**
Crédito Normal	34.523	32.999	-1.524	-4,4%
Crédito e Juros Vencidos	4.160	4.755	595	14,3%
Crédito ao Pessoal	**1.727**	**1.870**	**143**	**8,3%**
Proveitos a Receber de Credito	**195**	**158**	**-37**	**-19,1%**
Receitas com Rendimento Diferido	**-253**	**-266**	**-13**	**5,0%**
Obrigações Públicas e Privadas	**4.208**	**3.979**	**-228**	**-5,4%**
Imparidade p/Crédito e Obrigações	**2.887**	**3.057**	**170**	**5,9%**
Crédito Líquido de Imparidade	**41.672**	**40.438**	**-1.234**	**-3,0%**
CRÉDITO BRUTO	**44.560**	**43.496**	**-1.064**	**-2,4%**

Carteira de Títulos

O saldo da carteira de Aplicações em Títulos, que inclui os Títulos Disponíveis para Venda e os Títulos de Dívida Pública Caboverdiana, aumentou 4,8% e 465 mil contos face ao período

homólogo, em consequência da mais valia nos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF's) registada em 2012 e da diminuição das Obrigações do Tesouro em 2,9%.

Recursos de Clientes

A carteira de Recursos de Clientes cresceu em 2012 cerca de 3% e 1,7 milhões de contos em relação a Dezembro de 2011, atingindo um saldo acumulado de 58,1 milhões de contos. Esta evolução é justificada pelo aumento de 3,9% nos Depósitos de Clientes. O peso dos Recursos de Clientes no activo líquido em Dezembro de 2012 é de 83,2%.

A evolução dos Recursos de Clientes entre 2011 e 2012, por segmento, encontra-se no quadro abaixo:

Recursos de Clientes

(mil cts)

Tipo de Clientes	2011	2012	Variação	
			Absoluta	Relativa
Particulares	**44.117**	**46.127**	**2.010**	**4,6%**
Depósitos à Ordem	12.745	12.255	-491	-3,9%
Depósitos a Prazo	27.863	30.521	2.658	9,5%
Depósitos Poupança	3.508	3.351	-157	-4,5%
Empresas	**7.362**	**7.885**	**523**	**7,1%**
Depósitos à Ordem	6.461	6.860	399	6,2%
Depósitos a Prazo	902	1.025	124	13,7%
Sector Público Administrativo	**1.990**	**1.546**	**-444**	**-22,3%**
Depósitos à Ordem	1.969	1.525	-444	-22,6%
Depósitos a Prazo	21	21	0	-0,4%
Total Depósitos de Clientes	**53.469**	**55.558**	**2.089**	**3,9%**
Outros Recursos de Clientes	**2.373**	**1.959**	**-414**	**-17,4%**
Juros a pagar de Depósitos	**618**	**659**	**41**	**6,7%**
Total Recursos de Clientes	**56.460**	**58.176**	**1.716**	**3,0%**

Os depósitos de emigrantes cresceram 2,1 milhões de contos (+8%) em relação a 2011, tendo passado de 26,5 milhões de contos para 28,7 milhões de contos. Este crescimento reflecte a fidelização da nossa diáspora à Marca BCA e reforça o nível de confiança existente. O aumento nos Depósitos a Prazo e à Ordem desse segmento em 11,1% e 2,9%, respectivamente, foram determinantes para o crescimento verificado. De referir que o peso do Depósitos dos Emigrantes no Total dos Depósitos do Banco passou de 49,7% em 2011 para 51,7% em 2012, como se pode comprovar no quadro seguinte.

Depósitos Emigrantes

(mil cts)

Rúbricas	2011	2012	Variação	
			Absoluta	Relativa
Depósitos à Ordem	3.750	3.857	108	2,9%
Depósitos Poupança	2.747	2.523	-224	-8,2%
Depósitos a Prazo	20.101	22.333	2.232	11,1%
Total Emigrantes	**26.598**	**28.714**	**2.116**	**8,0%**
TOTAL DEPÓSITOS	**53.469**	**55.557**	**2.088**	**3,9%**
Peso Emigrante/Total	**49,7%**	**51,7%**		

Provisões para Riscos e Encargos

As Provisões passivas, num total de 5,7 milhões de contos, apresentam um ligeiro acréscimo de 1%, cerca de +54 mil contos em 2012, quando comparado com o valor registado em Dezembro de 2011.

A contribuição normal dos trabalhadores e do BCA para os encargos com os benefícios dos empregados ascende a 55 mil contos, tendo as utilizações para pagamento aos reformados e pré-reformados totalizado 148,8 mil contos. De salientar ainda que os encargos adicionais para o Fundo de Pensões e Sobrevivência atingiram 440,3 mil contos, com impacto directo nos custos com pessoal.

Os ganhos actuariais de 2012, relacionados com benefícios pós emprego dos trabalhadores, totalizam 299,3 mil contos, com impacto positivo nos Fundos Próprios do Banco.

De seguida a evolução do valor patrimonial do Fundo nos dois últimos anos:

VALOR PATRIMONIAL DO FUNDO DE PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

Contos

		MOVIMENTO NO PERIODO			
Exercicio	Saldo Inicial	Reforço Provisões	Utilização	Outros	Valor do Fundo
2011	**5.143.905**	421.034	-138.149	-59.667	**5.367.123**
2012	**5.367.123**	440.325	-148.845	-279.417	**5.379.186**

Obs: A rubrica Outros diz respeito a desvios actuariais e contribuição de Funcionários

Capitais Próprios

Os Capitais Próprios do Banco aumentaram 23,8% e 719,3 mil contos em consequência da incorporação em reservas de 65% do resultado líquido de 2011 e da totalidade do resultado líquido e da reserva de reavaliação positiva dos TCMF's, no valor de 563 mil contos em 2012.

9.2. CONTAS de RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(mil cts)

	2011	2012	Variação Absoluta	Variação Relativa
Juros e Rendimentos Similares	3.841	3.752	-89	-2,3%
Juros e Encargos Similares	1.429	1.613	184	12,9%
Margem Financeira	**2.412**	**2.139**	**-273**	**-11,3%**
Rendimentos de Instrumentos de Capital	189	187	-2	-1,2%
Rendimentos de Serviços e Comissões	369	380	11	2,9%
Encargos de Serviços e Comissões	46	46	0	-0,1%
Resultados de Reavaliação Cambial	137	147	10	7,2%
Resultados de Alienação de Outros activos	9	0	-9	-96,6%
Outros Resultados de Exploração	158	76	-82	-51,9%
Margem Complementar	**817**	**744**	**-72**	**-8,9%**
Produto Bancário	**3.229**	**2.884**	**-345**	**-10,7%**
Custos com Pessoal	1.336	1.409	72	5,4%
Gastos Gerais Administrativos	693	738	45	6,5%
Amortizações do Exercício	188	203	15	8,2%
Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	-15	-11	3	-22,0%
Imparidade de Outros Activos Financeiros Líquidos	417	115	-302	-72,4%
Imparidade de Outros Activos Líquida Reversões	15	15	0	-1,3%
Resultados de filiais Excluídas de Consolidação	34	30	-4	-11,5%
Resultados Antes Impostos	**630**	**447**	**-183**	**-29,1%**
Impostos Correntes	16	30	**14**	**93,4%**
Impostos Diferidos	78	78	**0**	**0,0%**
Resultado Líquido	**537**	**339**	**-198**	**-36,8%**

Resultado Líquido

O Resultado Líquido do BCA registou uma variação negativa de 36,8%, cerca de -198 mil contos, tendo atingido o montante de 339 mil contos em resultado da diminuição de 10,7% do produto bancário e do aumento dos custos operativos em 6%. A diminuição do Produto Bancário, em virtude das diminuições registadas tanto nas margens Financeira como Complementar, esta última fortemente penalizada pela diminuição nos outros resultados de exploração, contribuíu para que o resultado tivesse aquela evolução. A imparidade líquida é de 115 mil contos, 72,4% inferior ao registado em 2011. De salientar ainda que o BCA registou nos custos com pessoal o reforço adicional de provisões para fundo de pensões de reforma e sobrevivência num montante de 440,3 mil contos.

Margem Financeira

A Margem Financeira diminuiu 273 mil contos relativamente ao ano passado (-11,3%), situando-se em 2.139 mil contos. A diminuição nas comissões associadas ao crédito de 38,8%, -53,1 mil contos, aliada às diminuições nos juros recebidos de créditos recuperados em 25,2%, -22,8 mil contos, e nas obrigações do tesouro em 29,5%, 78,8 mil contos, este último provocado pelo efeito volume, pois a falta de liquidez no início do ano implicou a não renovação de algumas obrigações, constituem factores determinantes para a diminuição dos juros e rendimentos similares.

Relativamente às Operações Passivas o aumento dos juros sobre Recursos de Clientes em 12,9%, cerca de +183,7 mil contos, deve-se sobretudo ao aumento de 14,1% (180,4 mil contos) nos juros pagos aos Depósitos de Clientes e de 8,1%, 8,4 mil contos, nos títulos repassados a clientes no mercado secundário com acordo de recompra. O aumento nos juros dos Depósitos de Clientes deve-se ao efeito volume, com o aumento dos Depósitos a Prazo em 8,2% e ao efeito preço, pois a taxa média ponderada dos Depósitos a Prazo e de Poupança passaram para 4,46% (4,21% em Dezembro de 2011). Os Depósitos a Prazo e de Poupança no segmento Emigrantes aumentou 8,7%, cerca de 2 milhões de contos.

Margem Complementar

A Margem Complementar atingiu 744,6 mil contos, uma diminuição de 8,9%, -72,1mil contos relativamente a Dezembro de 2011. A diminuição ocorrida nos Outros Resultados de Exploração de 51,8% foi determinante para a referida diminuição.

A evolução negativa ocorrida na Margem Financeira e na Margem Complementar traduziu-se num Produto Bancário de 2.884 mil contos em 2012, inferior ao ano anterior em 10,7%, cerca de -345,1 mil contos.

Custos Operativos

Os Custos Operativos totalizam 2.349 mil contos, o que representa um crescimento de 6%, justificado pela componente Custos com o Pessoal, com um incremento de 5,4% (situando-se em 1.408 mil contos) devido ao aumento salarial de 1,5% em 2012 e a normal evolução da carreira do pessoal.

Os Gastos Gerais Administrativos aumentaram 6,5%, cerca de 45 mil contos, resultado da implementação de vários projectos em curso, nomeadamente o projecto VALORh (Valorizar/ Acreditar/ Liderar/ Optimizar/ Reconhecer) – Revisão do Modelo de Gestão RH, visando modernizar

as ferramentas de gestão em vigor, revisão do modelo de imparidade, entre outros. Por outro lado, algumas rubricas aumentaram, nomeadamente a rubrica água, gás e electricidade, em 31,7 mil contos, em consequência do aumento das tarifas em 2012.

As Amortizações do Exercício elevaram-se a 202,9 mil contos, +8,2%, e 15,4 mil cts acima do valor registado em Dezembro de 2011, em consequência da amortização de alguns equipamentos que passaram de imobilizado em curso para imobilizado firme e, paralelamente, pelo início da amortização dos investimentos realizados em 2012.

O quadro que se segue mostra a composição dos Custos Operativos, bem como a sua respectiva evolução:

Custos Operativos

(mil cts)

RUBRICAS	2011	2012	Variação	
			Absoluta	Relativa
Custos com Pessoal	**1.336**	**1.408**	**72**	**5,4%**
Remunerações	751	775	24	3,2%
Encargos Sociais Obrigatórios	519	566	46	8,9%
Pensões de Reforma e Sobrevivência	421	405	-16	-3,8%
Encargos Sociais Facultativos e Outros	66	68	2	2,6%
Fornecimento e Serviços de Terceiros	**693**	**738**	**45**	**6,5%**
Amortizações	**188**	**203**	**15**	**8,2%**
Custos operativos	**2.216**	**2.349**	**132**	**6,0%**

9.3 – ANÁLISE de RÁCIOS

As Rendibilidades do Activo (ROA) e dos Capitais Próprios (ROE) evoluíram desfavoravelmente, tendo atingido 0,5% e 9,1%, respectivamente, contra 0,8% e 17,8% em 2011, consequência directa da diminuição do Resultado Líquido do exercício.

O rácio de eficiência – Cost-to-Income – que relaciona os Custos Operativos com o Produto Bancário piorou, passando de 68,6% em Dezembro de 2011, para 81,5%, em Dezembro de 2012, e os Gastos com Pessoal sobre o Produto Bancário aumentou de 41,4% para 48,8%. Expurgando o efeito Fundo de Pensões, o Cost-to-income seria de 67,4% em 2012 (55,6% em 2011).

Nos indicadores de Risco importa salientar o comportamento do rácio de Crédito em Incumprimento sobre Crédito Total que atingiu 12%, em 2012, contra 10,3% em 2011, e do rácio de cobertura pela Imparidades sobre Crédito Vencido que atinge 62,9% em 2012 contra 68,6% em 2011.

O rácio de transformação medido pelo Crédito de Clientes relativamente aos Recursos de Clientes atingiu 71%, contra 75,6% de 2011.

Alguns rácios de Produtividade e Eficiência melhoraram face a Dezembro de 2011, nomeadamente, o rácio de Volume de Negócios/Nº de Empregados e Volume de Negócios/Nº Agências, de 212,3 mil cts para 221,3 mil cts e de 2.933,7 mil cts para 2.981,3 mil cts respectivamente.

9.4 – RÁCIOS PRUDENCIAIS

Em termos prudenciais o BCA apresenta uma boa performance e solidez, com os Fundos Próprios de 3,9 milhões de contos, embora inferior a 2011 em 168,4 mil contos. Os Fundos Próprios do BCA vêm sendo penalizados progressivamente pelo impacto dos ajustamentos de transição para as novas normas de contabilidade – NIRF ocorridas em 2009 e que em Dezembro de 2012 atinge o montante final de 1.174 mil contos.

Apesar da diminuição registada nos Fundos Próprios, o rácio de Cobertura de Imobilizado continua bastante elevado, sendo de 195,82% em 2012 (207,8% em 2011).

O Rácio de Solvabilidade, de acordo com o normativo do Banco de Cabo Verde atingiu 11,78%, acima do mínimo dos 10% legalmente exigidos aos bancos comerciais cabo-verdianos.

O rácio que relaciona os Títulos de Dívida Pública com os Depósitos atingiu 2,8 milhões de contos, valor superior ao exigido pelo BCV, que determina que as aplicações em Títulos de Dívida Pública das Instituições Financeiras não podem ser inferiores a 5% do total das suas responsabilidades por Depósitos.

Quanto ao montante global dos créditos, cujos riscos estão sujeitos a Limites de Concentração, o BCA detém, em termos absolutos, 6,8 milhões de contos, valor também inferior ao estipulado pelo BCV cujo limite agregado não pode ultrapassar oito vezes os seus Fundos Próprios, ou seja 31,4 milhões de contos.

O quadro seguinte mostra a evolução dos Rácios Prudenciais nos dois últimos anos:

EVOLUÇÃO DOS RÁCIOS PRUDENCIAIS

Rácios	2011	2012
Fundos Próprios	4.093.180	3.924.795
Cobertura de Imobilizado	207,8%	195,8%
Rácio de Solvabilidade	11,69%	11,78%

10 - APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para o Resultado líquido apurado no exercício, no valor de 339.088.241$00 (Trezentos e Trinta e Nove Milhões, Oitenta e Oito Mil, Duzentos e Quarenta e Um Escudos), a Assembleia Geral de 04 de Junho de 2013 , deliberou a seguinte aplicação de resultados:

Resultado Liquido	**339.088.241**
Reserva Legal (10%)	33.908.824
Outras Reservas (90%)	305.179.417

11 - LISTA DE BANCOS CORRESPONDENTES

Portugal

Caixa Geral de Depósitos SA - Lisboa

Banco Espírito Santo SA - Lisboa

Banco Português de Investimento SA - Porto

Banco Santander Totta SA - Lisboa

Banco do Brasil SA – Lisboa

Estados Unidos da América

Citibank NA – New York

JP Morgan Chase Bank, N.A. – New York

Holanda

Royal Bank of Scotland NV - Amesterdão

ING Bank NV – Amesterdão

ABN AMRO BANK NV - Amesterdão

França

Caixa Geral de Depósitos SA - Paris

Banque Nationale de Paris – BNP-Paribas

Itália

Intesa Sanpaolo SPI – Milão

UniCrédito Italiano SPA - Milão

Luxemburgo

Déxia Bank Internacional à Luxembourg - Luxemburgo

Bank et Caisse d'Epargne d'Etat - Luxemburgo

Bélgica

Ing Belgium SA/NV - Bruxelas

Fortis Bank NV/SA - Bruxelas

Sénégal

Citibank Senegal NA - Dakar

Reino Unido

Lloyds Bank PLC - Londres

Citibank NA – Londres

HSBC Bank PLC - Londres

Suíça

UBS Swiss Bank Corporation AG - Zurique

Alemanha

Deutsche Bank AG - Frankfurt

Commerzbank AG - Frankfurt

Espanha

Banco Sabadell SA TSB - Sabadell

Austria

Bank of Austria Creditanstald - Viena

Dinamarca

Jyske Bank A/S - Copenhaga

Suécia

Nordea Bank AB (publ) - Estocolmo

Noruega

DnB NOR Bank ASA - Oslo

Japão

Bank of Tokyo Mitsubishi UFJ Ltd – Tokyo

12 – DIRECÇÕES E REDE COMERCIAL

Direcção Comercial Norte -DCN	Gilda Monteiro **Directora**
Direcção Comercial Sul - DCS	Herminalda Rodrigues **Directora**
Direcção Financeira e Internacional-DFI	Amélia Figueiredo **Directora**
Direcção Gestão de Risco-DGR	Filomena Figueiredo **Directora**
Direcção de Meios e Canais – DMC	Américo Andrade **Director**
Direcção de Organização e Inovação - DOI	Águeda Monteiro **Directora**
Direcção de Sistemas Informáticos - DSI	Luís Barbosa **Director**
Direcção de Segurança e Logística – DSL	Adalberto Melo **Director**
Direcção de Suporte Operacional - DSO	Anibal Moreira **Director**
Gabinete de Auditoria – GAI	Francisco Ramos **Coordenador**
Gabinete Jurídico e de Recuperação de Crédito - GJR	Dulce Lopes **Coordenadora**
Gabinete de Marketing e Relações Públicas – GMR	Ana Gonçalves **Coordenadora**
Gabinete de Recursos Humanos – GRH	Euridice Mascarenhas **Coordenadora**
Gabinete de Suporte à Função Compliance – GFC	Vanda Centeio **Coordenadora**

GABINETES EMPRESAS

Gabinete Empresas Norte – GEN	Lenise Almeida **Coordenadora**
Gabinete Empresa Sal - GESA	Zara Barbosa Vicente **Coordenadora**
Gabinete Empresas Sul – GES **BCA Empresas Plateau - PEP**	Sofia Alexandra Barbosa **Coordenadora**

AGÊNCIAS DA ZONA NORTE

Agências Norte	Elisa Santos **Coordenadora**
Agências Tipo I	
Agência de São Vicente – ASV	Joana Helena Carvalho **Gerente**
Agências Tipo II	
Agência Boa Vista – ABV	Cláudio Mendonça **Gerente**
Agência da Praça Nova - PNA	Maísa Sancha Crisóstomo **Gerente**
Agência do Porto Novo – APN	António Évora **Gerente**
Agência Ribeira Grande – ARG	Jorge Nascimento Coutinho **Gerente**
Agência do Sal – ASA **Balcão do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral**	Zara Barbosa Vicente **Gerente**
Agência de São Nicolau – ASN	Augusta Benilde Cruz **Gerente**

Agências Tipo III

Agência Fonte Filipe – AFF	Lídia Pereira **Gerente**
Agência Monte Sossego – MAS	Nelson Gomes **Gerente**
Agência de Ponta do Sol – APS **Balcão Paúl – APL (Prolong. ARG)**	Jorge Nascimento Coutinho **Gerente**
Agência Santa Maria – ASM	Elizabeth Alexandre **Gerente**
Agência Tarrafal de São Nicolau – ATS	Manuel Freitas **Gerente**

AGÊNCIAS DA ZONA SUL

Agências Sul	Guilherme Araújo **Coordenador**

Agências Tipo I

Agência da Praia – APA **Prolongamento São Domingos - PSD**	Janira Barbosa Andrade **Gerente**
Agência de Santa Catarina – ASC **Prolongamento Assomada–ASC**	Anilson Fernandes **Gerente**

Agências Tipo II

Agência Achada Santo António I – ASTI	Dulce Santos **Gerente**
Agência Avenida – AVE **Prolongamento Achada São Filipe – ASF**	Celmira Mendes **Gerente**
Agência de São Filipe - FOGO – AFG	Luis dos Reis **Gerente**
Agência do Tarrafal – ATA	Isabel Costa **Gerente**

Agências Tipo III

Agência Achada Santo António II – ASTII	Maria Teresa Borges **Gerente**
Agência da Brava – ABR	Ângela Rosa **Gerente**
Agência do Maio – AMA	Luis Ramos **Gerente**
Agência dos Mosteiros – AMO	Luis dos Reis **Gerente**
Agência Palmarejo Grande – APG	Joaquina Lopes Tavares **Gerente**
Agência de Santa Cruz – STC	José Moniz **Gerente**

ANEXOS

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Balanço a 31 Dezembro 2012

	Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Valor Liquido
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.342.557.595		2.342.557.595
Disponibilidades em Out. Instituições Crédito	816.607.503		816.607.503
Activos financeiros disponíveis para venda	7.071.388.536	10.841.439	7.060.547.097
Aplicações em instituições de crédito	11.513.359.859		11.513.359.859
Créditos a clientes	43.494.972.672	3.057.309.375	40.437.663.297
Títulos de Dívida Pública	3.357.248.461		3.357.248.461
Propriedades de investimento	1.529.000	103.600	1.425.400
Outros activos tangíveis	3.657.634.170	1.665.233.138	1.992.401.032
Activos intangíveis	265.844.899	219.894.048	45.950.851
Investimentos em filiais excl.Consol. Assoc. e Empreend.Conjuntos	232.355.784		232.355.784
Activos por Impostos Correntes	723.005.851		723.005.851
Activos por impostos diferidos	97.117.424		97.117.424
Outros Activos	1.452.549.567	131.052.545	1.321.497.022
Total de Activos	**75.026.171.322**	**5.084.434.145**	**69.941.737.177**

	Dez-12
Passivo	
Recursos de outras instituições de crédito	541.719.154
Recursos de Clientes e outros empréstimos	58.175.744.617
Provisões	5.693.269.281
Passivos por impostos correntes	
Passivos por impostos diferidos	24.048.429
Outros Passivos Subordinados	499.491.756
Outros passivos	1.266.770.080
Total de Passivo	**66.201.043.317**
Capital	
Capital	1.318.647.814
Reservas de reavaliação	196.537.345
Outras reservas e resultados transitados	1.886.420.455
Resultado do exercício	339.088.246
Total de Capital	**3.740.693.860**
Total de Passivo + Capital	**69.941.737.177**

O Presidente C. A
A. Joaquim de Sousa

A Responsável da Contabilidade
Maria de Fátima N. Evora

A Directora Financeira e Internacional
Amélia Figueiredo

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Demonstração Resultados a 31 Dezembro 2012

Descritivo	Valores
Juros e Rendimentos Similares	3.752.075.100
Juros e Encargos Similares	1.612.683.003
Margem financeira	**2.139.392.097**
Rendimentos de Instrumentos de Capital	186.516.710
Rendimentos com Serviços e Comissões	379.995.185
Encargos com Serviços e Comissões	45.783.463
Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	
Resultados de Reavaliação Cambial	147.352.875
Resultados de Alienação de Outros Activos	361.172
Outros Resultados de Exploração	76.195.080
Produto Bancário	**2.884.029.656**
Custos com Pessoal	1.408.588.836
Gastos Gerais Administrativos	737.514.459
Amortizações do Exercício	202.996.976
Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	-11.480.908
Imparidade Out. Activos Financeiros Líq. Reversões/Recuperações	114.976.643
Imparidade Outros Activos Líq. de Reversões e Recuperações	14.664.293
Resultados Filiais excluidas Consol., Assoc.Empreend. Conjunto	30.446.032
Resultados antes Impostos	**447.215.388**
Impostos	
Correntes	30.045.993
Diferidos	78.081.149
Resultados Líquido	**339.088.246**

O Presidente C. A .	A Responsável da Contabilidade	A Directora Financeira e Internacional
A. Joaquim de Sousa	Maria de Fátima N. Evora	Amélia Figueiredo

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Cost Income - Custo Operativo /Produto Bancário

PRODUTO BANCÁRIO

RUBRICAS	2011	2012	Variação	
			Relativa	Absoluta
Margem Financeira	2.412.402.202	2.139.392.097	-11,3%	-273.010.105
+ Margem Complementar	816.758.461	744.637.558	-8,8%	-72.120.903
= Produto Bancário	**3.229.160.663**	**2.884.029.656**	**-10,7%**	**-345.131.007**

CUSTO OPERATIVO

RUBRICAS	2011	2012	Variação	
			Relativa	Absoluta
Custo Administrativo	2.028.860.125	2.146.103.295	5,8%	117.243.170
Amortizações	187.530.589	202.996.976	8,2%	15.466.387
= Custo Operativo	**2.216.390.714**	**2.349.100.271**	**6,0%**	**132.709.557**

COST to INCOME

RUBRICAS	2011	2012
COST to INCOME - c/Fundo Pensões	68,6%	81,5%
COST to INCOME - s/Fundo Pensões	55,6%	67,4%

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Rácios de Estrutura

RÚBRICAS	2011		2012	
	VALORES	%	VALORES	%
1-Crédito Curto Prazo/Crédito Clientes	4.315.188.275 / 40.409.911.794	**10,7%**	4.382.145.854 / 39.624.222.207	**11,1%**
2-Crédito M.L. Prazo/Crédito Clientes	36.094.723.519 / 40.409.911.794	**89,3%**	35.242.076.353 / 39.624.222.207	**88,9%**
3-Crédito Vencido/Crédito Clientes	4.159.552.478 / 40.409.911.794	**10,3%**	4.754.991.413 / 39.624.222.207	**12,0%**
4-Imparidade Crédito Vencido/Crédito Vencido	2.851.702.370 / 4.159.552.478	**68,6%**	2.989.095.236 / 4.754.991.413	**62,9%**
5-Crédito Clientes/Depósitos	40.409.911.794 / 53.469.384.826	**75,6%**	39.624.222.207 / 55.558.104.201	**71,3%**
6-Crédito Clientes/Depósito a Prazo	40.409.911.794 / 32.294.159.574	**125,1%**	39.624.222.207 / 34.918.627.890	**113,5%**
7-Crédito Normal/Depósito a Prazo	36.250.359.316 / 32.294.159.574	**112,3%**	34.869.230.794 / 34.918.627.890	**99,9%**
8-Crédito Curto Prazo/Depósito Prazo	4.315.188.275 / 32.294.159.574	**13,4%**	4.382.145.854 / 34.918.627.890	**12,5%**
9-Crédito M.L. Prazo/Depósito Prazo	36.094.723.519 / 32.294.159.574	**111,8%**	35.242.076.353 / 34.918.627.890	**100,9%**
10-Depósito Ordem/Depósitos Totais	21.175.225.252 / 53.469.384.826	**39,6%**	20.639.476.310 / 55.558.104.201	**37,1%**
11-Depósito a Prazo/Depósitos Totais	32.294.159.574 / 53.469.384.826	**60,4%**	34.918.627.890 / 55.558.104.201	**62,9%**

Rácios de Avaliação de Desempenho

RÚBRICAS	2011		2012	
	VALORES	%	VALORES	%
1-RCP=Resultado Líquido/Capitais Próprios	536.748.517 / 2.931.355.603	**18,3%**	339.088.246 / 3.381.003.638	**10,0%**
2-RDA=Resultado Líquido/Activo Médio	536.748.517 / 66.467.680.418	**0,8%**	339.088.246 / 68.622.287.184	**0,5%**
3-ML = Resultado Líquido/Proveitos	536.748.517 / 8.400.366.348	**6,4%**	339.088.246 / 7.494.371.289	**4,5%**
4-RA = Proveitos/Activo	8.400.366.348 / 67.302.837.192	**12,5%**	7.494.371.289 / 69.941.737.177	**10,7%**
6-MF=(Proveito Juros-Custos Juros)/Activo	2.412.402.202 / 67.302.837.192	**3,6%**	2.139.392.097 / 69.941.737.177	**3,1%**
ROA	0,8%		0,5%	
ROE	18,3%		10,0%	

RCP = Rentabilidade dos Capitais Próprios
RDA = Rentabilidade dos Activos
ML = Margem de Lucro
RA = Rotação dos Activos
MF = Margem Financeira

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Rácios de Medição de Liquidez

RUBRICAS	2011		2012	
	VALORES	%	VALORES	%
1-Depósitos Totais/Activo	53.469.384.826 66.467.680.418	**80,4%**	55.558.104.201 68.622.287.184	**81,0%**
2-Crédito Clientes/Activo	40.409.911.794 66.467.680.418	**60,8%**	39.624.222.207 68.622.287.184	**57,7%**
3-Crédito CurtoPrazo/Activo	4.315.188.275 66.467.680.418	**6,5%**	4.382.145.854 68.622.287.184	**6,4%**
4-Crédito M.Longo Prazo/Activo	36.094.723.519 66.467.680.418	**54,3%**	35.242.076.353 68.622.287.184	**51,4%**
5-Crédito Clientes/Depósitos Totais	40.409.911.794 53.469.384.826	**75,6%**	39.624.222.207 55.558.104.201	**71,3%**
6-Aplicações de Curto Prazo/Activo	5.525.638.924 66.467.680.418	**8,3%**	15.896.843.032 68.622.287.184	**23,2%**

Indicadores de Produtividade

RÚBRICAS	2011		2012	
	VALORES	Contos	VALORES	Contos
1-Cr. e Depósitos/nº de Empregados Activo	93.879.297 446	**210.492**	95.182.326 431	**220.841**
2-Produto Bancário/nº de Empregados Activo	3.229.161 446	**7.240**	2.884.030 431	**6.691**
3-Crédito e Depósitos/nº de Balcões	93.879.297 32	**2.933.728**	95.182.326 32	**2.974.448**

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Principais Indicadores

PRINCIPAIS INDICADORES	2011	2012
1. ROE	18,3%	10,0%
2. ROA	0,8%	0,5%
3. Cost/income	55,6%	67,4%
4. Volume do Crédito Vencido	4.159.552	4.754.991
5. Solvabilidade	11,69%	11,78%
6. TIER 1 (Fundos Próprios de Base/Activo Ponderado)	12,28%	14,35%
7. Conversão de Depósitos em Créditos	75,58%	71,32%
8. Produtividade por empregado	1.203	787
8.1. Volume de Negócios (Crédito+ Depósitos)/Nº empregados	210.492	220.841
8.2. Produto Bancário / Nº empregados	7.240	6.691
9. Cobertura do Imobilizado	207,79%	195,82%
10. Fundos Próprios	4.093.180	3.924.795

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2012

Presidente **Dr. António Joaquim de Sousa** (em representação da Caixa Geral de Depósitos)

Administrador **Dr. Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda**

Administrador **Dr. Paulo António Arsénio Lopes** (em funções até 4 de Setembro de 2012)

Administrador **Dra. Maria Eduarda Simões Lopes Branco Vicente** (em funções a partir de 4 de Setembro de 2012)

Administrador **Dr. João Manuel Tubal Gonçalves** (em funções até 4 de Setembro de 2012)

Administrador **Dra. Ana Isabel Pais Vinagre Tomazio** (em funções a partir de 4 de Setembro de 2012)

Administrador **Dr. Avelino Bonifácio Fernandes Lopes**

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas do
Banco Comercial do Atlântico, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas do Banco Comercial do Atlântico, S.A. (Banco) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e extensão que considerámos adequadas, a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das alterações dos capitais próprios do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2012 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho efectuado, emitimos nesta data o Relatório de Auditoria, o qual inclui duas reservas e um ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que, excepto quanto aos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos 6 e 7 do Relatório de Auditoria e após considerar o assunto descrito no seu parágrafo 8, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 6 de Maio de 2013

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Ao Conselho de Administração
do Banco Comercial do Atlântico, S.A.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Comercial do Atlântico, S.A. ("Banco" ou "BCA"), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2012, que evidencia um total de mCve. 69.941.737 e um capital próprio de mCve. 3.740.693, incluindo um resultado líquido de mCve. 339.088, as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para assegurar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e adequada apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada como base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

"Deloitte" refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso 61 - 13º, 4150-146 Porto

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Bases para a Opinião com Reservas

6. Conforme descrito na Nota 13, as Autoridades Fiscais de Cabo Verde efectuaram um conjunto de correcções à matéria colectável do Banco dos exercícios de 2005 a 2011, que incluíram a não aceitação de custos do exercício com pensões e assistência médica e das correspondentes variações patrimoniais de 2009 a 2011 decorrentes dos ajustamentos de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro. O Banco não reconheceu quaisquer custos relativos a estas correcções, dado ser entendimento do Conselho de Administração e dos seus consultores fiscais que os procedimentos adoptados estão de acordo com o enquadramento legal e fiscal em vigor em Cabo Verde, pelo que apresentou reclamação formal quanto às referidas correcções. A reclamação relativa à liquidação adicional ao exercício de 2008 foi já indeferida pelas Autoridades Fiscais, tendo o Banco impugnado judicialmente esta decisão. Em 31 de Dezembro de 2012, o impacto total da contingência não provisionada associada a estas correcções ascende a mCve. 1.082.379, tal como explicado em maior detalhe na Nota 13, incluindo um montante de mCve. 702.962 já pago pelo Banco e registado em "Activos por impostos correntes". Face ao exposto, não nos é possível concluir quantos aos impactos da resolução desta situação nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2012.

7. Conforme descrito na Nota 14, em 31 de Dezembro de 2012 o Banco tem registadas bonificações a receber no montante de mCve. 785.114 (mCve. 754.359 em 31 de Dezembro de 2011). Tendo por base uma auditoria externa efectuada à aplicação do regime de crédito bonificado, a Direcção Geral do Tesouro (DGT) questionou a elegibilidade de um conjunto de operações. Em Novembro de 2012, a DGT comunicou ao Banco que irá assumir o pagamento de mCve. 168.133 relativo a bonificações de crédito à habitação reclamadas entre 2000 e 2007, tendo considerado não elegíveis bonificações reclamadas no montante de mCve. 102.098. Adicionalmente, de acordo com comunicação da DGT, os valores que apurou no que se refere às bonificações do crédito à habitação do período entre 2008 e 2011 ascendem a mCve. 208.564, face a um total reclamado de mCve. 277.728. O Banco optou por reconhecer o custo relativo às operações identificadas como não elegíveis por um período de 5 anos a partir do exercício de 2012, tendo reconhecido em gastos mCve. 34.252 e mantido registados mCve. 137.010, pelo que em 31 de Dezembro de 2012 o activo e os resultados do exercício encontram-se sobreavaliados por este montante. No que se refere às bonificações de operações de crédito à habitação de 2012, cujo valor reclamado e imparidade registada ascendem a mCve. 64.496 e mCve. 33.403, respectivamente, e a outras bonificações, cujo montante ascende a mCve. 206.911, ainda se encontram em curso negociações entre as partes com vista à quantificação das operações elegíveis. Face ao exposto, não nos é possível quantificar a imparidade adicional necessária para fazer face à parte do saldo de bonificações a receber registado em 31 de Dezembro de 2012 que não será recebida pelo Banco.

Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 6 acima, e excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 7 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Comercial do Atlântico, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Ênfase

9. A carteira de crédito do Banco em 31 de Dezembro de 2012 inclui montantes relevantes de crédito a empresas do sector imobiliário e da construção, incluindo alguns projectos de empreendimentos turísticos cuja construção se encontra actualmente suspensa. O Banco tem em curso um conjunto de medidas com vista à recuperação destes créditos, e tem na generalidade das situações hipotecas sobre os respectivos imóveis/terrenos cujo valor de avaliação de que dispõe é superior ao valor dos créditos. A concretização das expectativas de cobrabilidade reflectidas na imparidade atribuída pelo Banco a estes clientes, que reflecte normalmente descontos face aos valores de avaliação, está naturalmente dependente da evolução que se vier a verificar na situação do mercado imobiliário em Cabo Verde e do resultado das medidas concretas que se encontram em curso.

Lisboa, 6 de Maio de 2013

Deloitte

Deloitte & Associados, SROC S.A.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Notas	2012 Activo bruto	2012 Imparidade e amortizações	2012 Activo líquido	2011 Activo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	2.342.558	-	2.342.558	9.726.629
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	816.608	-	816.608	656.366
Activos financeiros disponíveis para venda	5	7.071.389	(10.841)	7.060.548	6.310.502
Aplicações em instituições de crédito	6	11.513.360	-	11.513.360	1.210.696
Títulos de dívida pública	7	3.357.248	-	3.357.248	3.457.130
Crédito a clientes	8	43.494.973	(3.057.309)	40.437.664	41.671.975
Propriedades de investimento	9	1.529	(104)	1.425	2.925
Outros activos tangíveis	10	3.657.634	(1.665.233)	1.992.401	1.957.250
Activos intangíveis	11	265.845	(219.894)	45.951	42.973
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	232.356	-	232.356	215.915
Activos por impostos correntes	13	723.006	-	723.006	642.452
Activos por impostos diferidos	13	97.117	-	97.117	191.786
Outros activos	14	1.452.547	(131.052)	1.321.495	1.216.238
Total de activos		75.026.170	(5.084.433)	69.941.737	67.302.837

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2012	2011
Recursos de outras instituições de crédito	15	541.719	565.699
Recursos de clientes e outros empréstimos	16	58.175.745	56.459.611
Provisões	17	5.693.269	5.639.025
Passivos por impostos diferidos	13	24.048	38.819
Outros passivos subordinados	18	499.492	499.934
Outros passivos	19	1.266.771	1.078.435
Total do passivo		66.201.044	64.281.523
Capital	20	1.318.648	1.318.648
Reservas de reavaliação	21	196.537	(367.611)
Outras reservas e resultados transitados	21	1.886.420	1.533.528
Resultado do exercício	21	339.088	536.749
Total do capital próprio		3.740.693	3.021.314
Total do passivo e do capital próprio		69.941.737	67.302.837

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2012	2011
Juros e rendimentos similares	22	3.752.075	3.841.326
Juros e encargos similares	23	(1.612.683)	(1.428.923)
MARGEM FINANCEIRA		**2.139.392**	**2.412.403**
Rendimentos de instrumentos de capital	24	186.517	188.853
Rendimentos com serviços e comissões	25	379.995	369.130
Encargos com serviços e comissões	25	(45.783)	(45.767)
Resultados de reavaliação cambial	26	147.353	137.465
Resultados de alienação de outros activos	27	361	8.887
Outros resultados de exploração	28	76.195	158.190
PRODUTO BANCÁRIO		**2.884.030**	**3.229.161**
Custos com pessoal	29	(1.408.590)	(1.336.284)
Gastos gerais administrativos	31	(737.514)	(692.575)
Amortizações do exercício	10 e 11	(202.997)	(187.531)
Provisões líquidas de reposições e anulações	17	11.481	14.615
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	17	(114.977)	(416.588)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	17	(14.664)	(14.786)
Resultados em empresas associadas	12	30.446	34.333
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		**447.215**	**630.345**
Impostos sobre lucros			
Correntes	13	(30.046)	(15.516)
Diferidos	13	(78.081)	(78.080)
		(108.127)	**(93.596)**
Resultado do Exercício		**339.088**	**536.749**
Número médio de acções ordinárias emitidas		1.324.765	1.324.765
Resultado por acção		0,25596	0,40517

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2012	2011
Alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
Variação no exercício	564.595	1.281
Efeito fiscal	(447)	(327)
Alterações nos investimentos em associadas		
Variação ocorrida no exercício	5.377	(9.600)
Efeito fiscal	(1.371)	2.447
Total do rendimento integral do exercício reconhecido em reservas e resultados transitados	568.154	(6.199)
Resultado líquido do exercício	339.088	536.749
Total do rendimento integral do exercício	907.242	530.550

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

			Outras reservas e resultados transitados					
	Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	1.318.648	(368.565)	568.797	1.796.126	(1.174.876)	1.190.047	701.268	2.841.398
Distribuição do resultado do exercício de 2010:								
Incorporação em reservas	-	-	70.127	280.507	-	350.634	(350.634)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(350.634)	(350.634)
Rendimento integral do exercício	-	954	-	(7.153)	-	(7.153)	536.749	530.550
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	1.318.648	(367.611)	638.924	2.069.480	(1.174.876)	1.533.528	536.749	3.021.314
Distribuição do resultado do exercício de 2011:								
Incorporação em reservas	-	-	53.675	295.211	-	348.886	(348.886)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(187.863)	(187.863)
Rendimento integral do exercício	-	564.148	-	4.006	-	4.006	339.088	907.242
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	1.318.648	196.537	692.599	2.368.697	(1.174.876)	1.886.420	339.088	3.740.693

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2012	2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	4.098.935	4.119.412
Pagamento de juros e comissões	(1.626.491)	(1.400.555)
Recuperação de crédito e juros vencidos	123.162	170.027
Resultados cambiais	147.353	137.465
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(1.605.880)	(1.517.637)
Pagamentos de pensões e assistência médica	(205.426)	(221.476)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	99.613	191.999
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(110.599)	(475.727)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	920.667	1.003.508
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(10.304.247)	4.535.867
Créditos sobre clientes	1.029.503	(4.340.841)
Títulos de dívida pública	100.000	1.786.540
Outros activos	(38.107)	51.887
	(9.212.851)	2.033.453
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(23.557)	234.618
Recursos de clientes	1.684.279	755.180
Outros passivos subordinados	(1.511)	(28.750)
Outros passivos	(178.385)	317.029
	1.480.826	1.278.077
Caixa líquida das actividades operacionais	(7.732.025)	3.311.530
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
(Aumentos) diminuições nos activos de investimento:		
Propriedades de investimento	1.500	-
Activos intangíveis	(27.654)	(41.321)
Outros activos tangíveis	(218.901)	(360.193)
Dividendos recebidos	20.447	201.446
Caixa líquida das actividades de investimento	(224.608)	(200.068)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Dividendos distribuídos	(187.863)	(350.634)
Caixa líquida das actividades de financiamento	(187.863)	(350.634)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(7.223.829)	3.764.336
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	10.382.995	6.618.659
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3.159.166	10.382.995

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Comercial do Atlântico, S.A. (Banco) é um banco comercial, constituído por destaque de parte do património do Banco de Cabo Verde, nos termos do Decreto-Lei nº 43/93, de 16 de Julho. No âmbito do processo de privatização das instituições de crédito e sociedades financeiras com capitais públicos, e conforme a resolução nº 46/99, de 27 de Setembro do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e pelo Banco Interatlântico, S.A.R.L. passou a deter a maioria do capital social do Banco. A partir de Dezembro de 2005, as acções do Banco passaram a ser cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

O Banco tem por objecto o exercício da actividade bancária, incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essas actividades e permitidas por lei.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, dispondo de uma rede de 32 agências para a realização das suas operações.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de Abril de 2013, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

2.2. Políticas contabilísticas

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Nos exercícios de 2012 e 2011, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2012	2011
1 USD	83,265	85,697

c) Instrumentos financeiros

i) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. O Banco não tem activos de "trading" ou outros activos registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

a) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros activos". Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde uma vez que foram adquiridos em mercado primário pelo Banco essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Crédito vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros não classificados na categoria de "Empréstimos e contas a receber":

- Acções de empresas;
- Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respectivamente.

Os dividendos e os rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

Os rendimentos a receber dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira são reflectidos no Balanço na rubrica "Activos financeiros disponíveis para venda".

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados na categoria de "Activos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente aos títulos de rendimento variável não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados modelos e técnicas internas de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

d) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto aos activos disponíveis cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O Banco efectua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 20.000 ou apresentem incumprimento há mais de 180 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Crédito ao consumo
- Crédito a pequenos negócios
- Crédito ao Sector Público
- Crédito a empresas do Grupo
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações", sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.2. c), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação".

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Banco uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;

- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em "Reservas de reavaliação". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflicta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em "Outros passivos".

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro são registadas na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira do Banco.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

f) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, e que não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados pelo valor de arrematação quando os respectivos processos judiciais se encontram concluídos, na rubrica "Outros activos".

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade. Na determinação da imparidade, o Banco considera ainda a antiguidade dos imóveis em carteira.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas "Outros proveitos e custos de exploração".

g) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado periodicamente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são reflectidas em resultados, nas rubricas "Outros rendimentos e encargos de exploração".

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica é integralmente composta por terrenos.

h) Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento:	
Mobiliário e material de escritório	8
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8
Material de transporte	3 a 5
Equipamento de segurança	8
Outro equipamento	5

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em regra, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – "Imparidade de activos". Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros activos". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os seus activos tangíveis.

i) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

j) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto, ou se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência directa na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

k) Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem ao impacto da adopção das NIRF e a valorização de activos financeiros disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

l) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da actividade do Banco.

m) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – "Benefícios dos empregados". Os principais benefícios concedidos pelo Banco incluem pensões de reforma e sobrevivência e encargos com saúde.

i) Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

As responsabilidades com pensões de reforma do Banco são regulamentadas, ainda em regime transitório, pelo Estatuto de Pessoal do Banco de Cabo Verde, de 1 de Dezembro de 1990. Nos termos deste Estatuto, o Banco assume a responsabilidade pelo pagamento de pensões de reforma aos empregados que reúnam as condições previstas neste documento. As pensões são determinadas com base no salário à data da reforma, sendo actualizadas anualmente, excepto para os empregados que se reformem com menos de 35 anos de serviço, caso em que a pensão corresponde apenas a uma parte desse salário.

De acordo com o regime aplicável, o Banco e os empregados contribuem com uma percentagem de 11% e 6%, respectivamente, da massa salarial (excluindo subsídios de férias e de Natal). É ainda da responsabilidade do Banco a dotação dos montantes adicionais necessários para a cobertura integral das responsabilidades.

O Banco não tem responsabilidades com os empregados que passaram ao quadro efectivo a partir de 2001, dado que estes se encontram abrangidos pelo regime geral de Segurança Social, nos termos dos contratos de trabalho celebrados.

O Banco assumiu ainda o compromisso de suportar uma parte dos encargos com saúde dos seus funcionários. Para este efeito, o Banco e os seus funcionários contribuem mensalmente com montantes correspondentes a 4% e 2%, respectivamente, da massa salarial.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde ao valor actual das responsabilidades ajustado pelos ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários especializados, utilizando o método *"Unit Credit Projected"*, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 30). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade (ou, na sua ausência, títulos de dívida pública), denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, o referido excesso deverá ser reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano.

Os limites referidos no parágrafo anterior são calculados e aplicados separadamente para cada plano de benefício definido, nomeadamente, para os planos de pensões e de saúde do Banco.

Para a cobertura das responsabilidades com pensões, o Banco dispõe de uma provisão para pensões e encargos similares, registada na rubrica "Provisões para encargos com benefícios a empregados", do passivo.

As responsabilidades definidas com base na avaliação actuarial dos encargos estimados com as despesas de saúde, são registadas na rubrica "Provisões para encargos com benefícios a empregados – assistência médica" (Nota 17).

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido em "Custos com pessoal".

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo actuarial é reflectido directamente em custos.

ii) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

O Banco não regista qualquer provisão para subsídio de férias dos seus empregados, dado o direito a estes benefícios ser adquirido no ano em que são usufruídos/recebidos pelos empregados.

n) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas, sendo registadas na rubrica "Juros e rendimentos similares – Comissões recebidas associadas ao custo amortizado".

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objecto de diferimento linear ao longo do correspondente período, sendo as restantes reconhecidas em proveitos no momento do seu recebimento.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

o) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

p) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

q) Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) b), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida das "Reservas de reavaliação". Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.2. d)).

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como activos financeiros disponíveis para venda. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.2. c). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.2. m), as responsabilidades do Banco por benefícios pós-emprego e outros benefícios concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações actuariais. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Conforme referido na Nota 13, em 31 de Dezembro de 2012 existem contingências não provisionadas relativas a correcções efectuadas pelas Autoridades Fiscais ao lucro tributável de anos anteriores, dado o Banco considerar que os procedimentos que adoptou estão de acordo com o enquadramento legal e fiscal em vigor em Cabo Verde.

r) Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Conforme referido na Nota 2.1, na preparação das demonstrações financeiras o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações, em vigor em 31 de Dezembro de 2012.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
EMENDAS:		
IFRS 7 – Emenda (Transferência de activos financeiros)	1-Jul-11	Esta emenda vem exigir um maior número de divulgações relativamente a transferências de activos financeiros.

A aplicação destas normas não teve efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2012.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, encontram-se disponíveis para adopção antecipada, à data de aprovação destas demonstrações financeiras.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
NORMAS OU INTERPRETAÇÕES NOVAS OU REVISTAS:		
IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas	01-Jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
IFRS 11 – Acordos conjuntos	01-Jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 – Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 – Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.
IFRS 12 – Divulgações sobre participações noutras entidades	01-Jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
IFRS 13 – Mensuração de justo valor	01-Jan-13	Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor.
IFRS 9 - Instrumentos financeiros (2010)	01-Jan-15	Esta norma estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos activos financeiros.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
EMENDAS:		
IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – Investimentos em Associadas e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos.
IAS 12 – Emenda (recuperação de activos por impostos diferidos)	01-Jan-13	Esta emenda fornece uma presunção de que a recuperação de propriedades de investimento mensuradas ao justo valor de acordo com a IAS 40 será realizada através da venda.
IAS 19 – Emenda (planos pensões de benefícios definidos) (2011)	01-Jan-13	Esta emenda vem introduzir algumas alterações relacionadas com o relato sobre os planos de benefícios definidos, nomeadamente: (i) os ganhos/perdas actuariais passam a ser reconhecidos na totalidade em reservas (deixa de ser permitido o método do "corredor"); (ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro à responsabilidade e aos activos do plano. A diferença entre o retorno real dos activos do fundo e a taxa de juro única é registada como os ganhos/perdas actuariais; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros.
IFRS 1 – Emenda (Hiperinflação)	01-Jan-13	Esta emenda fornece orientações sobre como as entidades devem apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com as IFRS após um período em que não as puderam apresentar pelo facto da sua moeda funcional estar sujeita a hiperinflação severa.
IAS 1 – Emenda (Outro Rendimento Integral)	01-Jul-12	Esta emenda refere-se às seguintes alterações: (i) os itens que compõem o Outro Rendimento Integral e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; (ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral.
IFRS 7 – Emenda (2011)	01-Jan-13	Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares.
IAS 32 – Emenda (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma devido à diversidade na aplicação dos requisitos de compensação.
IFRIC 20 – Registo de certos custos na fase de produção de uma mina a céu aberto (2011)	01-Jan-13	Esta interpretação clarifica o registo de certos custos durante a fase de produção numa mina a céu aberto.

É entendimento do Conselho de Administração que a adopção das normas e interpretações acima referidas, com especial enfoque nos requisitos introduzidos pela IAS 19 – "Benefícios dos empregados", poderão motivar alterações com algum significado ao nível da preparação e apresentação das demonstrações financeiras do Banco, assim como na extensão e conteúdo das divulgações a realizar. No entanto, não se encontra ainda concluída uma análise detalhada das implicações inerentes à aplicação destes normativos, pelo que não é possível proceder à sua quantificação.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Caixa		
. Moeda nacional	545.534	452.956
. Moeda estrangeira	658.428	693.079
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde		
. Moeda nacional	1.137.633	8.579.625
. Moeda estrangeira	963	969
	2.342.558	9.726.629

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 18% da média das responsabilidades efectivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes. Até 31 de Dezembro de 2011, o coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa correspondia a 16%.

Nos exercícios de 2012 e 2011, estes depósitos não foram remunerados.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Depósitos à ordem		
Em instituições de crédito no país		
. Caixa Económica de Cabo Verde	997	997
Em instituições de crédito no estrangeiro		
. Banco Espírito Santo, S.A.	88.359	53.359
. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	65.894	43.417
. Citibank	79.931	17.375
. JP Morgan Chase Bank	31.203	6.683
. Outras	276.464	58.656
	542.848	180.487
Cheques a cobrar:		
Sobre o país	63.181	256.489
Sobre o estrangeiro	206.815	215.620
	269.997	472.109
Outras disponibilidades	3.763	3.770
	816.608	656.366

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira		
. Justo valor	6.626.466	6.063.620
. Rendimentos a receber	373.172	187.722
	6.999.638	6.251.342
Instrumentos de capital	71.751	70.001
Imparidade (Nota 17)	(10.841)	(10.841)
	7.060.548	6.310.502

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

			2012			2011		
Titulo	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço (Líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 21)	Imparidade (Nota 17)	Valor de balanço (Líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 21)	Imparidade (Nota 17)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor								
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	n.d.	6.433.170	6.999.638	193.296	-	6.251.342	(369.548)	-
Visa International Service Association	n.d.	1.314	5.665	4.351	-	3.915	2.602	-
		6.434.484	7.005.303	197.647	-	6.255.257	(366.946)	-
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico								
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.	11,11%	50.000	39.159	-	(10.841)	39.159	-	(10.841)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	0,65%	10.133	10.133	-	-	10.133	-	-
Fundo G.A.R.I.	0,19%	4.203	4.203	-	-	4.203	-	-
SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L.	0,63%	1.750	1.750	-	-	1.750	-	-
		66.086	55.245	-	(10.841)	55.245	-	(10.841)
		6.500.570	7.060.548	197.647	(10.841)	6.310.502	(366.946)	(10.841)

n.d. - não disponível

Os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) foram emitidos na sequência da Lei nº 64/V/98, que aprovou a criação do "International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund" (Fundo). Nos termos deste diploma, o Fundo é gerido pelo Banco de Portugal e constitui um património autónomo sendo, como tal, a única entidade a responder pelas dívidas, encargos e responsabilidades resultantes da sua existência, do seu funcionamento e da sua organização.

A política de investimentos do Fundo é definida por um representante do Governo de Cabo Verde, em conjunto com a entidade gestora, com o objectivo de valorização dos seus activos e sendo pautada por critérios de segurança e de rentabilidade.

Os TCMF resultaram da conversão de Obrigações do Tesouro de Cabo Verde que se encontravam vencidas e estão registados pelo valor nominal dos títulos entregues.

De acordo com a Lei nº 70/V/98, de 17 de Agosto, as principais características destes títulos são as seguintes:

- Os TCMF são títulos de crédito perpétuos emitidos pelo Estado de Cabo Verde, através do Tesouro, e incorporam o direito ao recebimento de 90% do resultado líquido anual do Fundo. Neste sentido, o Banco regista em cada exercício o proveito relativo aos rendimentos a receber de TCMF, na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" (Nota 24);

- O Estado obriga-se a adquirir os TCMF num período máximo de vinte anos a contar da data de aprovação da Lei, em termos e condições a definir pelo Governo;

- Durante os primeiros três anos de existência, os TCMF só podiam ser transaccionados entre instituições de crédito devidamente autorizadas a exercer a sua actividade em Cabo Verde. Entre o quarto e o sétimo ano, cada instituição de crédito poderia anualmente transmitir 25% do total de TCMF que detinha ao fim do terceiro ano. A partir do oitavo ano, os TCMF podem ser transaccionados sem restrições.

Os rendimentos dos TCMF relativos ao exercício de 2012 foram recebidos em Janeiro de 2013.

O Banco manteve a participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 10.841, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor de mercado das acções da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 2.415 e mCve. 1.403, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

As participações no Fundo G.A.R.I. e na SITA – Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L., face ao seu reduzido valor de balanço, foram registadas ao custo histórico.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Aplicações de crédito no país:		
. No Banco de Cabo Verde:		
- Títulos de regularização monetária	227.000	300.000
- Títulos de intervenção monetária	798.000	100.000
- Aplicações a muito curto prazo	9.500.000	-
	10.525.000	400.000
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
. Aplicações a muito curto prazo		
- Caixa Geral de Depósitos	480.672	286.573
. Depósitos a prazo		
- Caixa Geral de Depósitos	499.590	514.182
. Contas caução		
- Outras instituições de crédito no exterior	9.435	9.696
	989.697	810.451
Juros a receber	43	705
Proveitos diferidos	(1.380)	(460)
	11.513.360	1.210.696

7. TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Obrigações do Tesouro		
Valor Nominal	3.297.630	3.397.630
Juros a receber	59.618	59.500
	3.357.248	3.457.130

O valor nominal das Obrigações do Tesouro cedidas com acordo de recompra ascende, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a mCve. 1.902.330 e mCve. 2.264.280, respectivamente (Nota 16).

8. CRÉDITOS A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Crédito interno a curto prazo:		
. Descontos comerciais	29.300	50.919
. Créditos em conta corrente	2.914.459	2.743.239
. Descobertos em depósitos à ordem	143.524	137.089
. Cartões de crédito	114.946	99.728
Crédito interno a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	29.400.472	30.885.371
Crédito externo a curto prazo:		
. Descontos comerciais	3.500	6.050
. Créditos em conta corrente	11.191	74.391
. Descobertos em depósitos à ordem	1.428	1.131
. Cartões de crédito	9.637	8.860
Crédito externo a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	288.729	442.983
. Créditos em conta corrente	81.767	73.167
Outros créditos e valores a receber (titulados)	3.918.378	4.162.191
Crédito ao pessoal	1.870.277	1.727.430
	38.787.608	40.412.549
Juros a receber	215.829	237.991
Comissões e outros proveitos diferidos	(266.498)	(253.379)
Custos diferidos	3.043	2.518
Crédito e juros vencidos	4.754.991	4.159.553
	43.494.973	44.559.232
Imparidade de crédito a clientes (Nota 17)	(3.057.309)	(2.887.257)
	40.437.664	41.671.975

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Outros créditos e valores a receber (titulados)" reflecte o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de "Empréstimos e contas a receber" (Nota 2.2. c) a)). Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	2012	2011	Maturidade
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche A	-	638.343	14-06-2012
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	663.751	663.751	14-06-2017
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	1.458.220	1.458.220	14-06-2027
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D	637.951	-	27-07-2020
Câmara Municipal da Praia	385.618	407.041	23-07-2030
Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A.	350.000	350.000	06-02-2013
Câmara Municipal do Sal	151.385	163.030	15-07-2025
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	99.854	99.854	18-02-2014
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.	65.547	65.547	05-01-2014
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	59.687	59.687	31-07-2015
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	40.147	250.500	11-10-2017
Tecnicil Indústria, S.A.	6.218	6.218	23-04-2014
	3.918.378	4.162.191	

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. e IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. têm aval do Estado de Cabo Verde. As obrigações emitidas pela ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. têm como garantia uma carta conforto emitida pelo Estado de Cabo Verde.

Os empréstimos aos colaboradores em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são remunerados a taxas de juro reduzidas.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito vivo com aval do Estado de Cabo Verde ascende a mCve. 3.087.252 e mCve. 3.596.716, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito concedido a clientes, excluindo "Outros créditos e valores a receber – titulados" e juros corridos associados, apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	31.12.2012								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	11.774	6.538	18.312	11.774	6.538	18.312
Pesca	-	-	-	11.691	34.811	46.502	11.691	34.811	46.502
Indústrias extractivas	-	-	-	12.124	22.254	34.378	12.124	22.254	34.378
Extracção de produtos energéticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-	12.124	22.254	34.378	12.124	22.254	34.378
Indústrias transformadoras	-	-	-	1.550.786	98.967	1.649.753	1.550.786	98.967	1.649.753
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	277.866	86.767	364.633	277.866	86.767	364.633
Indústria têxtil	-	-	-	25.154	2.543	27.697	25.154	2.543	27.697
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	36	1.239	1.275	36	1.239	1.275
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	90.547	-	90.547	90.547	-	90.547
Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas	-	-	-	311.815	563	312.378	311.815	563	312.378
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	16	830	846	16	830	846
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	40.031	35	40.066	40.031	35	40.066
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	790.971	3.493	794.464	790.971	3.493	794.464
Fabrico de mobiliário e de colchões	-	-	-	14.350	3.497	17.847	14.350	3.497	17.847
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	-	-	-	703.198	4	703.202	703.198	4	703.202
Construção	2	-	2	2.385.025	181.215	2.566.240	2.385.027	181.215	2.566.242
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	2.690.306	268.900	2.959.206	2.690.306	268.900	2.959.206
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	731.370	309.419	1.040.789	731.370	309.419	1.040.789
Transportes, armazenagem e comunicações	-	-	-	1.641.776	479.198	2.120.974	1.641.776	479.198	2.120.974
Actividades de informação e de comunicação	-	-	-	18.135	37.090	55.225	18.135	37.090	55.225
Actividades financeiras	-	-	-	663	-	663	663	-	663
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	663	-	663	663	-	663
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	-	-	-	914.439	120.786	1.035.225	914.439	120.786	1.035.225
Actividades imobiliárias	-	-	-	914.439	120.786	1.035.225	914.439	120.786	1.035.225
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	-	-	-	418.609	633.067	1.051.676	418.609	633.067	1.051.676
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-	-	23.092	502	23.594	23.092	502	23.594
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	966.933	55	966.988	67.196	65	67.261	1.034.129	120	1.034.249
Educação	-	15	15	7.857	452	8.309	7.857	467	8.324
Saúde e segurança social	2.358	-	2.358	297.750	9.428	307.178	300.107	9.428	309.535
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	1.109.046	7	1.109.053	1.989.632	601.378	2.591.010	3.098.679	601.385	3.700.064
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	682	2.633	3.315	682	2.633	3.315
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	32.700	3.488	36.188	32.700	3.488	36.188
	2.078.339	77	2.078.416	13.508.805	2.810.195	16.319.000	15.587.144	2.810.272	18.397.416
Particulares									
Habitação	-	-	-	14.828.474	1.253.664	16.082.138	14.828.474	1.253.664	16.082.138
Outros fins	-	-	-	4.453.611	691.056	5.144.667	4.453.611	691.056	5.144.667
	-	-	-	19.282.085	1.944.720	21.226.805	19.282.085	1.944.720	21.226.805
	2.078.339	77	2.078.416	32.790.890	4.754.915	37.545.805	34.869.229	4.754.992	39.624.221

	31.12.2011								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	12.661	6.583	19.244	12.661	6.583	19.244
Pesca	-	-	-	19.570	34.803	54.373	19.570	34.803	54.373
Indústrias extractivas	-	-	-	15.987	22.121	38.108	15.987	22.121	38.116
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-	15.987	22.121	38.108	15.987	22.121	38.116
Indústrias transformadoras	-	-	-	1.633.130	123.869	1.756.999	1.633.130	123.869	1.756.998
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	282.104	103.668	385.772	282.104	103.668	385.772
Indústria têxtil	-	-	-	26.801	2.548	29.349	26.801	2.548	29.349
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	85	1.239	1.324	85	1.239	1.324
Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas	-	-	-	325.055	563	325.618	325.055	563	325.618
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	-	830	830	-	830	830
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	3.892	1	3.893	3.892	1	3.893
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	747.262	4.270	751.532	747.262	4.270	751.532
Fabrico de mobiliário e de colchões	-	-	-	16.648	4.058	20.706	16.648	4.058	20.706
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	231.282	6.692	237.974	231.282	6.692	237.974
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	-	-	-	951.081	-	951.081	951.081	-	951.081
Construção	-	-	-	2.696.731	149.936	2.846.667	2.696.731	149.936	2.846.667
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	2.676.779	174.900	2.851.679	2.676.779	174.900	2.851.679
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	794.161	249.142	1.043.303	794.161	249.142	1.043.303
Transportes, armazenagem e comunicações	-	-	-	1.867.003	397.355	2.264.358	1.867.003	397.355	2.264.358
Actividades de informação e de comunicação	-	-	-	6.528	35.404	41.932	6.528	35.404	41.932
Actividades financeiras	-	-	-	510	-	510	510	-	510
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	510	-	510	510	-	510
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	-	-	-	1.085.422	59.609	1.145.031	1.085.422	59.609	1.145.031
Actividades imobiliárias	-	-	-	1.085.422	59.609	1.145.031	1.085.422	59.609	1.145.031
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	-	-	-	460.221	611.495	1.071.716	460.221	611.495	1.071.716
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-	-	23.815	97	23.912	23.815	97	23.912
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	883.841	1.727	885.568	59.229	-	59.229	943.070	1.727	944.797
Educação	-	15	15	16.785	564	17.349	16.785	579	17.364
Saúde e segurança social	3.043	-	3.043	276.248	7.748	283.996	279.291	7.748	287.039
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	956.780	4	956.784	1.836.765	466.533	2.303.298	2.793.545	466.537	3.260.082
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	1.362	2.890	4.252	1.362	2.890	4.252
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	1.627	27.101	28.728	1.627	27.101	28.728
	1.843.664	1.746	1.845.410	14.435.615	2.370.150	16.805.765	16.279.279	2.371.896	18.651.182
Particulares									
Habitação	-	-	-	14.731.434	1.090.968	15.822.402	14.731.434	1.090.968	15.822.402
Outros fins	-	-	-	5.239.645	696.689	5.936.334	5.239.645	696.689	5.936.334
	-	-	-	19.971.079	1.787.657	21.758.736	19.971.079	1.787.657	21.758.736
	1.843.664	1.746	1.845.410	34.406.694	4.157.807	38.564.501	36.250.358	4.159.553	40.409.918

9. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica é composta de terrenos detidos pelo Banco, reclassificados de "Outros activos tangíveis" na transição para as NIRF. Em 2012, o Banco alienou o terreno sito na cidade do Tarrafal pelo montante total de 3.001 mCve.

10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" nos exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012							
	Saldo em 31.12.2011							
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Transfe--rências	Reclassi--ficações	Amortiza-ções do exercício	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2012
Imóveis de serviço próprio								
Terrenos	75.034	-	-	-	-	-	-	75.034
Edifícios	1.777.678	(533.590)	22.620	-	(12.617)	(28.930)	526	1.225.687
Obras em imóveis arrendados	356.003	(143.593)	33.315	-	12.564	(35.856)	-	222.433
Equipamento								
Mobiliário e material de escritório	232.256	(146.554)	15.317	-	-	(19.335)	(184)	81.500
Máquinas e ferramentas	51.364	(37.314)	3.433	-	(51)	(5.557)	(8)	11.867
Equipamento informático	420.694	(354.153)	8.540	9.604	(3.998)	(34.878)	-	45.809
Instalações interiores	152.594	(113.398)	8.509	-	185	(12.188)	(39)	35.663
Material de transporte	170.178	(82.611)	40.694	8.393	-	(31.319)	(4.381)	100.954
Equipamento de segurança	48.873	(31.959)	6.856	10.023	(113)	(3.350)	-	30.330
Outro equipamento	100.009	(86.060)	798	-	1.595	(6.968)	(4)	9.370
Activos tangíveis em curso	101.800	-	84.824	(33.965)	2.435	-	(1.340)	153.754
	3.486.483	(1.529.232)	224.906	(5.945)	-	(178.381)	(5.430)	1.992.401

	2011							
	Saldo em 31.12.2010							
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Transfe--rências	Amortiza-ções do exercício	Vendas e abates líquidos	Imparidade (Nota 17)	Valor líquido em 2011
Imóveis de serviço próprio								
Terrenos	75.034	-	-	-	-	-	-	75.034
Edifícios	1.539.845	(509.482)	97.406	187.851	(27.319)	(45.626)	1.412	1.244.087
Obras em imóveis arrendados	263.145	(117.227)	55.566	40.197	(27.307)	(1.960)	-	212.414
Equipamento								
Mobiliário e material de escritório	219.714	(138.396)	26.747	314	(21.550)	(1.127)	-	85.702
Máquinas e ferramentas	51.357	(38.488)	6.159	-	(4.935)	(40)	-	14.053
Equipamento informático	390.970	(314.669)	19.778	10.418	(39.856)	(98)	-	66.543
Instalações interiores	132.004	(111.434)	7.292	20.463	(8.937)	(193)	-	39.195
Material de transporte	154.592	(83.038)	49.630	-	(29.828)	(3.790)	-	87.566
Equipamento de segurança	37.574	(30.398)	1.034	10.529	(1.829)	-	-	16.910
Outro equipamento	95.040	(74.846)	5.582		(11.831)	-	-	13.945
Activos tangíveis em curso	226.859	-	170.951	(296.009)	-	-	-	101.801
	3.186.134	(1.417.978)	440.145	(26.237)	(173.392)	(52.834)	1.412	1.957.250

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o imobilizado em curso refere-se essencialmente a obras em curso em agências do Banco e à aquisição de equipamento informático.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Banco tem registada imparidade para imóveis de serviço próprio no montante de mCve. 37.671 (Nota 17).

11. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos "Activos intangíveis" nos exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012					
	Saldo em 31.12.2011					
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transfe--rências	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2012
Sistemas de tratamento automático de dados (Softw are)	238.177	(195.210)	21.710	5.945	(24.673)	45.949
Outros activos intangíveis em curso	13	(7)	-	-	(4)	2
	238.190	(195.217)	21.710	5.945	(24.677)	45.951

	2011					
	Saldo em 31.12.2010					
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transfe--rências	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2011
Sistemas de tratamento automático de dados (Softw are)	196.857	(181.075)	15.083	26.237	(14.135)	42.967
Outros activos intangíveis em curso	13	(3)	-	-	(4)	6
	196.870	(181.078)	15.083	26.237	(14.139)	42.973

12. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

			2012				2011			
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Activo líquido	Passivo	Lucro / (Prejuízo)	Valor de balanço	Activo líquido	Passivo	Lucro
Garantia - Companhia de Seguros de CaboVerde, S.A.R.L.	35%	70.000	180.613	2.861.619	1.830.246	89.153	166.847	2.983.295	1.985.725	121.310
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L	10%	10.000	45.559	625.306	169.716	95.523	40.787	588.299	180.427	77.945
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	49%	14.700	6.184	350.166	337.563	(4.297)	8.281	307.566	290.666	(5.371)
		94.700	232.356	3.837.091	2.337.525	180.378	215.915	3.879.160	2.456.818	193.884

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.

A Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. (Garantia) detém uma participação correspondente a 12,5% do capital do Banco. Esta participação cruzada é tomada em consideração na determinação do valor do investimento do Banco na Garantia.

SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.

O Banco classificou a participação na SISP como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de direcção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na actividade da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.

No exercício de 2010, o Banco subscreveu 14.700 acções da Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira Unipessoal Anónima, S.A. (Sociedade) representativas de 49% do seu capital social pelo valor nominal de mCve. 1 por acção. Esta Sociedade iniciou a sua actividade no exercício de 2010.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2012 e 2011 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras do Banco pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Garantia	SISP	Promoleasing	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	155.410	36.736	11.628	203.774
Movimentos registados directamente por contrapartida de capital próprio	(9.600)	-	-	(9.600)
Resultados em associadas	29.886	7.794	(3.347)	34.333
Dividendos recebidos	(8.849)	(3.743)	-	(12.592)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	166.847	40.787	8.281	215.915
Movimentos registados directamente por contrapartida de capital próprio	5.377	-	-	5.377
Resultados em associadas	23.250	9.293	(2.097)	30.446
Dividendos recebidos	(14.861)	(4.521)	-	(19.382)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	180.613	45.559	6.184	232.356

13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,50%.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 eram os seguintes:

	2012	2011
Activos por impostos correntes		
. IUR a recuperar de 2011	93.148	32.638
. IUR a recuperar de 2010	146.894	146.894
. IUR a recuperar de 2009	172.845	172.845
. IUR a recuperar de 2008	114.517	114.517
. IUR a recuperar de 2006	120.912	120.912
. IUR a recuperar de 2005	54.646	54.646
	702.962	642.452
. Retenções na fonte do exercício		
. Exercício de 2012	20.044	-
	723.006	642.452
Activos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	97.117	191.786
Passivos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	(24.048)	(38.819)
	73.069	152.967

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012			
		Variação em		
	Saldo em 31.12.2011	Capital Próprio	Resultados	Saldo em 31.12.2012
Ajustamentos de conversão para as NIRF	156.301	-	(78.080)	78.221
Movimentos efectuados por reservas				
Valorização de investimentos em associadas	(2.669)	(1.371)	-	(4.040)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(665)	(447)	-	(1.112)
	152.967	(1.818)	(78.080)	73.069

	2011			
		Variação em		
	Saldo em 31.12.2010	Capital Próprio	Resultados	Saldo em 31.12.2011
Ajustamentos de conversão para as NIRF	234.381	-	(78.080)	156.301
Movimentos efectuados por reservas				
Valorização de investimentos em associadas	(5.116)	2.447	-	(2.669)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(338)	(327)	-	(665)
	228.927	2.120	(78.080)	152.967

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de Abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de Janeiro de 2008 com efeitos nos capitais próprios, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorrem para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos. O activo por imposto diferido relativo aos impactos de transição em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 inclui mCve. 64.870 e
mCve 129.740, respectivamente, referentes a ajustamentos de transição originados por responsabilidades com pensões e assistência médica.

A reconciliação entre a taxa de nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser demonstrada como se segue:

	2012		2011	
Resultado antes de impostos		447.215		630.345
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,50%	114.040	25,50%	160.738
Benefícios fiscais:				
. Rendimentos dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	-10,57%	(47.290)	-7,59%	(47.857)
. Rendimento de obrigações admitidas à cotação	-14,70%	(65.750)	-10,48%	(66.080)
. Rendimentos de Títulos de Dívida Pública colocados em mercado secundário	-6,42%	(28.726)	-4,22%	(26.570)
. Donativos	-0,32%	(1.418)	-0,30%	(1.911)
. Dividendos	-0,01%	(53)	-0,01%	(60)
. Outros	-0,02%	(79)	-0,53%	(3.344)
Encargos não aceites fiscalmente	2,56%	11.458	0,50%	3.169
Rendimento de obrigações admitidas à cotação	6,76%	30.226	4,98%	31.362
Prejuízo fiscal	14,68%	65.673	4,54%	28.633
Correcções de exercícios anteriores	6,72%	30.046	2,46%	15.516
Imposto sobre o lucro do exercício	24,18%	108.127	14,85%	93.596

Nos termos da legislação em vigor, o Banco beneficia de isenções relativas aos seguintes rendimentos:

- rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira;
- rendimentos obtidos em títulos emitidos pelo Tesouro de Cabo Verde e que tenham sido colocados no mercado secundário;
- dividendos recebidos; e
- rendimento de obrigações, que não sejam de dívida pública, admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde, durante três anos a contar da sua entrada em funcionamento efectivo. Estes rendimentos, dependendo do ano de emissão, beneficiam ainda de taxas reduzidas de imposto.

Por estes motivos, a carga fiscal apresentada pelo Banco em 2012 e 2011 é inferior à taxa normal de tributação.

Em Setembro de 2009, o Banco recebeu uma notificação da Direcção Geral das Contribuições e Impostos (DGCI), de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2008. O Banco contestou as correcções efectuadas relativamente aos custos com pensões e responsabilidades com saúde. A reclamação foi indeferida pelas autoridades fiscais em Outubro de 2010, tendo o Banco efectuado a liquidação do imposto em dívida. No entanto, por considerar que os procedimentos adoptados estão de acordo com o enquadramento legal e fiscal em vigor em Cabo Verde, o Banco reconheceu um activo por imposto a recuperar no montante de mCve. 114.517 relativo aos custos com pensões e responsabilidades com saúde.

Em Dezembro de 2010, o Banco recebeu uma notificação da DGCI, de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2009. O Banco contestou as correcções efectuadas relativamente aos custos com pensões e responsabilidades com saúde, mas já em 2011 procedeu à liquidação do valor em dívida, tendo reconhecido um activo por imposto a recuperar no montante de mCve. 172.845.

Em 2011 o Banco recebeu três notificações da DGCI, de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo aos exercícios de 2005, 2006 e 2010, relacionadas essencialmente com custos com pensões e responsabilidades com saúde. O Banco efectuou o pagamento relativo às liquidações adicionais, tendo, no entanto, contestado as correcções efectuadas e registado um activo por imposto corrente no montante total de mCve. 322.452. O Banco encontra-se a aguardar a formalização da aceitação da reclamação por parte da DGCI.

Em Janeiro de 2012, o Banco procedeu à liquidação provisória de imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2011 no montante de mCve. 60.510. Em Setembro de 2012, o Banco recebeu uma notificação da DGCI para fixação da matéria colectável do exercício de 2011, resultando na liquidação adicional de imposto sobre o rendimento no montante de mCve. 48.774. O Banco contestou as correcções efectuadas relativamente aos custos com pensões e responsabilidades com saúde. Adicionalmente, o Banco não procedeu à liquidação do valor em dívida, tendo contudo apresentado uma garantia bancária no valor de mCve. 48.774 para cobertura do imposto fixado pela DGCI.

No exercício de 2012, o Banco recebeu três notificações da DGCI de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2007. O Banco contestou as correcções efectuadas relativamente aos custos com pensões e responsabilidades com saúde. Adicionalmente, o Banco não procedeu à liquidação do valor em dívida, tendo contudo apresentado uma garantia bancária no valor de mCve. 180.500 para cobertura do imposto fixado pela DGCI. De referir que, a DGCI aceitou parte da reclamação efectuada pelo Banco relativamente à notificação de Outubro de 2008 de liquidações referentes ao imposto sobre o rendimento relativos ao exercício de 2007 no montante de mCve. 22.634.

No exercício de 2012 o Banco recebeu uma comunicação da DGT com o indeferimento do recurso hierárquico interposto relativo à liquidação oficiosa do exercício de 2008, tendo o Banco impugnado judicialmente esta decisão, encontrando-se a aguardar o desenvolvimento do processo em tribunal.

Em 31 de Dezembro de 2012, o impacto das correcções acima descritas relativas a pensões e assistência médica pode ser resumido da seguinte forma:

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Correcção pensões e saúde	54.646	120.912	184.270	114.517	165.755	171.711	169.677	981.488
Outras correcções	-	-	(3.710)	-	7.090	(24.817)	878	(20.559)
Prejuízos fiscais	-	-	-	-	-	-	(28.633)	(28.633)
	54.646	120.912	180.560	114.517	172.845	146.894	141.922	932.296
Activos por impostos correntes	54.646	120.912	-	114.517	172.845	146.894	93.148	702.962
Garantias prestadas	-	-	180.500	-	-	-	48.774	229.274
	54.646	120.912	180.500	114.517	172.845	146.894	141.922	932.236

Em 31 de Dezembro de 2012 o impacto total do eventual risco associado às situações descritas acima ascende a cerca de mCve. 1.082.379 e inclui as seguintes situações:

- correcções relativas aos exercícios de 2005 a 2011 no montante de mCve. 932.236, que engloba cerca de mCve. 180.500 e mCve. 48.774 relativos às liquidações adicionais de 2007 e 2011, respectivamente, relativamente às quais o Banco constitui uma garantia bancária. O montante de mCve. 702.962 foi pago pelo Banco, encontrando-se registados em "Activos por impostos correntes" como imposto a recuperar de exercícios anteriores;
- o Banco não acresceu qualquer custo com pensões ou assistência médica na estimativa de imposto a pagar relativa ao exercício de 2012, pelo que a eventual correcção, considerando o critério adoptado pelas Autoridades Fiscais relativamente ao exercício de 2011, poderá ascender a cerca de mCve. 85.273;
- finalmente, o Banco mantém registados impostos diferidos líquidos no montante de mCve. 64.870 relativos à parcela dos ajustamentos de transição que serão deduzidos para efeitos fiscais em exercícios futuros.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Por este motivo, o exercício de 2007 pode ainda ser revisto e corrigido no que respeita à situação acima referida. Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer outra correcção seja significativa para as demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2012.

14. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Outros activos		
Bens arrematados	192.468	149.571
Património artístico	10.458	9.728
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	693	782
Devedores e outras aplicações		
Devedores diversos		
. Estado	207.999	291.946
. Outras entidades	70.374	58.732
Bonificações a receber		
. Do Estado	785.114	754.359
. De outras entidades	4.265	4.265
. Outros	2.311	2.311
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	2.025	1.015
Despesas com encargo diferido		
. Seguros	19.622	21.805
. Outros	18.955	7.591
Desvios actuariais (Nota 30)		
. Assistência médica	138.263	117.332
	1.452.547	1.419.437
Imparidade de outros activos (Nota 17):		
. Imóveis recebidos em dação	(44.680)	(33.307)
. Outros activos	(86.372)	(169.892)
	(131.052)	(203.199)
	1.321.495	1.216.238

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica "Devedores diversos – Estado" inclui mCve. 86.811, correspondentes ao capital e juros vencidos de um crédito com aval do Estado que não foi reembolsado pelo respectivo cliente, tendo por esse motivo sido reclamado ao Estado em Dezembro de 2002. Em 2005, o Tesouro de Cabo Verde comunicou ao Banco a suspensão da confirmação da referida dívida, tendo solicitado a prestação de informação adicional. O Banco liquidou as prestações em dívida junto do Instituto de Crédito Oficial de Espanha até 26 de Janeiro de 2009 (inclusive), sendo que as restantes prestações, no montante de mCve. 11.481 (Nota 15) foram liquidadas pelo Tesouro de Cabo Verde no exercício de 2012. Em 2012, o Banco abateu ao activo o montante de mCve. 86.811 por utilização de imparidade e regularização do valor em dívida junto do Instituto de Crédito Oficial de Espanha.

As bonificações a receber do Estado de Cabo Verde são relativas a crédito e depósitos, sendo calculadas ao abrigo da legislação em vigor em Cabo Verde. Os saldos registados correspondem aos montantes reclamados pelo Banco desde o início de 2000. O reembolso destes montantes tem vindo a ser alvo de negociações com a Direcção Geral do Tesouro (DGT), dado que no âmbito de uma auditoria externa efectuada à aplicação do regime de crédito bonificado, a DGT questionou a elegibilidade de um conjunto de operações. Em Novembro de 2012, a DGT comunicou ao Banco que irá assumir o pagamento de mCve. 168.133 relativo a bonificações de crédito à habitação reclamadas entre 2000 e 2007, tendo considerado não elegíveis bonificações reclamadas no montante de mCve. 102.098. Adicionalmente, de acordo com comunicação da DGT, os valores que apurou no que se refere às bonificações do crédito à habitação do período entre 2008 e 2011 ascendem a mCve. 208.564 face a um total reclamado de mCve. 277.728. O Banco optou por reconhecer o custo relativo às operações identificadas como não elegíveis por um período de 5 anos a partir do exercício de 2012, tendo reconhecido como gastos mCve. 34.252 na rubrica "Juros e rendimentos similares – Juros de crédito a clientes" e mantido registados mCve. 137.010.

No que se refere às bonificações de operações de crédito à habitação de 2012, cujo valor reclamado e imparidade registada ascende a mCve. 64.496 e mCve. 33.403, respectivamente, e a outras bonificações, cujo montante ascende a mCve. 206.911, ainda se encontram em curso negociações entre as partes com vista à quantificação das operações elegíveis.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os imóveis recebidos em dação apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Banco:

	2012			2011		
Ano de aquisição	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
anterior a 2009	28.741	(24.491)	4.250	33.883	(23.677)	10.206
2009	9.848	(4.924)	4.924	9.848	(2.462)	7.386
2010	62.542	(11.849)	50.693	71.682	(7.168)	64.514
2011	34.158	(3.416)	30.742	34.158	-	34.158
2012	57.179	-	57.179	-	-	-
	192.468	(44.680)	147.788	149.571	(33.307)	116.264

No exercício de 2012, as menos-valias líquidas obtidas na alienação de imóveis obtidos por recuperação de crédito ascenderam a mCve. 4.190 (mais-valias líquidas de mCve. 20 em 2011 – Nota 27).

15. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Depósitos à ordem		
. De instituições de crédito no país	69.382	85.597
. De instituições de crédito no estrangeiro	289.225	196.342
. Outros recursos	4.083	-
Depósitos a prazo		
. De instituições de crédito no País	35.000	110.000
Empréstimos		
. De Organismos Financeiros Internacionais	142.615	171.923
Juros a pagar	1.414	1.837
	541.719	565.699

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo da rubrica “Empréstimos de Organismos Financeiros Internacionais” incluía 58.427 Euros (mCve. 6.442) relativos a uma linha de crédito contraída junto do Banque Européenne d’ Investissment no montante máximo de 5.000.000 Euros (mCve. 551.325), a reembolsar em 5 anos a partir de 30 de Abril de 2007. Este empréstimo vencia juros a uma taxa de juro fixa e foi integralmente reembolsado em 2011.

Em 14 de Outubro de 2005, o Banco, o Banco Interatlântico, a Caixa Económica de Cabo Verde e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 5.000.000 Euros, para apoio a projectos de desenvolvimento dos municípios de carácter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 30 de Abril de 2010, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa fixa de 1,83%. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Banco tinha esta linha utilizada em 1.293.385 Euros e 1.455.060 Euros (mCve. 142.615 e mCve. 160.442, respectivamente), registados na rubrica “Empréstimos de Organismos Financeiros Internacionais”.

16. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Depósitos de poupança		
. De emigrantes	2.523.320	2.747.315
. De residentes	827.950	760.683
	3.351.270	3.507.998
Outros depósitos à vista		
Depósitos à ordem		
. De residentes	14.596.579	15.255.952
. De emigrantes	3.857.346	3.749.820
. De não residentes	2.056.240	2.010.539
	20.510.165	21.016.311
Depósitos obrigatórios	129.312	158.915
	20.639.477	21.175.226
Outros depósitos a prazo		
Depósitos a prazo		
. De emigrantes	22.333.081	20.101.080
. De residentes	8.439.826	7.925.688
. De não residentes	794.450	759.393
	31.567.357	28.786.161
Outros recursos:		
Titulo cedidos com acordo de recompra:		
. Obrigações do Tesouro (Nota 7)	1.902.330	2.264.280
Cheques e ordens a pagar	31.305	73.795
	57.491.739	55.807.460
Juros a pagar	684.006	652.151
	58.175.745	56.459.611

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

17. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012						
	Saldos em 31.12.2011	Dotações líquidas em resultados	Custos com pessoal (Nota 29)	Utilizações	Outros (Nota 30)	Saldos em 31.12.2012	Recuperações de créditos abatidos
Imparidade							
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	2.887.257	170.052	-	-	-	3.057.309	(55.075)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	10.841	-	-	-	-	10.841	
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 10)	37.671	-	-	-	-	37.671	
Imparidade de outros activos (Nota 14)	203.199	3.182	-	(75.328)	-	131.053	
	3.138.968	173.234	-	(75.328)	-	3.236.874	
Provisões							
Provisões para encargos com benefícios a empregados: (Nota 30)							
Pensões de reforma	5.367.123	-	440.316	(148.845)	(279.407)	5.379.187	
Assistência médica	222.180	-	59.118	(66.583)	45.051	259.766	
	5.589.303	-	499.434	(215.428)	(234.356)	5.638.953	
Contingências fiscais	49.723	-	-	-	-	49.723	
	5.639.026	-	499.434	(215.428)	(234.356)	5.688.676	
	8.777.994	173.234	499.434	(290.756)	(234.356)	8.925.550	

	2011						
	Saldos em 31.12.2010	Dotações líquidas em resultados	Custos com pessoal (Nota 29)	Utilizações	Outros (Nota 30)	Saldos em 31.12.2011	Recuperações de créditos abatidos
Imparidade							
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	2.470.746	495.635	-	(79.124)	-	2.887.257	(79.047)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	10.841	-	-	-	-	10.841	
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 10)	39.083	(1.412)	-	-	-	37.671	
Imparidade de outros activos (Nota 14)	187.001	16.198	-	-	-	203.199	
	2.707.671	510.421	-	(79.124)	-	3.138.968	
Provisões							
Provisões para encargos com benefícios a empregados: (Nota 30)							
Pensões de reforma	5.143.905	-	421.034	(138.149)	(59.667)	5.367.123	
Assistência médica	188.088	-	47.075	(70.404)	57.421	222.180	
	5.331.993	-	468.109	(208.553)	(2.246)	5.589.303	
Contingências fiscais	64.338	(14.615)	-	-	-	49.723	
	5.396.331	(14.615)	468.109	(208.553)	(2.246)	5.639.026	
	8.104.002	495.806	468.109	(287.677)	(2.246)	8.777.994	

18. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Durante o exercício de 2010, o Banco emitiu 500.000 obrigações subordinadas com um valor nominal de 1.000 Escudos de Cabo Verde cada. Nos termos das condições definidas na emissão, o empréstimo tem um prazo de 7 anos e vence juros a uma taxa de juro nominal crescente a começar em 5,75% para o 1.º e 2.º cupão até 6,25% para o 7.º cupão. O reembolso do principal será realizado de forma parcial em prestações semestrais de mCve. 50.000 a partir do 5.º semestre (inclusive). Contudo, existe a opção de reembolso antecipado dois anos após a data de emissão, e a partir dessa data de seis em seis meses, mediante o pagamento de um prémio de 0,5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.

Em 26 de Dezembro de 2012, o Banco procedeu à recompra de obrigações subordinadas pelo valor nominal de mCve. 1.511.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os juros a pagar ascendiam a mCve. 1.812 e mCve. 1.018, respectivamente. Adicionalmente, nestas datas encontravam-se a ser diferidas comissões no montante de mCve. 809 e mCve. 1.084, respectivamente.

19. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Credores		
Recursos - conta activa	131.317	130.744
Recursos - conta caução	13.043	861
Recursos consignados	2.490	2.490
Outras exigibilidades		
Retenção de impostos na fonte	53.699	59.375
Previdência social	11.099	10.623
Outros	1.204	726
Encargos a pagar		
Gastos com pessoal		
. Prémios de produtividade	37.744	36.000
. Férias não gozadas	5.000	4.638
Gastos gerais administrativos	7.503	7.461
Outros	139.891	72.864
Receitas com rendimento diferido		
Anuidades de cartões	16.934	16.857
Comissões de abertura de créditos em conta corrente	9.673	10.311
De garantias prestadas	6.801	7.949
Outros	345	428
Desvios actuariais (Nota 30)		
Pensões de reforma	664.442	365.105
Operações passivas a regularizar	1.217	165
Outras contas de regularização	164.369	351.838
	1.266.771	1.078.435

20. CAPITAL

O capital do Banco em 31 de Dezembro de 2012, está representado por 1.324.765 de acções com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas, distribuído da seguinte forma:

i) 875.000 acções nominativas do tipo A;
ii) 449.765 acções do tipo B, ao portador, podendo ser titulares pessoas singulares e/ou colectivas nacionais ou estrangeiras, domiciliadas ou não no território nacional. As acções do tipo A apenas poderão ser transmitidas com autorização do Governo. Não se consideram tomadas contra o voto expresso correspondente às acções pertencentes ao Estado, qualquer que seja o seu número, as deliberações relativas às seguintes matérias:

a) Alterações do contrato de sociedade que impliquem a perda das prerrogativas do accionista Estado decorrentes da "Golden Share";
b) Fusão, cisão transformação e dissolução do Banco;
c) Aprovação do Plano Estratégico.

Na Assembleia Geral de 25 de Março de 2009, foi deliberado um aumento de capital do Banco no montante de mCve. 324.765, através da emissão de 324.765 acções do tipo B um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente realizado em dinheiro. O Banco incorreu em despesas no montante de mCve. 6.117, as quais, no âmbito da Norma IAS 32 foram reflectidas directamente em Capitais Próprios.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

Entidade	Número de acções	%
Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Banco Interatlântico, S.A.R.L.	697.446	52,65%
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	165.826	12,52%
Estado de Cabo Verde ("Golden Share")	132.476	10,00%
Outros accionistas	329.017	24,84%
	1.324.765	100,00%

21. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCICIO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2012	2011
Reservas de reavaliação		
. Reservas resultantes da valorização ao justo valor, líquidas de impostos diferidos		
- De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	197.647	(366.946)
- De impostos diferidos (Nota 13)	(1.110)	(665)
	196.537	(367.611)
Outras reservas e resultados transitados, líquidas de impostos diferidos		
. Reserva legal	692.600	638.924
. Outras reservas	2.368.697	2.069.480
. Resultados transitados	(1.174.877)	(1.174.876)
	1.886.420	1.533.528
Lucro do exercício	339.088	536.749
	2.422.045	1.702.666

Reservas de reavaliação

Reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Reserva legal

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

22. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	2.973.925	2.910.781
. Crédito ao exterior	46.583	75.706
. Crédito ao pessoal	48.395	42.643
. Crédito vencido	33.122	21.507
Juros de outros créditos e valores a receber (titulados)	446.578	526.772
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	68.087	90.978
Juros de aplicações no Banco de Cabo Verde		
. Títulos de intervenção monetária	3.651	674
. Títulos de regularização monetária	21.104	21.663
. Aplicações a muito curto prazo	8.364	3.308
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	9.445	7.374
Outros juros e rendimentos similares	9.100	3.061
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	83.721	136.859
	3.752.075	3.841.326

23. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Juros de recursos do Banco de Cabo Verde	7.185	11.754
Juros de operações de venda com acordo de recompra		
. Obrigações do Tesouro	112.652	104.198
Juros de depósitos de poupança		
. De emigrantes	109.792	115.881
. De residentes - Poupança Jovem	42.369	38.102
Juros de depósitos a prazo		
. De emigrantes	916.664	786.293
. De residentes	348.818	301.264
. De não residentes	28.386	22.643
. De outras instituições de crédito no país	3.318	2.597
Outros juros e encargos similares	43.156	44.555
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	341	1.636
	1.612.681	1.428.923

24. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	185.452	187.674
Dividendos:		
. Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	974	974
. SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L.	69	193
. Visa International Service Association	22	12
	186.517	188.853

Em 2012 e 2011, os Rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira incluem acertos relativos às estimativas registadas no exercício anterior, nos montantes de mCve. 11 e mCve. 47, respectivamente.

25. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2012	2011
Rendimentos de serviços e comissões		
Ordens de pagamento recebidas	84.010	72.657
Comissões por ordens de pagamento emitidas	60.025	65.604
Garantias e avales prestados	62.893	59.857
Anuidades da rede de ATM's (Vint4 e Visa)	36.373	35.767
Comissões Wester Union	24.881	23.581
Créditos documentários	14.117	13.416
Cobrança de valores	14.041	16.195
Outros	83.655	82.053
	379.995	369.130
Encargos com serviços e comissões		
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A.R.L.	(20.091)	(25.569)
Visa International Service Association	(15.983)	(12.184)
Comissões de correspondentes	(9.648)	(7.965)
Outros	(61)	(49)
	(45.783)	(45.767)

26. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012			2011		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	126.207	(14.913)	111.294	131.302	(30.535)	100.767
Resultados em notas e moedas	62.230	(26.171)	36.059	64.223	(27.525)	36.698
	188.437	(41.084)	147.353	195.525	(58.060)	137.465

27. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Ganhos e perdas na alienação de outros activos tangíveis	4.551	8.867
Ganhos e perdas na alienação de imóveis recebidos em dação (Nota 14)	(4.190)	20
	361	8.887

28. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2012	2011
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços diversos		
. Taxa de serviço	3.080	74.563
. Outros	10.867	13.830
Reembolso de despesas		
. Correios	29.136	38.717
. Outros	24.019	24.297
Outros	30.444	38.943
	97.546	190.350
Outros custos de exploração		
Outros impostos	(9.429)	(9.029)
Prejuízos por extravio, roubo ou falsificação de valores	(1.651)	(486)
Multas e outras penalidades legais	(770)	(13.976)
Quotizações e donativos	(696)	(807)
Outros	(8.805)	(7.862)
	(21.351)	(32.160)
	76.195	158.190

29. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Remunerações de empregados	748.390	723.653
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	19.543	19.725
Prémios de produtividade	43.653	41.665
Encargos sociais		
. Pensões de reforma (Nota 30)	440.316	421.034
. Assistência médica (Nota 30)	71.990	47.075
. Previdência social	48.725	46.238
. Outros	4.519	4.854
Outros custos com pessoal	31.453	32.040
	1.408.589	1.336.284

No exercício de 2012 e 2011, o saldo da rubrica "Prémios de produtividade" inclui um montante de mCve. 5.910 e mCve. 5.665 relativo à insuficiência da estimativa constituída nos exercícios anteriores.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Banco dispunha do seguinte quadro de colaboradores:

	2012	2011
Administradores	5	5
Directores	9	9
Chefias	84	86
Técnicos	168	163
Administrativos	88	96
Pessoal auxiliar	84	88
	438	447

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os números apresentados acima incluem 31 e 42 colaboradores com contrato de trabalho a termo certo, respectivamente.

30. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

30.1 Pensões de reforma

O Banco assumiu a responsabilidade de conceder aos seus empregados pensões de reforma, as quais são determinadas com base no salário em vigor à data da reforma (Nota 2.2 m). Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados de pessoal no activo foram efectuadas avaliações actuariais pela Fidelidade Companhia de Seguros, S.A., com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011. As hipóteses e bases técnicas utilizadas nestes estudos foram as seguintes:

	2012	2011
Método actuarial	Project United Credit	Project United Credit
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de desconto	6%	6%
Taxa de crescimento dos salários	3,0%	3,5%
Taxa de crescimento das pensões	1,5%	1,5%
Idade de reforma	58 anos ou 35 anos de serviço	58 anos ou 35 anos de serviço

A comparação entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões do Banco para os exercícios de 2012 e 2011 e os valores efectivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2012		2011	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de crescimento dos salários	3,0%	3,20%	3,5%	3,22%
Taxa de crescimento das pensões	1,5%	0,76%	2,0%	0,87%

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as responsabilidades com serviços passados do Banco de acordo com os estudos actuariais efectuados, ascendiam a:

	2012		2011	
	Número de pessoas	Responsa-bilidades	Número de pessoas	Responsa-bilidades
Activos e ex-funcionários	223	3.036.113	234	3.270.221
Reformados e pré-reformados	124	2.202.139	115	1.957.697
Pensionistas	18	129.497	17	125.812
Fundo de reestruturação	7	11.437	7	13.393
Total	372	5.379.186	373	5.367.123

Nos estudos actuariais não são considerados os trabalhadores com contrato de trabalho a termo certo e os trabalhadores inscritos no Instituto Nacional de Previdência Social, dado o Banco não ter responsabilidades com pensões de reforma destes empregados.

O movimento no valor das responsabilidades com pensões de reforma durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2010	**5.143.905**
Contribuições dos empregados	19.876
Custo registado pelo Banco (Nota 29)	421.034
Pensões pagas	(138.149)
Desvios actuariais	(79.543)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	**5.367.123**
Contribuições dos empregados	19.928
Custo registado pelo Banco (Nota 29)	440.316
Pensões pagas	(148.845)
Desvios actuariais	(299.335)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	**5.379.187**

30.2 Assistência médica

Para determinação das responsabilidades com saúde pós-emprego, o Banco obteve uma avaliação actuarial efectuada por uma entidade especializada com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011. As hipóteses e bases técnicas utilizadas neste estudo foram as seguintes:

Tábua de mortalidade	TV 73/77
Taxa técnica	6%
Taxa de crescimento dos salários	3,5%
Taxa de inflação das despesas médicas	3,0%

Com base neste estudo, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as responsabilidades com saúde relativas a despesas com assistência médica a conceder aos empregados do Banco e aos membros dos respectivos agregados familiares após a idade de reforma ascendem a mCve. 238.022 e mCve. 222.180, respectivamente (Nota 17).

O movimento no valor das responsabilidades com saúde, durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2010	**188.088**
Contribuições dos empregados	11.433
Custo registado pelo Banco (Nota 29)	40.813
Despesas médicas pagas	(70.404)
Desvios actuariais	52.250
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	**222.180**
Contribuições dos empregados	11.248
Custo registado pelo Banco (Nota 29)	59.118
Despesas médicas pagas	(66.583)
Desvios actuariais	33.803
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	**259.766**

30.3 Desvios actuariais diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios actuariais diferidos nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser demonstrado como se segue:

	Pensões	Saúde	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010 (Notas 14 e 19)	(285.562)	71.344	(214.218)
Desvios actuariais no ano	(79.543)	52.250	(27.293)
Amortização de desvios acima do corredor	-	(6.262)	(6.262)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011 (Notas 14 e 19)	(365.105)	117.332	(247.773)
Desvios actuariais no ano	(299.335)	33.803	(265.532)
Amortização de desvios acima do corredor	-	(12.872)	(12.872)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 (Notas 14 e 19)	(664.440)	138.263	(526.177)

31. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Encargos com a SISP	106.088	113.308
Água, gás e electricidade	105.958	74.171
Conservação e reparação	99.642	102.061
Publicidade e edição de publicações	75.625	89.663
Comunicações e despesas de expedição	62.688	67.129
Transporte de valores	32.958	23.377
Segurança e vigilância	32.193	27.883
Rendas e alugueres	31.284	34.383
Impressos e material de consumo corrente	27.061	26.877
Formação de pessoal	20.478	4.574
Combustíveis	18.104	16.207
Consultores e auditores externos	12.418	10.591
Seguros	10.525	11.331
Transportes	8.819	9.973
Assistência técnica	8.584	5.746
Ajudas de custo	7.438	7.373
Despesas de alojamento	4.154	4.819
Despesas de representação	3.312	4.802
Outros	70.185	58.307
	737.514	692.575

32. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2012	2011
Passivos eventuais		
. Garantias e avales	3.547.352	3.932.351
. Créditos documentários abertos	459.752	196.458
	4.007.104	4.128.809
Depósito e guarda de valores	11.237.206	10.541.351
	15.244.310	14.670.160

33. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Conselho de Administração prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da actividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- Corporate Finance - inclui a actividade relacionada com a gestão títulos de Dívida Pública, obrigações de empresas nacionais, instrumentos de capital e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

- Negociação e vendas – compreende a actividade relacionada com a gestão de aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito.

- Pagamento e liquidação – inclui a actividade relacionada com operações de crédito e débito.

- Banca comercial – inclui a actividade de captação de recursos junto de empresas. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, descontos de letras, bem como o crédito ao sector público.

- Banca de retalho – compreende a actividade bancária junto dos particulares. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito à habitação, e também os depósitos captados junto de particulares.

- Outros – Restantes actividades não enquadráveis em qualquer das categorias anteriores.

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

	2012						
	Corporate Finance	Negociação e Vendas	Pagamento e Liquidação	Banca Comercial	Banca de Retalho	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	446.578	51.663	-	1.462.948	1.790.886	-	3.752.075
Juros e encargos similares	(113.269)	(14.026)	-	(270.852)	(1.214.536)	-	(1.612.683)
MARGEM FINANCEIRA	333.309	37.637	-	1.192.096	576.350	-	2.139.392
Rendimentos de instrumentos de capital	186.517	-	-	-	-	-	186.517
Rendimentos com serviços e comissões	-	107.145	54.585	39.799	178.466	-	379.995
Encargos com serviços e comissões	-	(29.738)	(15.983)	-	(62)	-	(45.783)
Resultados de reavaliação cambial	-	147.353	-	-	-	-	147.353
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	361	361
Outros resultados de exploração	-	-	-	-	-	76.195	76.195
PRODUTO BANCÁRIO	519.826	262.397	38.602	1.231.895	754.754	76.556	2.884.030
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	(32.659)	-	-	(61.773)	(75.620)	51.892	(118.160)
	487.167	262.397	38.602	1.170.122	679.134	128.448	2.765.870
Outros custos e proveitos							(2.426.782)
Resultado líquido do exercício							**339.088**
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	2.342.558	-	-	-	-	2.342.558
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	816.608	-	-	-	-	816.608
Activos financeiros disponíveis para venda	-	7.060.548	-	-	-	-	7.060.548
Aplicações em instituições de crédito	-	11.513.360	-	-	-	-	11.513.360
Crédito a clientes	3.913.987	-	-	16.421.317	20.102.360	-	40.437.664
Recursos de outras instituições de crédito	-	541.719	-	-	-	-	541.719
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	10.607.997	47.567.748	-	58.175.745

	2011						
	Corporate Finance	Negociação e vendas	Pagamento e liquidação	Banca comercial	Banca de retalho	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	526.772	36.081	-	1.504.292	1.774.181	-	3.841.326
Juros e encargos similares	(106.092)	(18.508)	-	(236.704)	(1.067.619)	-	(1.428.923)
MARGEM FINANCEIRA	420.680	17.573	-	1.267.588	706.562	-	2.412.403
Rendimentos de instrumentos de capital	188.853	-	-	-	-	-	188.853
Rendimentos com serviços e comissões	-	89.550	48.810	105.886	124.884		369.130
Encargos com serviços e comissões	-	(33.534)	(12.184)	-	(49)		(45.767)
Resultados de reavaliação cambial	-	137.465	-	-	-	-	137.465
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	8.887	8.887
Outros resultados de exploração	-	-	-	-	-	158.190	158.190
PRODUTO BANCÁRIO	609.533	211.054	36.626	1.373.474	831.397	167.077	3.229.161
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	(2.180)	-	-	(226.418)	(267.039)	78.878	(416.759)
	607.353	211.054	36.626	1.147.056	564.358	245.955	2.812.402
Outros custos e proveitos							(2.275.653)
Resultado líquido do exercício							**536.749**
Caixa e disponilbilidades em bancos centrais	-	9.726.629	-	-	-	-	9.726.629
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	656.366	-	-	-	-	656.366
Activos financeiros disponíveis para venda	-	6.310.502	-	-	-	-	6.310.502
Aplicações em instituições de crédito	-	1.210.696	-	-	-	-	1.210.696
Crédito a clientes	4.174.206	-	-	17.205.453	20.292.316	-	41.671.975
Recursos de outras instituições de crédito	-	565.699	-	-	-	-	565.699
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	10.245.940	46.213.671	-	56.459.611

A totalidade da actividade do Banco é desenvolvida na República de Cabo Verde.

34. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco as empresas do Grupo CGD, empresas associadas, e os órgãos de gestão.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as demonstrações financeiras do Banco, incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2012				
		Grupo Caixa Geral de Depósitos			
	Estado de Cabo Verde	CGD	Banco Interatlântico	Promotora	Associadas
Activos:					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.342.558	71.618	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	10.523.620	980.304	-	-	-
Títulos de dívida pública	3.357.248	-	-	-	-
Activos financeiros disponiveis para venda	6.999.638	-	-	50.000	-
Crédito a clientes	-	-	-	75.557	335.842
Imparidade	(33.409)	(20.228)	-	(10.841)	(12.767)
Outros activos	995.424	20.228	12.322	67	9.514
Passivos:					
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	(16.040)	-	(59.404)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(461.742)	-	-	(5.512)	(50.897)
Outros passivos	(54.523)	-	-	-	(11.666)
Extrapatrimoniais:					
Garantias recebidas	2.016.460	-	-	150.000	41.349
Proveitos:					
Juros e rendimentos similares	33.119	9.420	-	-	17
Rendimentos de instrumentos de capital	185.452	-	-	-	-
Custos:					
Juros e encargos similares	-	-	-	-	-
Encargos com serviços e comissões	-	(3.329)	-	-	(20.091)
Gastos gerais administrativos	-	-	-	(41.384)	(106.088)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	2.894

	2011				
		Grupo Caixa Geral de Depósitos			
	Estado de Cabo Verde	CGD	Banco Interatlântico	Promotora	Associadas
Activos:					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	9.726.629	46.453	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	399.540	801.459	-	-	-
Títulos de dívida pública	3.457.130	-	-	-	-
Activos financeiros disponiveis para venda	6.251.342	-	-	50.000	-
Crédito a clientes	-	-	-	87.843	296.208
Imparidade	(33.409)	(15.594)	-	(10.841)	(15.648)
Outros activos	1.049.084	19.197	10.834	247	2.242
Passivos:					
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	(15.360)	-	(149.778)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(505.847)	-	-	(964)	(29.031)
Outros passivos	(70.698)	-	-	(7.120)	(13.356)
Extrapatrimoniais:					
Garantias recebidas	2.149.478	-	-	150.000	41.349
Proveitos:					
Juros e rendimentos similares	25.646	7.325	-	302	143
Rendimentos de instrumentos de capital	187.674	-	-	-	-
Custos:					
Juros e encargos similares	-	-	-	-	(2.597)
Encargos com serviços e comissões	-	(2.619)	-	-	(25.569)
Gastos gerais administrativos	-	-	-	(34.680)	(113.308)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	(1.619)

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Órgãos de gestão

Em 2012, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros dos Conselhos de Administração do Banco ascenderam a mCve. 19.843 (mCve. 19.725 no exercício de 2011).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 86.842 e mCve. 84.066, respectivamente.

35. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado.

Risco cambial

A Direcção Financeira e Internacional faz um acompanhamento diário das posições do Banco em moeda estrangeira, tendo sempre como objectivo a eliminação de prejuízos.

O câmbio dos Escudos de Cabo Verde face ao Euro encontra-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde, resultante de um acordo de convertibilidade entre Cabo Verde e Portugal, pelo que não é considerado pelo Banco de Cabo Verde para efeitos de posição cambial.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de risco inerentes à actividade do Banco.

Risco de mercado, liquidez e taxa de juro

O Gabinete de Risco de Mercado e Liquidez é responsável pela implementação de métodos e técnicas para melhorar a qualidade de gestão de riscos inerentes ao balanço do Banco.

Risco de mercado

O sector financeiro em Cabo Verde ainda não possui um mercado de capitais desenvolvido e o mercado *over the counter* é inexistente, pelo que as alternativas de investimento em instrumentos financeiros resumem-se essencialmente a obrigações e acções.

O Banco tem uma carteira de activos financeiros que possui alguma representatividade do activo, mas que não foi constituída com o objectivo de negociação, mas sim de investimento.

Risco de liquidez e taxa de juro

O controlo de liquidez é assegurado pela Direcção Financeira e Internacional (DFI) que faz o acompanhamento dos saldos junto dos correspondentes e do Banco de Cabo Verde.

A DFI é a responsável por realizar operações nos mercados financeiros, colocação de activos em moeda estrangeira e as operações necessárias para assegurar o refinanciamento do Banco, ou aplicação dos excedentes de liquidez, tendo uma gestão cuidadosa no sentido de evitar incumprimentos junto do Banco de Cabo Verde.

No sector bancário caboverdiano, o coeficiente de Disponibilidades Mínimas de Caixa é de 18%, pelo que em caso de dificuldades os bancos têm uma maior capacidade de responder às suas obrigações junto dos clientes.

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso nº 8/2007, de 19 de Novembro, do Banco de Cabo Verde, a DFI calcula os rácios de liquidez para cobertura de responsabilidades exigíveis no prazo de sete, trinta, noventa dias e um ano.

A Direcção de Gestão de Risco produz ainda pontualmente análises sobre a taxa de juro e sobre a estrutura de activos e passivos, nomeadamente a carteira de crédito concedido a clientes com taxa de juro indexada.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição.

	2012								
	Prazos residuais contratuais								
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.342.558	-	-	-	-	-	-	-	2.342.558
Disponibilidades em outras instituições de crédito	816.608	-	-	-	-	-	-	-	816.608
Aplicações em instituições de crédito	11.513.360	-	-	-	-	-	-	-	11.513.360
Títulos de dívida pública	509.039	-	-	610.848	741.253	931.542	564.566	-	3.357.248
Crédito a clientes (valores brutos)	6.285.587	1.788.399	2.142.428	2.040.092	3.241.743	3.397.742	7.792.723	16.806.259	43.494.973
	21.467.152	1.788.399	2.142.428	2.650.940	3.982.996	4.329.284	8.357.289	16.806.259	61.524.747
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(362.690)	(35.000)	-	-	-	(144.029)	-	-	(541.719)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(24.484.091)	(5.179.696)	(6.017.278)	(17.295.302)	(5.199.277)	(101)	-	-	(58.175.745)
	(24.846.781)	(5.214.696)	(6.017.278)	(17.295.302)	(5.199.277)	(144.130)	-	-	(58.717.464)
Diferencial	(3.379.629)	(3.426.297)	(3.874.850)	(14.644.362)	(1.216.281)	4.185.154	8.357.289	16.806.259	2.807.283

	2011								
	Prazos residuais contratuais								
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	9.726.629	-	-	-	-	-	-	-	9.726.629
Disponibilidades em outras instituições de crédito	656.366	-	-	-	-	-	-	-	656.366
Aplicações em instituições de crédito	1.210.696	-	-	-	-	-	-	-	1.210.696
Títulos de dívida pública	-	-	407.005	101.751	1.290.297	808.922	849.155	-	3.457.130
Crédito a clientes (valores brutos)	6.355.491	1.998.161	2.370.155	3.253.105	5.356.854	3.071.658	6.671.089	15.482.719	44.559.232
	17.949.182	1.998.161	2.777.160	3.354.856	6.647.151	3.880.580	7.520.244	15.482.719	59.610.053
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(403.814)	-	-	-	-	(161.885)	-	-	(565.699)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(25.111.590)	(5.453.521)	(6.246.520)	(15.266.223)	(4.381.655)	(102)	-	-	(56.459.611)
	(25.515.404)	(5.453.521)	(6.246.520)	(15.266.223)	(4.381.655)	(161.987)	-	-	(57.025.310)
Diferencial	(7.566.222)	(3.455.360)	(3.469.360)	(11.911.367)	2.265.496	3.718.593	7.520.244	15.482.719	2.584.743

Risco de crédito

O risco de crédito constitui um dos riscos mais relevantes da actividade do Banco e está intimamente associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes, designadamente grandes empresas, pequenas e médias empresas, promotores de pequenos negócios, particulares e instituições financeiras.

A Direcção de Gestão de Risco (DGR) analisa o risco de crédito a empresas e particulares cujas responsabilidades acumuladas sejam superiores a mCve. 20.000.

É da competência da DGR emitir pareceres de risco sobre propostas elaboradas pela área comercial, os quais são enviados para apreciação da Comissão Executiva. Adicionalmente, a DGR efectua análises de evolução semestral da carteira de crédito do Banco, das classes de risco, do crédito à habitação, da evolução dos depósitos de clientes, de modo a compreender o seu comportamento.

Risco de crédito

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição máxima a risco de crédito do Banco apresenta a seguinte decomposição:

	2012	2011
Títulos de dívida pública	3.357.248	3.457.130
Aplicações em instituições de crédito	11.513.360	1.210.696
Activos financeiros disponíveis para venda	374.600	187.722
Crédito a clientes	40.317.466	41.671.975
	52.205.426	43.070.393
Garantias e avales	3.547.352	3.932.351
Créditos documentários abertos	459.752	196.451
	4.007.104	4.128.802
Exposição máxima	59.569.778	50.656.325

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

2012

	Créditos com análise colectiva				
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Outros saldos	Total
Empresas					
Crédito a empresas					
Vincendo	10.322.259	1.909.185	2.020.315	75.708	14.327.468
Vencido	4.322	10.428	1.976.849	-	1.991.598
	10.326.581	1.919.613	3.997.164	75.708	16.319.067
Garantias e créditos documentários a empresas					
Vincendo	3.869.175	9.353	16.454	-	3.894.982
	3.869.175	9.353	16.454	-	3.894.982
Retalho					
Crédito à habitação					
Vincendo	14.527.762	336.995	931.940	-	15.796.697
Vencido	7.097	9.993	195.618	-	212.707
	14.534.858	346.988	1.127.558	-	16.009.405
Crédito ao consumo					
Vincendo	1.174.051	12.044	54.728	-	1.240.823
Vencido	960	2.261	41.916	-	45.137
	1.175.012	14.305	96.644	-	1.285.961
Pequenos negócios					
Vincendo	1.185.708	32.426	153.525	-	1.371.659
Vencido	681	3.503	189.593	-	193.776
	1.186.389	35.929	343.117	-	1.565.435
Outros créditos					
Vincendo	1.738.476	177.006	291.644	-	2.207.125
Vencido	19.141	3.902	136.491	-	159.534
	1.757.616	180.909	428.134	-	2.366.659
Garantias prestadas					
Vincendo	45.924	-	-	-	45.924
Sector Público					
Vincendo	2.077.750	588	66.198	-	2.144.536
Vencido	-	-	77	-	77
	2.077.750	588	66.275	-	2.144.613
Total crédito vincendo	34.941.106	2.477.597	3.534.804	75.708	41.029.215
Total crédito vencido	32.201	30.087	2.540.543	-	2.602.831
Total de crédito	34.973.306	2.507.684	6.075.347	75.708	43.632.046

2011

	Créditos com análise colectiva				
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Outros saldos	Total
Empresas					
Crédito a empresas					
Vincendo	12.601.798	1.233.420	1.228.639	88.406	15.152.263
Vencido	4.116	4.825	1.644.883	-	1.653.824
	12.605.914	1.238.245	2.873.522	88.406	16.806.087
Garantias e créditos documentários a empresas					
Vincendo	4.058.106	-	-	-	4.058.106
	4.058.106	-	-	-	4.058.106
Retalho					
Crédito à habitação					
Vincendo	13.629.261	282.693	787.198	-	14.699.152
Vencido	5.206	8.037	120.166	-	133.409
	13.634.467	290.730	907.364	-	14.832.561
Crédito ao consumo					
Vincendo	1.381.844	15.015	74.970	-	1.471.829
Vencido	1.775	2.263	31.353	-	35.391
	1.383.619	17.278	106.323	-	1.507.220
Pequenos negócios					
Vincendo	1.538.478	29.357	213.666	-	1.781.501
Vencido	958	3.483	155.033	-	159.474
	1.539.436	32.840	368.699	-	1.940.975
Outros créditos					
Vincendo	2.825.752	343.937	139.292	-	3.308.981
Vencido	23.427	15.579	129.670	-	168.676
	2.849.179	359.516	268.962	-	3.477.657
Garantias prestadas					
Vincendo	57.849	-	-	-	57.849
Sector Público					
Vincendo	1.856.518	1	-	-	1.856.519
Vencido	1.672	-	74	-	1.746
	1.858.190	1	74	-	1.858.265
Total crédito vincendo	37.949.606	1.904.423	2.443.765	88.406	42.386.200
Total crédito vencido	37.154	34.187	2.081.179	-	2.152.520
Total de crédito	37.986.760	1.938.610	4.524.944	88.406	44.538.720

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento"
  - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
  - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;
- "Créditos com incumprimento"
  - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
  - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco foi reclassificada para esta categoria.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 8, a rubrica "Crédito vencido" inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo de créditos aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram mCve. 15.216.336, ascendendo a imparidade a mCve. 2.095.930. Conforme descrito na Nota 2.2. d) os créditos objecto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise colectiva.
Na coluna "Outros Saldos" foi considerado o valor de balanço bruto de créditos concedidos a entidades do grupo que não foram incluídos na análise no âmbito do modelo de imparidade desenvolvido pelo Banco.

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

	2012				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.342.558	2.342.558	-	-	2.342.558
Disponibilidades em outras instituições de crédito	816.608	816.608	-	-	816.608
Activos financeiros disponíveis para venda	7.005.303	7.005.303	-	55.245	7.060.548
Aplicações em instituições de crédito	11.513.360	11.513.360	-	-	11.513.360
Títulos de dívida pública	3.357.248	3.359.819	2.571	-	3.357.248
Crédito a clientes	39.003.437	37.800.153	(1.203.284)	1.434.227	40.437.664
	64.038.514	62.837.801	(1.200.713)	1.489.472	65.527.986
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	541.719	537.478	(4.241)	-	541.719
Recursos de clientes e outros empréstimos	58.175.745	58.275.355	99.610	-	58.175.745
Outros passivos subordinados	500.301	538.743	38.442	(809)	499.492
	59.217.765	59.351.576	133.811	(809)	59.216.956

	2011				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	9.726.629	9.726.629	-	-	9.726.629
Disponibilidades em outras instituições de crédito	656.366	656.366	-	-	656.366
Activos financeiros disponíveis para venda	6.255.257	6.255.257	-	55.245	6.310.502
Aplicações em instituições de crédito	1.210.696	1.210.696	-	-	1.210.696
Títulos de dívida pública	3.457.130	3.449.441	(7.689)	-	3.457.130
Crédito a clientes	40.362.392	39.535.396	(826.996)	1.309.583	41.671.975
	61.668.470	60.833.785	(834.685)	1.364.828	63.033.298
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	565.699	565.699	-	-	565.699
Recursos de clientes e outros empréstimos	56.459.611	56.213.878	(245.733)	-	56.459.611
Outros passivos subordinados	501.018	557.810	56.792	(1.084)	499.934
	57.526.328	57.337.387	(188.941)	(1.084)	57.525.244

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;

- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:
  - O justo valor dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira foi determinado pelo Banco com base no valor do capital próprio divulgado no relatório anual do "International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund" ajustado pelo diferencial face ao valor de mercado das obrigações detidas pelo Fundo;
  - As acções da VISA foram valorizadas com base na cotação em bolsa;
  - A participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. foi registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 10.841, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.
  - O valor das acções da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 2.415 e mCve. 1.403, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.
  - As participações no Fundo G.A.R.I. e na SITA – Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L., face ao seu reduzido valor de balanço, foram registadas ao custo histórico.

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Banco com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, tendo em consideração as taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.

- A coluna "Saldos não analisados" inclui essencialmente o crédito vencido, líquido das provisões constituídas.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 "basis points"(bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2012					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	920.628	426.614	205.459	(189.671)	(367.891)	(684.391)
Total activo sensível	920.628	426.614	205.459	(189.671)	(367.891)	(684.391)

	2011					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.492.478	754.636	379.349	(657.238)	(770.334)	(1.281.316)
Total activo sensível	1.492.478	754.636	379.349	(657.238)	(770.334)	(1.281.316)

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de activos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2012 e 2011, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projecção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2012	(323.996)	(161.998)	(80.999)	80.999	161.998	323.996
Exercício de 2011	(273.955)	(130.473)	(56.731)	84.751	156.492	55.884

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2009 e 2008, respectivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o "spread" médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2012				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.703.168	502.036	91.291	46.063	2.342.558
Disponibilidades em outras instituições de crédito	64.178	410.195	315.729	26.506	816.608
Activos financeiros disponíveis para venda (valores brutos)	7.060.548	-	-	-	7.060.548
Aplicações em instituições de crédito	10.523.620	330.795	658.945	-	11.513.360
Títulos de dívida pública	3.357.248	-	-	-	3.357.248
Crédito a clientes (valores brutos)	41.630.240	1.857.671	7.062	-	43.494.973
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	232.356	-	-	-	232.356
Outros activos	1.452.945	-	-	-	1.452.945
Imparidade acumulada	(3.199.203)	-	-	-	(3.199.203)
	62.825.100	3.100.697	1.073.027	72.569	67.071.393
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(393.649)	(144.309)	(3.761)	-	(541.719)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(55.728.913)	(1.363.966)	(1.075.513)	(7.353)	(58.175.745)
Outros passivos subordinados	(499.492)	-	-	-	(499.492)
Outros passivos	(974.094)	(84.918)	(203.785)	(4.371)	(1.267.168)
	(57.596.148)	(1.593.193)	(1.283.059)	(11.724)	(60.484.124)
Exposição líquida	5.228.952	1.507.504	(210.032)	60.845	6.587.269

	2011				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	9.109.052	446.618	122.541	48.418	9.726.629
Disponibilidades em outras instituições de crédito	257.486	158.137	226.049	14.694	656.366
Activos financeiros disponíveis para venda (valores brutos)	6.321.343	-	-	-	6.321.343
Aplicações em instituições de crédito	399.540	132.998	678.158	-	1.210.696
Títulos de dívida pública	3.457.130	-	-	-	3.457.130
Crédito a clientes (valores brutos)	42.981.525	1.556.508	21.199	-	44.559.232
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	215.915	-	-	-	215.915
Outros activos	1.419.437	-	-	-	1.419.437
Imparidade acumulada	(2.971.466)	(127.176)	(2.655)	-	(3.101.297)
	61.189.962	2.167.085	1.045.292	63.112	64.465.451
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(392.364)	(171.923)	(1.412)	-	(565.699)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(54.238.510)	(1.167.079)	(1.045.887)	(8.135)	(56.459.611)
Outros passivos subordinados	(499.934)	-	-	-	(499.934)
Outros passivos	(877.768)	(58.160)	(139.190)	(3.317)	(1.078.435)
	(56.008.576)	(1.397.162)	(1.186.489)	(11.452)	(58.603.679)
Exposição líquida	5.181.386	769.923	(141.197)	51.660	5.861.772

36. GESTÃO DE CAPITAL

A gestão do capital, no BCA, baseia-se nos seguintes princípios gerais:

- Cumprir as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde, órgão supervisor da actividade bancária no País;
- Gerar uma rentabilidade adequada, com criação de valor para o accionista, proporcionando-lhe uma remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento da actividade, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder às estratégias de crescimento do Banco;
- Assegurar a reputação da Instituição através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua actividade.

A adequação do capital ao perfil de risco do Banco é acompanhada e controlada pela aplicação das leis que regulam o Sistema Financeiro em Cabo Verde, com destaque especial para o Aviso nº4/2007 do Banco de Cabo Verde, que estabelece as bases de cálculo do Rácio de Solvabilidade, tendo incorporado o Risco de Mercado e o Risco Operacional no cálculo desse rácio, para além de ter reformulado os procedimentos para a determinação da contribuição do Risco de Crédito.
De acordo com o Aviso nº4/2007, o Rácio de Solvabilidade é obtido da aplicação da seguinte fórmula:

[FP/(VAPRC+VAPRTC+VEAPRO)]x100

Em que:
FP – Valor dos Fundos Próprios, determinado conforme Aviso nº3/2007.
VAPRC – Valor dos Activos Ponderados pelo Risco de Crédito.
VAPRTC – Valor dos Activos Ponderados pelo Risco de Taxa de Câmbio.
VEAPRO – Valor Equivalente em Activos Ponderados pelo Risco Operacional.

O Rácio de Solvabilidade é calculado pela Direcção Financeira e Internacional (DFI), mais concretamente pela Divisão de Planeamento e Controlo de Gestão (DPG), com o contributo da Divisão Internacional e Liquidez (DIL) no que concerne à determinação do Valor dos Activos Ponderados pelo Risco de Taxa de Câmbio.

Os procedimentos para a determinação das variáveis que compõem esse Rácio estão definidos no Aviso nº3/2007 (Fundos Próprios) e nos Anexos 1, 2 e 3 do Aviso nº4/2007 (Activos Ponderados pelo Risco de Crédito, Activos Ponderados pelo Risco de Mercado e Activos Ponderados pelo Risco Operacional).

O Aviso nº3/2007 define as componentes negativas e positivas para o cálculo dos Fundos Próprios, obtidos da soma dos Fundos Próprios de Base com os Fundos Próprios Complementares e respectivos ajustamentos, através de deduções definidas pelo Banco de Cabo Verde.

No quadro seguinte pode-se verificar a composição do Capital Regulamentar do Banco em 31 de Dezembro de 2012:

Capital realizado			1.318.648	
Prémios de emissão de acções e outros títulos			-	
Reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos			3.061.297	
Resultados positivos transitados de exercícios anteriores			-	
Resultados positivos do último exercício			-	
Resultados positivos provisórios do exercício em curso			339.088	
Desvios actuariais positivos (método do corredor) - não reconhecidos em resultados ou reservas			664.442	
Interesses minoritários [1]				
SOMA				5.383.475
Activos intangíveis			45.951	
Resultados negativos transitados de exercícios anteriores			1.174.877	
Resultados negativos do último exercício			-	
Resultados negativos provisórios do exercício em curso			-	
Insuficiência de provisões				
Reservas de reavaliação negativas			-	
Desvios actuariais negativos (método do corredor) e custos com serviços passados - não reconhecidos em			138.263	
Acções próprias			-	
Diferenças positivas de primeira consolidação [1]			-	
Diferenças positivas de reavaliação na primeira aplicação - método de equivalência patrimonial [1]			-	
SOMA				1.359.091
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ANTES DA APLICAÇÃO DO REGIME TRANSITÓRIO				4.024.384
Regime transitório previsto no ponto 4 do n.º 5 do Aviso n.º 3/2007 - impacto na transição em fundos próprios de base ainda por reconhecer			-	
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ELEGÍVEIS				4.024.384
Reservas de reavaliação legais de activos fixos tangíveis			-	
Reservas de conversão cambial e reservas de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais no			-	
Empréstimos subordinados e acções preferenciais	498.489	-	498.489	
Outras reservas de reavaliação			1.621	
Outros elementos				
FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES				500.110
FUNDOS PRÓPRIOS ANTES DAS DEDUÇÕES				4.524.494
Participações a deduzir:				
Superiores a 10 % do capital			45.343	
Inferiores ou iguais a 10 % do capital		51.224	-	45.343
Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio		19.648	-	19.648
Fundos próprios destinados a coberturas especificas (alínea 12 do n.º 11º do Aviso nº 9/99)				534.709
Insuficiência de liquidez (ponto 2 n.º 15º do Aviso nº 8/2007)				-
FUNDOS PRÓPRIOS PARA CÁLCULO DE CONCENTRAÇÃO DE RISCO				3.924.794
Parte que excede os limites de concentração de riscos (alínea d) n.º 12 do Aviso nº 3/2007)				-
FUNDOS PRÓPRIOS				**3.924.794**

[1] Apenas para a determinação de fundos próprios em base consolidada e base consolidada ajustada

No quadro acima se pode constatar que o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório dos dois grandes agregados referidos, nomeadamente os Fundos Próprios de Base e os Fundos Próprios Complementares, excluindo algumas deduções previstas pelo Banco de Cabo Verde.

Os Fundos Próprios de Base correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco, tendo por principais componentes o capital social, as reservas, os resultados transitados, o resultado líquido do exercício e os impactos de transição correspondentes aos encargos com os benefícios dos trabalhadores, resultantes da adopção das Normas Internacionais de Relatos Financeiro (NIRF), mais propriamente do NIC 19 - *Benefícios aos empregados*.

Aliás, a assimilação das referidas normas implicou a adopção de um regime transitório de apuramento dos Fundos Próprios de Base, buscando-se uma mudança harmoniosa das regras contabilísticas anteriores para as recentes, sem grande interferência nas regras prudenciais.

Os Fundos Próprios Complementares são constituídos, essencialmente, pelas Reservas de Reavaliação positivas ou negativas de alguns Activos, e por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação prévia do Banco de Cabo Verde.

Uma das componentes positivas do valor dos Fundos Próprios é o Capital Social, cujo valor mínimo fixado pelo Governo, sob proposta do Banco de Cabo Verde através da Portaria nº19/2005 de 14 de Março, é de 300 milhões de Escudos de cabo Verde. O total dos Fundos Próprios não pode ser, em nenhum momento, inferior ao capital mínimo.

Além de estipular que o valor dos Fundos Próprios deve ser superior ao capital social mínimo exigido por lei, o Aviso nº4/2007 estabelece também que deve ser observado, em permanência, uma relação adequada entre os Fundos Próprios e os elementos do activo e extrapatrimoniais, ponderados em função dos respectivos riscos. Essa relação é definida pelo Rácio de Solvabilidade, cujo valor mínimo é de 10%.

Conforme podemos verificar no quadro acima, o total dos Fundos Próprios do Banco, em 31 de Dezembro de 2012, ascende a 4 milhões de Escudos de Cabo Verde, valor superior ao capital social mínimo legalmente exigido e suficiente para manter uma relação adequada com os elementos do Activo e Extrapatrimoniais ponderados em função do risco, traduzindo um rácio de solvabilidade de 11,78%.

Os regulamentos do Banco de Cabo Verde, relativamente à adequação do capital, têm por base o Acordo de Basileia I, pelo que não são ainda exigidas algumas práticas introduzidas por Basileia II, como por exemplo a implementação de um sistema de auto-avaliação e determinação de um nível de capital interno adequado ao perfil de risco, ou mesmo a utilização de *ratings* externos para aferição dos ponderadores de risco de crédito.

No entanto, levando em consideração que a Autoridade de Supervisão tem pautado a sua actuação pela adopção das melhores práticas internacionais, é de se esperar, num futuro próximo, a assimilação das principais recomendações de Basileia II, aplicáveis à realidade do País.

Perante isso, e considerando o efeito positivo esperado da gestão do capital e melhoria da qualidade dos Activos e dos Passivos, o Banco criou a Direcção de Gestão de Risco cuja actuação poderá se revelar uma vantagem competitiva para a instituição.